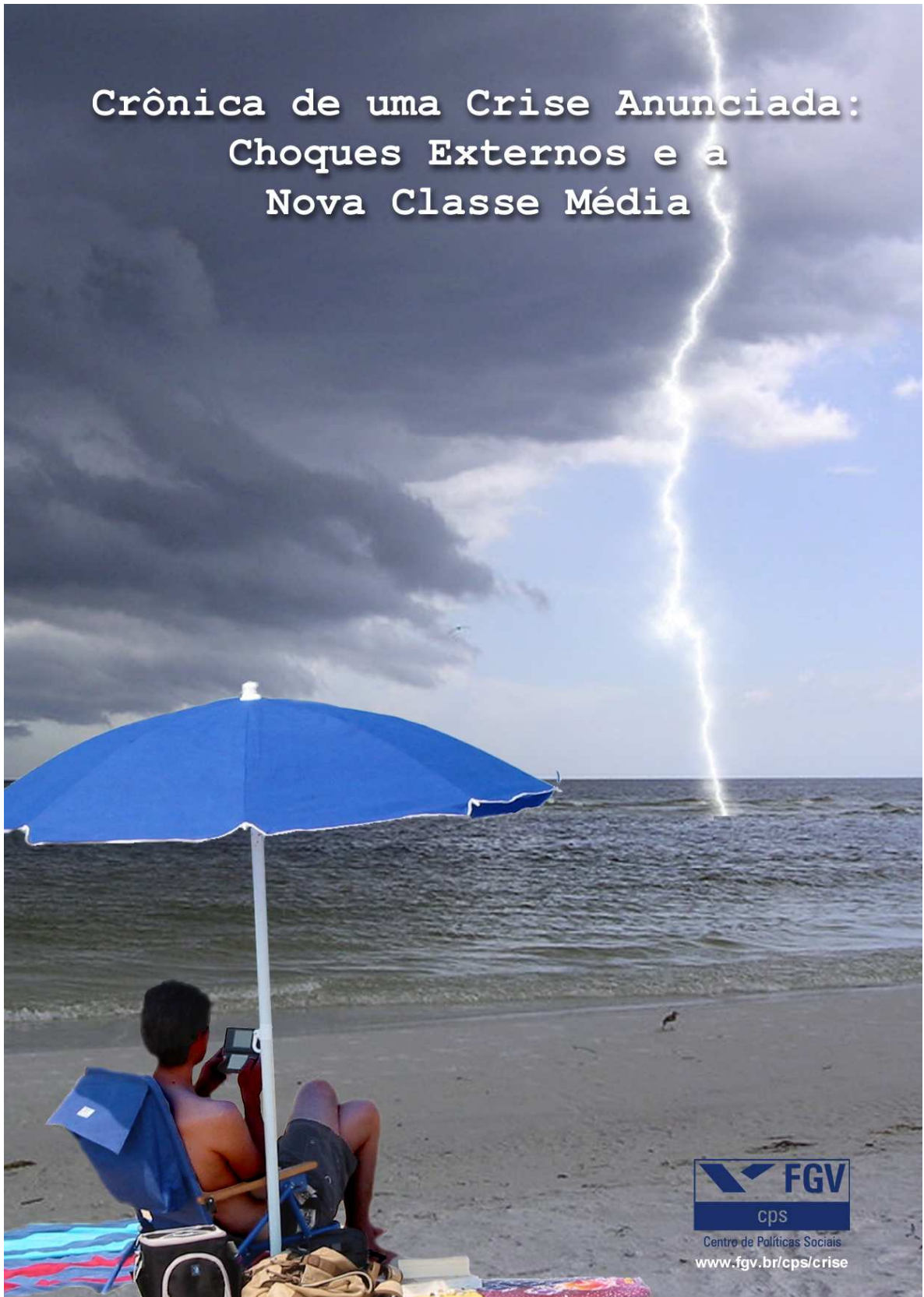


# Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média





Centro de Políticas Sociais

# **Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média Brasileira**

**Coordenação:  
Marcelo Cortes Neri**

Fevereiro de 2009

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

**A Nova Classe Média / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). - Rio de Janeiro:**

**FGV/IBRE, CPS, 2009.**

**[97] p.**

**1. Classes Econômicas 2. Desigualdade 3. Classe C 4. Mobilidade Social  
5. Mobilidade Trabalhista I. Neri, M.C**

**© Marcelo Neri 2009**

# **Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média**

**Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2008**

**Centro de Políticas Sociais**

**Instituto Brasileiro de Economia**

**Fundação Getulio Vargas**

**Coordenação:**

Marcelo Côrtes Neri  
[marcelo.neri@fgv.br](mailto:marcelo.neri@fgv.br)

**Equipe do CPS:**

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo  
Samanta dos Reis Sacramento  
André Luiz Neri  
Carolina Marques Bastos  
Celio Maymone Pontes  
Ana Beatriz Andari Urbano  
Ana Lucia Salomão Calçada

apoio: sas.

## Resumo

Nosso estudo lançado em agosto de 2008 revelou a emergência de uma nova classe média no Brasil, acelerada desde 2004. A pujança dos ganhos de renda no período mais recente, como de outros indicadores de ascensão da classe C (casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho), surpreendeu diversos observadores internacionais, pois coincidiu a partir de junho de 2007 com a ocorrência de choques externos adversos. A frequência e a gravidade destes choques apenas se intensificaram desde a pesquisa, caracterizando em setembro de 2008 a entrada em um segundo estágio da crise. Tremores e temores, racionais ou não, foram comparados de maneira recorrente aos do início da Grande Depressão em 1929, deflagrada após outro colapso do sistema financeiro nos EUA. Depois de décadas de estagnação, houve a volta do crescimento no Brasil acompanhada de inédita redução de desigualdade alçando milhões de indivíduos em direção a estratos econômicos mais altos. Até que ponto o agravamento da crise externa colocou (e colocará) em risco a trajetória de prosperidade dos brasileiros?

O objetivo da presente investigação é estender a metodologia e atualizar dados mais antigos de forma a medir os impactos das recentes crises financeiras, e agora reais externas, sobre o lado real da economia brasileira. Enfocamos o que na visão dos economistas seria a parte mais sensível da anatomia humana: o bolso. Mais especificamente, analisamos os impactos dos choques externos sobre os fluxos de renda familiar do trabalho nas áreas metropolitanas brasileiras traduzida na composição de estratos econômicos (Classes E, D, C, e AB). Conferimos especial destaque ao período pós-setembro de 2008. Fazemos um zoom neste período focando segmentos mais afetados (i.e., financeiro, indústria, formal), traçamos a cronologia mês a mês (e até semana a semana) da crise e fazendo comparações entre países de indicadores objetivos e subjetivos. Neste último aspecto estendemos o Índice de Felicidade Futura (IFF) individual das pessoas que lançamos anteriormente incorporando agora a dimensão como cada povo avalia o seu país. Nesta análise comparamos para 132 países a percepção das pessoas sobre suas vidas com as percepções destas mesmas pessoas sobre a vida em geral nos seus respectivos países. Este contraste gera índices de dissonância da dimensão vista individual e coletiva.

O cerne da pesquisa está na análise dos movimentos das pessoas entre diferentes estratos econômicos tanto no que se refere às séries agregadas como trajetórias individuais traçadas a partir de dados que acompanham as mesmas pessoas ao longo do tempo. No aspecto agregado nos perguntamos, por exemplo, quantas pessoas passaram das classes E para C (e vice-versa) no total da população e por características como idade, sexo etc. Esta análise subsidia a ação da política pública identificando a extensão dos deslocamentos de renda e de necessidade, ou não, de mudança nos programas públicos nas áreas de transferência de renda (i.e. expansões do Bolsa Família e dos programas vinculados ao salário mínimo) e de geração de renda (i.e. PAC e políticas de emprego). Esta abordagem também serve as empresas privadas identificando queda ou expansão do mercado consumidor e de nichos mercado. Complementarmente tiramos partido do aspecto longitudinal da PME para avaliar os riscos incorridos pelos mesmos indivíduos, medindo quantos mantiveram o mesmo status econômico (digamos permaneceram na classe C) e quantos mudaram de status (e para onde foram de C para E ou de C para A etc). Esta análise de risco idiossincrático se presta para o desenho de redes de proteção social pública e na provisão de serviços financeiros privados nas áreas de crédito e seguro. Por fim, a guisa de interpretação retrospectiva dos dados, da

formação de cenários prospectivos e de contribuir para o debate de políticas, elencamos os pontos fortes e fracos do caso brasileiro frente às oportunidades e ameaças do contexto internacional.

A pesquisa estende a metodologia e o período de análise da pesquisa anterior até o final de 2008, fechando o ano gregoriano das séries de classes de renda, assim como de pobreza e desigualdade tradicionalmente divulgadas pelo CPS. Podemos adiantar que a classe C – a classe média emergente – continuou em expansão de 3,7% comparando os extremos de 2008 atingindo em dezembro 53,8% do total dos brasileiros das seis maiores regiões metropolitanas do país. As classes A e B também ficaram 3,9% maiores no período com correspondente queda das classes D e E. Agora a pesquisa confere especial destaque ao período pós-setembro de 2008. Se você quer saber, se a crise externa foi além da bolsa brasileira e já chegou ao bolso do brasileiro, Ou ainda, os detalhes associados ao dia a dia de cada grupo (quem foi afetado?, onde?, como? (ex: melhorou, piorou ou ficou na mesma?), o que mudou? e quando mudou?), use o texto como guia e explore o sítio da pesquisa na internet com bancos de dados interativos permitindo, a cada um, captar as trajetórias médias e individuais de pessoas classificadas por seus atributos demográficos, espaciais e econômicos. Todo material pode ser encontrado em [www.fgv.br/cps/crise](http://www.fgv.br/cps/crise)

# Índice:

1. Motivação .....	07
2. Método.....	14
3. Média, Desigualdade e Miséria .....	19
4. Definindo a Classe Média .....	26
5. Deslocamentos Agregados das Classes Econômicas .....	28
6. Movimentos Individuais entre Classes Econômicas .....	46
7. A Volta da Carteira de Trabalho .....	47
8. Conclusões.....	59
9. Bibliografia.....	64
Anexo I – Retrato da Nova Classe Média.....	69
Anexo II – Avaliação Regional .....	73
Anexo III – Descrição do Banco de Dados da Pesquisa .....	87
Panorama (Nova Classe Média e Mobilidade Social)	
Exercícios Multivariados de Mobilidade Social	

# Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a A Nova Classe Média<sup>1</sup>

11 de Fevereiro de 2009

## 1. MOTIVAÇÃO

O Brasil foi promovido no primeiro semestre de 2008 a “*investment grade*” pelas agencias internacionais de *rating*. Em 2007 passou a integrar o grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto pela ONU. O estudo “A Nova Classe Média” lançado pelo Centro de Políticas Sociais em agosto do ano passado revelou a contrapartida destes upgrades no dia a dia da renda dos brasileiros. Segundo a pesquisa, a parcela da Classe C situada na classe C subiu 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, neste mesmo período a nossa Classe AB subiu 33,6% com conseqüente redução dos segmentos D e E. Portanto para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário. Outras séries de indicadores substantivos assim como os simbólicos indicavam a ocorrência de um *boom* na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estavam todas nos seus níveis recordes históricos. A pujança dos dados das classes C e AB do período de 2007 até o início de 2008 observada surpreendeu diversos observadores internacionais pela gravidade dos choques intensificados a partir de junho de 2007. Estes choques gradualmente deslocaram a economia mundial da sua rota expansionista de ouro vivida até então. De lá para cá, a crise externa somente se intensificou, principalmente a partir de 15 de setembro, caracterizando a entrada em um segundo estágio marcados pela ampliação da magnitude dos choques financeiros propagados. Tremores e temores foram recorrentemente comparados aos do início da chamada Grande Depressão em 1929, deflagrada depois de outro colapso financeiro nos EUA. O objetivo central da presente pesquisa é atualizar esta discussão analisando os impactos das recentes crises financeiras, e agora reais externas, sobre o lado real da economia brasileira. Enfocamos o que na visão dos economistas seria a parte mais sensível da anatomia humana: o

---

<sup>1</sup> Esta linha de pesquisa surge a partir de um desafio colocado pelo presidente da Fundação Getulio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal, há dois anos e meio do CPS ir além das estatísticas de pobreza e estudar a classe média brasileira.



bolso. Mais especificamente, analisamos os impactos dos choques externos sobre os fluxos de renda dos trabalhadores brasileiros traduzidos na composição de estratos econômicos (Classes E, D, C, e AB) a partir de grandes amostras de microdados cujas últimas remessas saíram do campo há cinco semanas.

Tal como na metáfora do motorista, do retrovisor e do pára-brisas, se quisermos nos guiar pela realidade brasileira, é preciso olhar os sinais externos, mas acima de tudo mirar a cena corrente que se descortina a nossa frente. Mesmo antes de olhar para o futuro, até por que há muita incerteza e nebulosidade função da própria crise, ora em curso, mas é preciso antes explorar os dados mais atuais disponíveis deste admirável mundo novo revelado a cada instante. Informamos aqui o debate social com dados inéditos para todo ano de 2008 a cerca de um mês findo o calendário gregoriano. Os dados da PME não são via de regra explorados em bases familiares que é a unidade de observação medida para medir conceitos de estratos econômicos onde tipicamente identificamos famílias de classe média (alta ou baixa ou no mundo dos negócios Classes C, D, E, A e B)) e a partir deles os indivíduos associados. A literatura social em geral usa muito menos a PME do que a PNAD no cálculo de índices de pobreza, de desigualdade e de bem estar, pois a PNAD é mais abrangente embora a PME permita maior atualidade assim como contemplar aspectos de mobilidade social. Função da surpreendente continuidade da tendência a melhora nas condições sociais – dado a entrada no segundo estágio da crise em setembro de 2008 - sintetizada nas novas reduções da miséria e da desigualdade aqui apresentadas em primeira mão, o estudo revela a continuidade emergência do que chamamos de uma nova classe média (Classe C) nas principais metrópoles do Brasil. A ascensão desta nova classe média é a principal inovação recente do quinquênio de 2004 a 2008, inclusive, situados ao longo desta década que se confirma aqui como a da redução da desigualdade e tem sido propulsionada por ela e pela volta e agora (até agora!) preservação do ritmo de crescimento. O ingrediente fundamental deste crescimento do bolo com mais fermento para os grupos pobres e agora nos últimos anos de 2007 e 2008 para a classe média é a recuperação do mercado de trabalho, em particular da ocupação<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Neste sentido, aqueles que analisam a evolução recente da média e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil somente considerando a renda dos ocupados, estão “jogando o bebê fora junto com a água de banho”.

A pesquisa quantifica e detalha o protagonismo econômico das diferentes Classes Econômicas indo da A até a E - com alguma ênfase na Classe C, a chamada nova classe média - nas seis principais cidades brasileiras, as verdadeiras caixas de percussão dos eventos nacionais. A ênfase será na renda domiciliar do trabalho nestas áreas no período após o agravamento da crise externa de setembro a dezembro de 2008., função da disponibilidade de microdados frescos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE). Na verdade, abrimos a pesquisa mensal em bases semanais para melhor traçar a cronologia semanal da crise, indo, portanto até a última semana de dezembro de 2008 quando a taxa de desemprego em geral sobe por razões sazonais e onde os efeitos dos choques em variáveis financeiras se traduzem mais fortemente nas variáveis reais como emprego.

Argumentamos que a renda do trabalho e as medidas de mobilidade social a ela associada são elementos essenciais do espírito da classe média. Por encerrar o que há de mais sustentável hoje nos padrões de vida conquistado pelas pessoas e nos seus respectivos caminhos em direção ao futuro. Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu recente best-seller “O Mundo é Plano” define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios.

Além de mais atuais, os dados aqui analisados permitem acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo e observar as transições delas para fora e para dentro de estados de pobreza e de classe média. Mal comparando, enquanto os estudos tradicionais baseados na PNAD, e mesmo na PME, nos fornecem fotografias estáticas dos grupos da sociedade em diferentes instantes do tempo. A PME oferece a possibilidade de captarmos o filme das mesmas famílias, separando os emergentes daqueles que já pertenciam a cada classe econômica. Também permitem identificar os novos destinos dos que habitavam inicialmente o segmento da Classe C, seja de retrocesso (em direção às classes D e E), seja de ascensão (em direção às classes A e B). Por exemplo, desde 2002 a probabilidade de ascender da Classe C para a Classe A nunca foi tão alta e a de cair para a Classe E nunca foi tão baixa como nos idos de 2008. Em termos mais agregados, a pesquisa mostra que apesar dos sinais claros da crise

externa no horizonte, 2007 e 2008 são dois dos três melhores períodos em termos de recuperação de renda. O fato de que ao contrário do outro ano de destaque de 2004, de não estarmos saindo de uma recessão interna, ou vivendo uma bonança externa torna 2008 surpreendente. Todos os indicadores, seja do ponto de vista do consumidor, sejam do produtor apontam para o boom na classe C: casa, carro, crédito, computador e carteira de trabalho todos em meados de 2008 estão nos seus recordes históricos. Por fim para completar o cenário mais atual também recorreremos aos dados do Caged/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego) disponível para todo território nacional até junho de 2008. Estes dados abordam o emprego formal que bate recorde sobre recorde nos últimos meses frente aos resultados já surpreendentes dos últimos anos. A volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento da centralidade da classe média brasileira.

Muito tem se falado desta década em termos de redução de desigualdade (desde 2001) e de pobreza (desde 2004), ênfase foi dada ao papel das transferências de renda oficiais aos mais pobres, mas poucos aos avanços estruturais decorrentes da expansão trabalhista observada em todos os segmentos da sociedade. Desde o final de 2006 até agora acontece aumento da renda do trabalho em geral e da geração de empregos formais em particular. Isto é, desde o último retrato estatístico do Brasil pintado com as tintas da PNAD 2006, o que se destaca agora é a geração de renda do trabalho. A presente pesquisa mostra a partir de dados mais atuais a continuidade com sinais de aceleração em alguns casos do expressivo movimento de redução da desigualdade e da miséria brasileira até o momento. Depois de duas décadas perdidas de avanços de renda e do trabalho, a combinação de crescimento mais acelerado com marcada redução de desigualdade por um período mais longo é notável, esta é uma estória cujos novos capítulos valem a pena ser contados antes que o livro acabe dado o seu ineditismo na história estatisticamente documentada brasileira.

Tem havido deslocamentos das tendências captadas nas diferentes cidades e novidades na comparação com outras áreas do país. Depois de anos de crise de desemprego metropolitana, em vigor de 1997 a 2003 e de posterior reversão (2004 em diante aí incluindo o período após anúncio da crise em meados de 2007), a principal revelação é os padrões de vida continua crescendo lá pelas vias da geração de trabalho privada da

população. Em muitos casos as análises dão ênfase ao papel das altas transferências de renda públicas a população como expansão do Bolsa-Família e das transferências previdenciárias, contributivas ou não, associadas aos reajustes reais do salário mínimo que após o forte crescimento do período 2001 a 2006 inclusive passa por calmaria do período pós-eleitoral voltam a ser elementos centrais de política pública após o agravamento da crise desde o início de 2009 segundo os anúncios de reajuste do mínimo e de ampliação da cobertura do Bolsa-Família. Argumentamos que pelo menos desde 2004 o aumento de renda do trabalho rivaliza com estas transferências na explicação das melhoras de renda para o conjunto da população (e que desde 2001 para os segmentos mais pobres). Isto está bem documentado nas séries da PNAD que vão até outubro de 2007. O que ainda não foi detalhado é a extensão da reversão trabalhista do período 2007 e 2008 e o crescimento absoluto dos grupos médios da população.

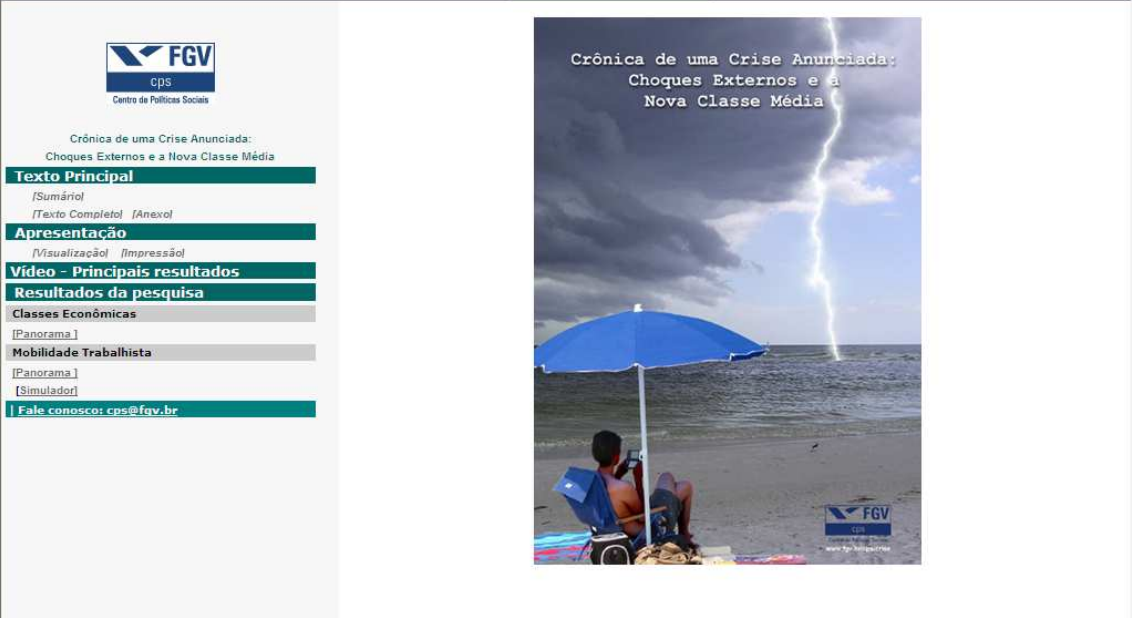
Além do protagonismo da renda do trabalho vis a vis as rendas públicas, das metrópoles vis a vis o resto do país, e da emergência da classe média é preciso ter como pano de fundo a mudança do contexto internacional. Até meados de 2007 apesar de um crescimento mais forte do PIB brasileiro desde 2004 vis a vis as chamadas duas décadas perdidas anteriores, corríamos atrás do crescimento das economias centrais em especial das emergentes como Índia e China. Desde então o PIB brasileiro e as demais estatísticas econômicas começam fechar a distancia de crescimento frente ao contexto internacional, pois mantemos o ritmo de crescimento ao passo que as demais economias passaram por marcada desaceleração. O fato que foi reportado nos principais jornais e revistas internacionais o Brasil hoje é a bola da vez, não de crise, mas de descolamento em relação ao contexto internacional. Esta melhoria se concentrava nos elementos que ocupavam há pouco o epicentro da nossa crise, quais sejam: a renda do trabalho, o emprego com carteira, as metrópoles e a chamada classe média. Outra novidade bem colocada por Mac Margolis correspondente da Newsweek no Brasil escreveu em seu blog é que a primeira vez nos seus mais de trinta anos de Brasil que quando a palavra crise pronunciada aqui, refere-se inicialmente a alhures. Este artigo testa com os dados mais atuais a base deste novo sentimento de prosperidade através de dados objetivos sobre a renda.

A presente pesquisa explora os movimentos da distribuição de renda aqui entendida no tanto no sentido estatístico usual, mudanças na desigualdade e na média da renda, como

da distribuição dos indivíduos em famílias de diferentes estratos de renda familiar do trabalho (como proxies das Classes E, D, C e A/B). Enfocamos os movimentos entre esses diferentes estratos econômicos tanto no que se refere aos movimentos das séries agregadas como das trajetórias individuais traçadas a partir de dados que acompanham as mesmas pessoas ao longo do tempo. No primeiro ponto agregado nos perguntamos, por exemplo, quantas pessoas passaram da classe E para C (e vice-versa) no total assim como por características sócio-demográficas (por cidade, por sexo etc ). Este tipo de análise subsidia a ação da política pública identificando a extensão dos deslocamentos de renda e de necessidade ou não de mudança nos programas públicos nas áreas de transferência de renda (i.e. expansões do Bolsa Família e da rede vinculada ao salário mínimo) ou de geração de renda (i.e. PAC). Esta abordagem é útil ainda numa perspectiva das empresas privadas identificando queda ou expansão do mercado consumidor e de nichos. No segundo aspecto longitudinal individual complementamos esta análise e avaliamos os riscos individuais desses mesmos grupos de pessoas avaliando quantos mantiveram o mesmo status (digamos permaneceram na classe C) e quantos mudaram de status (e para onde foram de C para E, de C para A etc). A análise deste tipo de risco se presta para análise de provisão de serviços financeiros públicos e privados, em particular nas áreas de microcrédito e microseguro.

O plano do texto é o seguinte: na segunda seção detalhamos a base da metodologia utilizada, avaliando as limitações e as virtudes da base de microdados utilizada. Na seção seguinte analisamos a evolução recente de indicadores de distribuição baseados em renda *per capita* do trabalho como média, desigualdade, miséria e bem estar. Na quarta seção, discutimos os conceitos de estrutura econômica desde a perspectiva de medição. Na quinta seção quantificamos a evolução agregada de quatro estratos (ou classes) econômicos, a saber: Classe E, Classe D, Classe C e Classe A e B. Na seção seguinte tiramos partido do aspecto longitudinal da PME para quantificar as transições para fora e para dentro de cada um destes segmentos assim como identificar os destinos específicos assumidos. A sexta e última seção apresenta as principais conclusões do estudo e algumas propostas de políticas. A seção seguinte a guisa de uma interpretação retrospectiva dos dados e da formação de um cenário prospectivo comparado do caso brasileiro avaliamos os pontos fortes e fracos do caso brasileiro frente às oportunidades e ameaças da marcada crise internacional. O sítio da pesquisa [www.fgv.br/cps/classes](http://www.fgv.br/cps/classes) oferece amplo banco de dados onde o usuário pode explorar a extensão dos grupos

assim como a mobilidade entre eles, abertos por uma vasta gama de atributos sócio-econômicos (gênero, raça, idade, etc), trabalhistas (posse de carteira, educação etc) e espaciais (cidades). O banco de dados permite, a cada um, ver as trajetórias médias de pessoas com os mesmos atributos. Uma espécie de espelho retrovisor da trajetória social recente. Apresentamos ao fim do texto três anexos com a análise de aspectos deste banco. No primeiro, traçamos um perfil da classe média pelos principais atributos sócio-demográficos. No segundo comparamos a evolução da classe média e da miséria por cada uma das seis regiões metropolitanas. No terceiro apresentamos os modelos estatísticos estimados incorporados nos simuladores.



**FGV**  
cps  
Centro de Políticas Sociais

Crônica de uma Crise Anunciada:  
Choques Externos e a Nova Classe Média

**Texto Principal**  
[Sumário]  
[Texto Completo] [Anexo]

**Apresentação**  
[Visualização] [Impressão]

**Video - Principais resultados**

**Resultados da pesquisa**  
[Classes Econômicas]  
[Panorama]  
[Mobilidade Trabalhista]  
[Panorama]  
[Simulador]

Fale conosco: [cps@fgv.br](mailto:cps@fgv.br)

Crônica de uma Crise Anunciada:  
Choques Externos e a  
Nova Classe Média

**FGV**  
cps  
www.fgv.br/cps

## 2. MÉTODO

A tradição entre as instituições de pesquisa como o IBGE é usar os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) em níveis individuais, e não em níveis domiciliares. Tipicamente processando indicadores, como taxa de desemprego, formalidade e a renda média do trabalho dos ocupados. Entretanto, a PME é uma pesquisa domiciliar comparável à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e pode ser usada como tal. Esse ponto merece destaque, pois a avaliação das condições socioeconômicas deve levar em conta o processo de repartição de recursos no bojo dos domicílios. Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. Similarmente, quando queremos quantificar a extensão da chamada classe média para, por exemplo, avaliar o poder de compra de bens familiares tais como a casa própria, o conceito adequado é a renda total auferida por todos os membros do domicílio. Ambos os conceitos resumem uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal, mas cujos efeitos sejam rateados ou agregados pelo número total de moradores (BARROS et al.,1996).

A questão central aqui ensejada é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Como avaliar o desempenho social e econômico dispendo apenas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), cujo conhecimento fica, em média, 18 meses defasados em relação dos instantes mensurados? Por exemplo, hoje estamos há 14 meses desde a última fotografia nacional tirada a partir da Pnad. A Pnad foi a campo na primeira semana de outubro de 2008 e irá se tornar conhecida apenas em setembro de 2009 quando os efeitos da crise estarão no seu auge e a colheita de dados será de tempos de bonanza O aumento de velocidade é um requisito necessário para poder traçar um sistema de acompanhamento e avaliação de metas sociais operativo. Isto inclui tanto sistemas gerenciais feitos no âmbito das administrações públicas, como o acompanhamento das flutuações da renda apropriada por diferentes segmentos da sociedade. Do ponto de vista das empresas privadas que querem se adequar às flutuações do ciclo de negócios para ajustar a sua produção e para

nichar a sua demanda, a urgência requerida não é menor. Função destas necessidades propomos lançar mão do processamento dos microdados da PME, que, graças a sua agilidade, nos permite diminuir a defasagem de um ano e meio da PNAD para pouco mais de um mês e meio aqui<sup>3</sup> (NERI; CONSIDERA,1996).

Além do benefício pelo aumento da velocidade de difusão da informação, a utilização de dados da PME/IBGE em bases mensais permite, em detalhe temporal, identificar a operação dos determinantes da distribuição de renda do trabalho observados no Brasil. Por exemplo, o impacto de mudanças abruptas de variáveis de política como câmbio, juros e salário mínimo,. A ênfase aqui está na operação de choques externos oriundos da crise que começou a dar seus sinais em Junho de 2007, mas que ganha força a partir de 15 de setembro de 2008.

As séries de média da renda domiciliar per capita, apresentada nos gráficos 1 a seguir, e detalhadas mais adiante, indicam que após o fim da recessão de 2003 a renda real média do trabalho *per capita* se recupera fortemente entre março e junho de 2004, mas que segue de maneira ininterrupta desde então<sup>4</sup>.

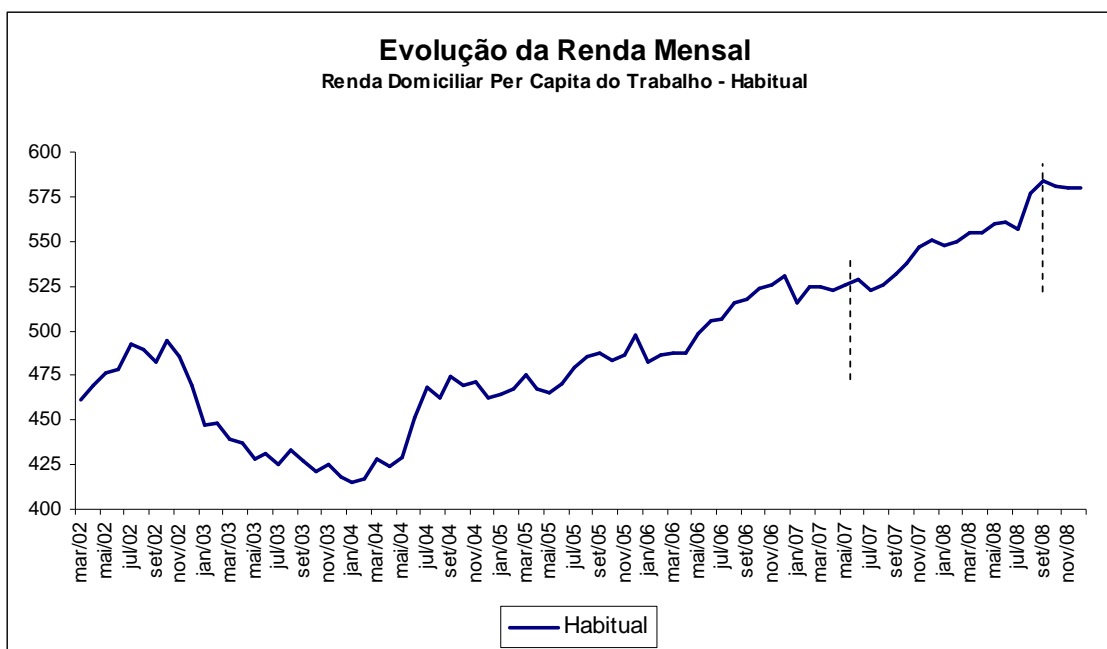
---

<sup>3</sup> Estamos incluindo não só a coleta e disponibilização dos microdados pelo IBGE cuja data média da última observação data de meados de dezembro, como o processamento dos microdados, análise, redação do texto, tradução para o inglês e difusão via banco de dados bilíngüe na internet.

<sup>4</sup> Os dados da parcela de renda apropriada pelos três grupos analisados indicam que a grande queda de desigualdade de 2004 ocorreu entre abril e junho daquele ano. Antes de creditarmos as mudanças ao reajuste do salário mínimo, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais, fazendo crer que foram outros os fatores, e não o efeito-salário mínimo, que geraram a redução da desigualdade de renda em 2004. Complementarmente, a série mensal demonstra que o reajuste de 9% real dado em maio de 2005 ao salário mínimo e o de cerca de 13% real concedido em abril de 2006 fornecem evidências de pouco impacto. Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo na década de 90, como o de maio de 1995, sobre dados similares, os resultados indicam uma perda de sincronia entre aumentos do mínimo e redução de pobreza.



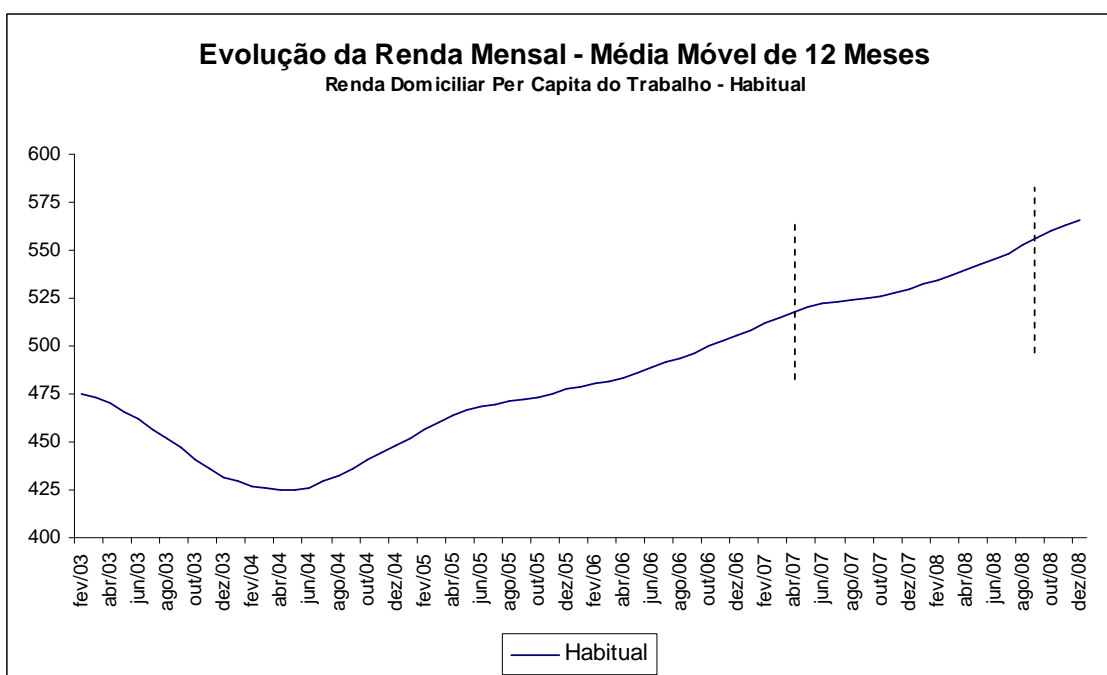
GRÁFICO 1 - Séries de Renda Média



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

O gráfico 2 apresenta a média móvel 12 meses da renda nos mostra que mesmo após o agravamento da crise a partir de setembro de 2008 a taxa de crescimento do poder de compra medida pela inclinação ascendente da curva não se altera.

GRÁFICO 2



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE.

Mal comparando, se os cientistas sociais fossem astrônomos e a distribuição de renda um corpo celeste em movimento, a Pnad seria um super telescópio situado no lugar certo para registrar a passagem do astro. Porém, para precisar os determinantes da trajetória de indicadores sociais com base em rendas, como a de pobreza e a de desigualdade de renda, precisamos de algo mais do que fotografias do fenômeno em anos distintos, como as fornecidas pela comparação das Pnads ao longo do tempo. Seria preciso utilizar uma espécie de filme gerado com base numa série de fotografias mensais, como as oferecidas pela PME, que permitem identificar o efeito de mudanças discretas sobre variáveis de políticas, como mudanças abruptas na taxa de juros, na taxa de câmbio ou, de maneira mais contundente, o papel dos reajustes do salário mínimo (NERI, 1995 2006).

Em terceiro lugar, a PME usa a metodologia de painel rotativo similar àquela adotada pelo Current Population Survey (CPS) americano, que permite acompanhar as informações dos mesmos indivíduos e de suas famílias durante algumas observações consecutivas. Ou seja, na nossa analogia cinematográfica, não estamos apenas acompanhando a estória agregada da sociedade ou de subgrupos delas, mas elaborando filmes de cada pessoa na amostra. Os microdados nos permitirão acompanhar indivíduos mais afetados pelas diversas crises (incluindo dados até o final de 2008), identificando os perdedores, ganhadores e os riscos associados em segmentos populacionais através da recuperação das trajetórias da renda e de indicadores de classe econômica. Em particular, exploramos inicialmente aqui dados observados entre meses 12 meses a parte evitando a operação de efeitos sazonais. Posteriormente usaremos dados mensais de setembro, outubro, novembro e dezembro de cada ano afim de comparar o período crítico pós setembro de 2008. Esse período é de especial interesse nesse estudo. A abordagem usada neste trabalho consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora de diferentes classes econômicas, bem como as de não-transição entre momentos 12 meses à parte. (BARROS et al., 1996).

Finalmente, é importante chamar a atenção para duas limitações da PME, a saber: ela deixa de fora outras rendas não-trabalho, como as advindas de transferência governamentais de programas para pobres e de juros para os grupos com estoque de riqueza financeira, além de ela só cobrir as seis áreas metropolitanas do Brasil. Ou seja, a pesquisa só fornece evidências do trabalho metropolitano (RAMOS; BRITO, 2003).

Quanto a limitação do conceito de renda pesquisado cabe lembrar que a renda do trabalho corresponde a 76,8% da renda per capita dos brasileiros segundo a última PNAD. No caso do conjunto das áreas metropolitanas brasileiras esta estatística sobe para 77,7% e em metrópoles como São Paulo a renda do trabalho atinge 82,6% dos proventos dos paulistanos. Ou seja, a PME capta mais de três quartos da renda das pessoas pesquisadas

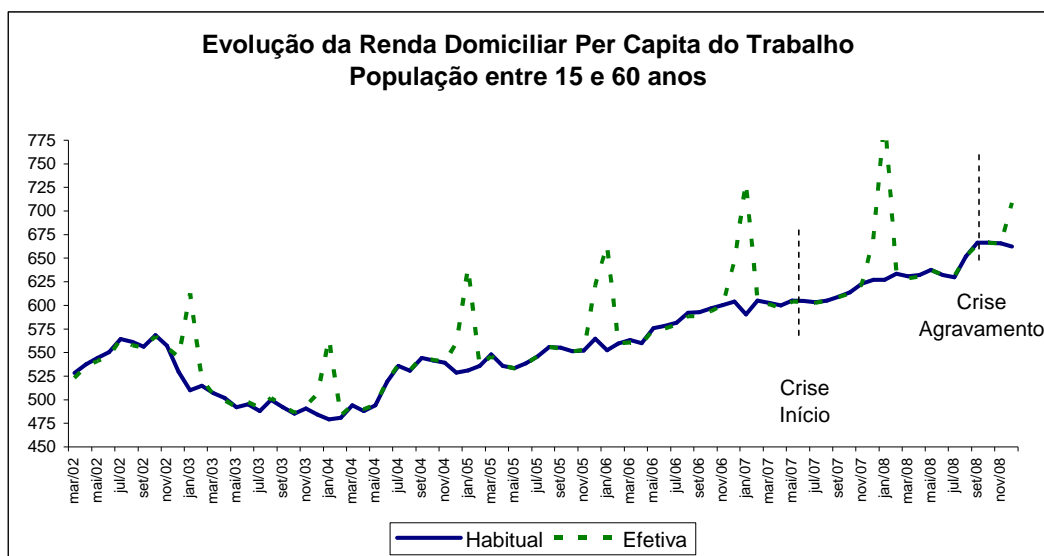
No que tange a população a limitação dos dados é mais séria. As seis regiões metropolitanas cobertas pela PME congregam pouco mais de um quarto (25,85%) da população brasileira. Por outro lado, a comparação relevante é com as demais bases disponíveis no curto intervalo de tempo em questão como o Caged/MTE e dados industriais como do próprio IBGE e de outras instituições como CNI e FIESP. O Caged que apresenta uma defasagem de divulgação similar a da PME cobre apenas o emprego formal, isto é empregados privados com carteira e funcionários públicos, o que equivale a 45,62% dos ocupados remunerados ou 19,62% da população brasileira segunda a PNAD 2007. No que tange a indústria de transformação apesar da sua importância presente e histórica para o desenvolvimento do país ela adiciona 17,1% do valor do PIB agregado segundo as Cotas Nacionais de 2007 e uma proporção ainda menor dos postos de trabalhos brasileiros. Nas áreas mais industrializadas das principais metrópoles cobertas pela PME o emprego industrial e formal representa 12,1% dos ocupados remunerados. Ou seja, apesar da PME perder quase 25% da renda e 75% das áreas geográficas brasileiras ela parece mais representativa da totalidade da população brasileira do que bases do setor industrial e/ou formal nacional. As grandes limitações da PME irão aparecer em grupos que auferem rendas alternativas ao trabalho como rendas de pensões e aposentadorias, seguro-desemprego e programas de transferência de renda como o Bolsa-Família, isto é idosos, desempregados do setor formal e pessoas de baixa renda. Já no que tange a questão geográfica ela será tão menos séria quanto mais as maiores metrópoles brasileiras forem representativas do que acontece nas cidades de menor porte e nas áreas rurais.

### 3. MÉDIA, DESIGUALDADE E MISÉRIA

#### MÉDIA

O conceito habitual ou normal suaviza flutuações transitórias da renda tal como aquela advinda do décimo terceiro salário, do bônus de férias e de horas extras feitas de maneira excepcional. O conceito de renda efetiva também pesquisada pela PME apresenta marcadas flutuações sazonais na passagem de cada ano que são problemáticos, pois contamina sobremaneira a análise dos meses mais recentes disponíveis. Agora como os gráficos ilustram, os picos sazonais as séries de dados são relativamente próximas<sup>5</sup>. Optamos por trabalhar aqui com o conceito habitual de renda, pois além de eliminar flutuações erráticas o que viesaria para cima as medidas de mobilidade a serem discutidas mais a frente. Uma vantagem deste conceito é a de ser também usado pela PNAD permitindo comparabilidade direta dos resultados com a principal base de dados do sistema de pesquisas domiciliares brasileiras. Outra vantagem é que enquanto o conceito efetivo se reporta ao salário do mês anterior ao que a pesquisa foi a campo, o conceito habitual capta as informações do mês em curso diminuindo a defasagem do acesso as informações.

GRÁFICO 3 - Renda Efetiva x Habitual

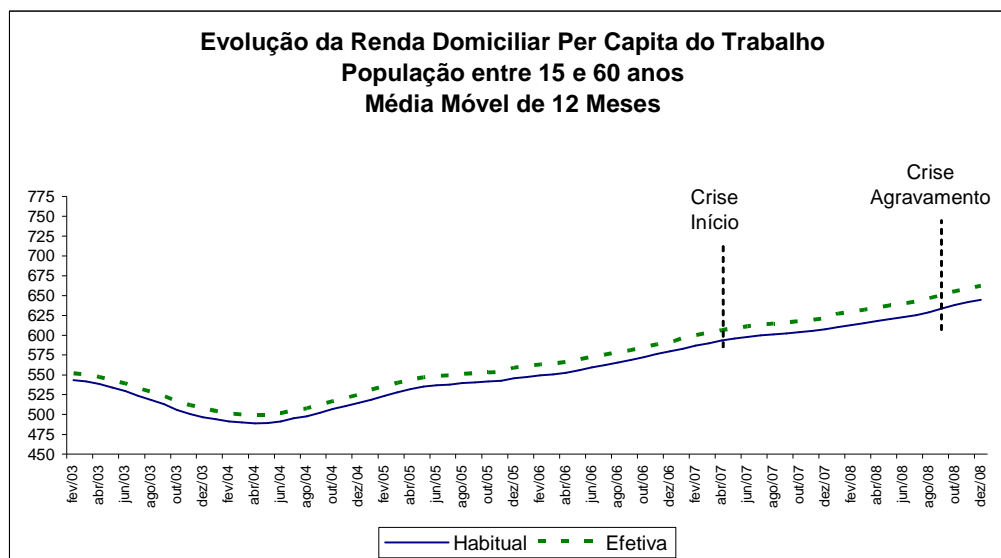


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

<sup>5</sup> Neri (1996) detalha as diferenças entre os dois conceitos a partir da comparação entre a PME coletada entre a 1980 e idos de 1982 antes da primeira reformulação. Um outro ponto é que o conceito habitual tende a estar vinculado ao mês em curso da pesquisa enquanto o efetivo ao mês anterior. Neste sentido o conceito efetivo seria mais adequado como indicador líder da PNAD. Por outro lado, o conceito efetivo de renda é o que se adequa as séries antigas da PME entre 1982 e 2002, antes da segunda reforma de 2003.

O gráfico abaixo demonstra que a média móvel de 12 meses torna a trajetória de dois conceitos de renda similares a renda efetiva tende a superar a habitual por uma pequena margem fruto da diluição dos efeitos das horas extras, décimo terceiro-salário e bônus de férias que no gráfico mensal do conceito efetivo se concentram nos meses de dezembro e janeiro (equivalente a novembro e dezembro no conceito habitual).

**GRÁFICO 4 - Renda Efetiva x Habitual**



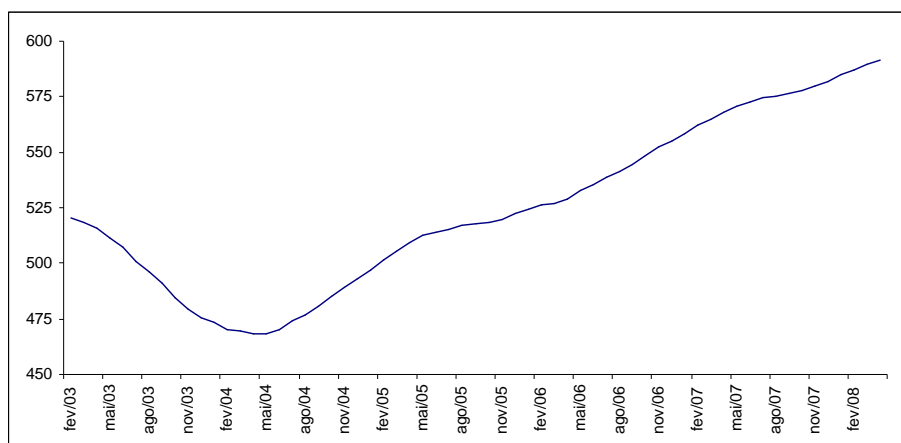
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

A primeira abordagem adotada é a de olhar para a evolução da distribuição de renda no sentido estatístico, aí incluindo a evolução da média e da desigualdade de renda per capita habitual. Optamos por apresentar o gráfico em média móvel para isolar melhor as tendências. A média de renda dá continuidade à trajetória de expansão já observada do fim da recessão de 2003, como já os dados mensais acima já sugeriam. Em dezembro de 2008 a renda domiciliar per capita real média do trabalho no grupo de 15 a 60 anos de era de 662,5 reais por mês. A taxa de crescimento acumulada da renda média anual entre 2003 e 2008 foi de 29,76% perfazendo uma variação média de 5,36% ao ano no período. O crescimento da renda média em 2008 foi de 6,12% superando a taxa de crescimento de três dos demais quatro meses deste período. de renda per capita, portanto já descontando o crescimento populacional.

No que tange aos possíveis impactos da crise, notamos uma pequena redução da renda per capita do trabalho de -0,62% entre setembro e dezembro de 2008 fato que não foi

observado entre os mesmos meses dos três anos anteriores. Isto pode indicar que à medida que períodos pós crise sejam incorporados a média móvel a taxa de crescimento da mesma comece a apresentar uma inflexão descendente ainda invisível no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5 - Evolução da Média de Renda Per Capita - 15 a 60 anos  
Renda Habitual – Média Móvel de 12 Meses**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**TABELA 1 –**

**Renda Per Capita Trabalho**

6 Principais Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	NÍVEL (R\$) - Dez	NÍVEL (R\$) - Média Ano	NÍVEL (R\$) - Set
	2002	<b>529,52</b>	543,45
2003	<b>484,14</b>	496,71	492,00
2004	<b>528,78</b>	514,66	544,45
2005	<b>564,70</b>	545,55	555,09
2006	<b>603,93</b>	579,74	593,08
2007	<b>627,22</b>	607,48	609,11
2008	<b>662,47</b>	644,69	666,61

Variação	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			<b>-4,75</b>
2003	-8,57	-8,60	<b>-1,60</b>
2004	9,22	3,62	<b>-2,88</b>
2005	6,79	6,00	<b>1,73</b>
2006	6,95	6,27	<b>1,83</b>
2007	3,86	4,79	<b>2,97</b>
2008	5,62	6,12	<b>-0,62</b>

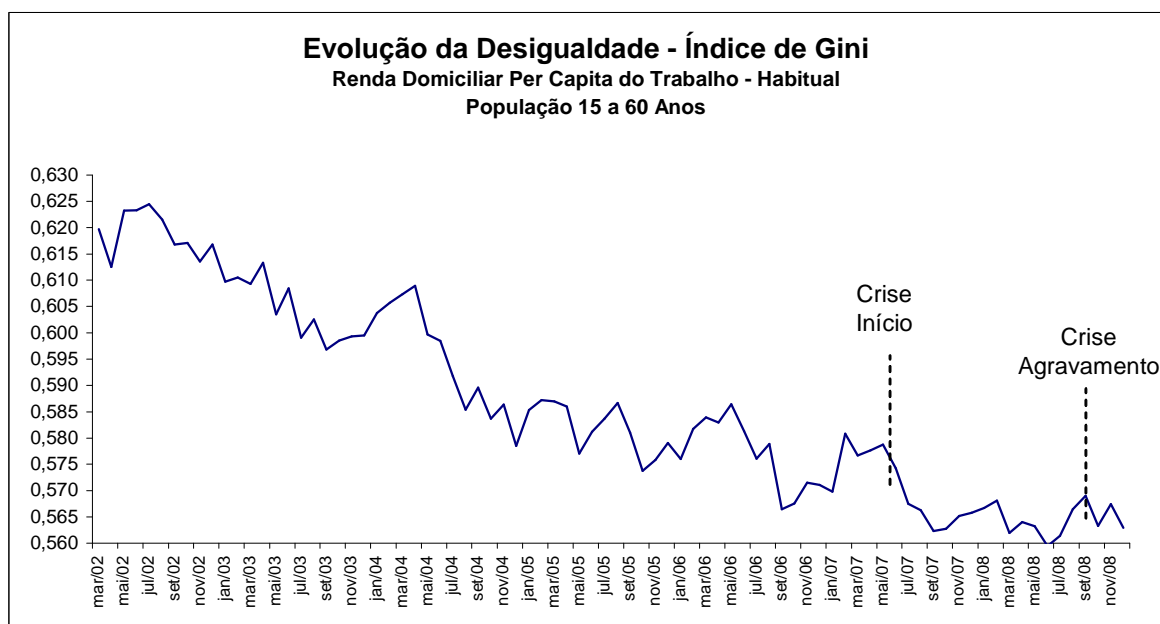
Variação Relativa	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002			13,08
2003	25,11	18,63	38,88
2004	36,83	29,79	21,58
2005	25,28	25,26	-35,87
2006	17,31	18,17	-33,95
2007	9,69	11,20	-20,89
2008	5,62	6,12	100,00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

## DESIGUALDADE

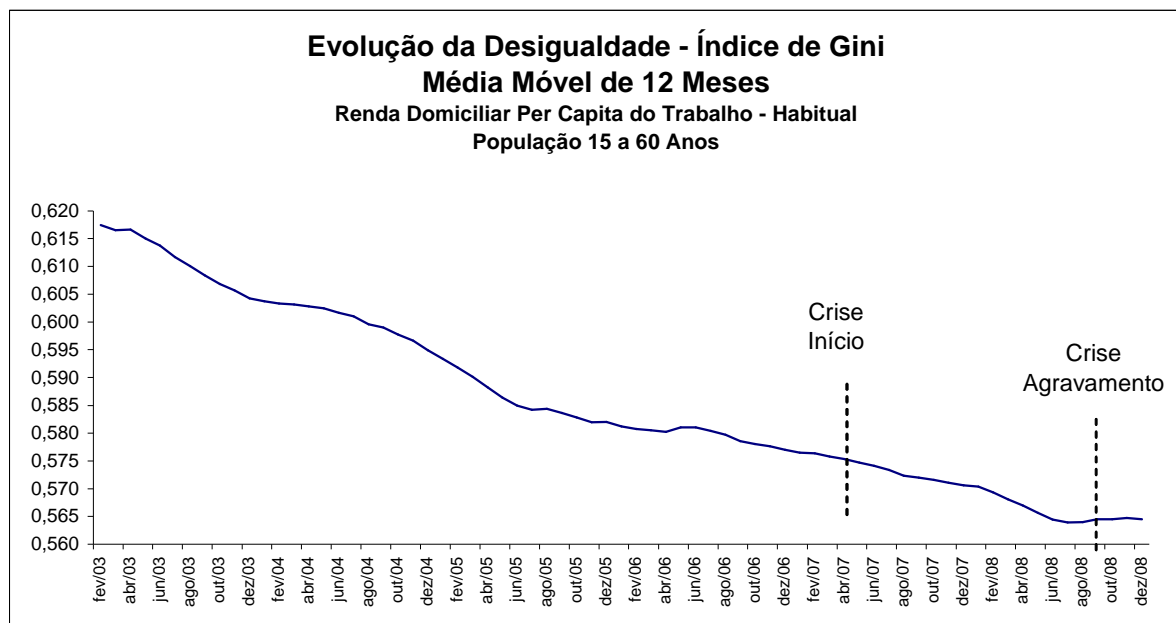
Antes da análise das medidas de desigualdade cabe frisar que além da menor abrangência geográfica e de conceito de renda utilizados, o conceito de renda per capita usada inclui as rendas nulas o que é de fundamental importância para as medidas de desigualdade. No caso da medida mais popular usada o índice de Gini que varia de 0 a 1 confere pesos as rendas em ordem inversa ao ranking das mesmas. Ou seja, o sujeito mais rico da sociedade recebe o menor dos pesos que sobe paulatinamente à medida que caminhamos em direção às menores rendas. Neste sentido a pessoa que tem renda e deveria receber o maior dos pesos e não o menor, peso nulo, quando implicitamente os desconsideramos na análise. Feitas estas ressalvas metodológicas a desigualdade de renda também apresenta marcada retração, esta durante toda a série. O índice de Gini seguindo ainda o conceito domiciliar per capita do trabalho para pessoas de 15 a 60 anos (vide comparações de conceitos no apêndice) cai de 0,6168 em dezembro de 2002 para 0,5629 em dezembro de 2008 o que implica em considerável deslocamento dada escala de variação do índice de Gini, em particular no contexto brasileiro previamente conhecido como de desigualdade alta e constante (iniquidade inercial). O índice de Gini de rendas de per capita de todas as fontes fica estagnado em torno de 0,6 entre os censos de 1970 e de 2000. A única mudança expressiva de natureza permanente observada nas séries estatisticamente documentadas do país foi o famoso aumento dos anos 60 quando o índice de Gini da renda individual sobe cerca de 0,07 ponto em uma década. Guardadas as diferenças conceitual e geográfica, para efeito de comparação esta queda absoluta em seis anos 0,0539 está acima do ritmo daquela conhecida como forte aceleração de desigualdade dos anos 60 (Neri (2008)). No que tange ao período após os choques recentes, notamos nas séries mensais do Gráfico 6 que Junho de 2007 foi seguido de queda marcada da desigualdade e que entre setembro e dezembro de 2008 a desigualdade continuou caindo mas em ritmo mais brando -1,07% no período. A estagnação da média móvel da desigualdade observada desde junho de 2008 se deve mais a fatores pré-crise.

**GRÁFICO 6 - Evolução da desigualdade pelo índice Gini**



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

**GRÁFICO 7 - Evolução da desigualdade pelo índice Gini**



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



## TABELA 2 - Desigualdade Gini

### Desigualdade - Índice de Gini

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	GINI - Dez	GINI - Média Ano	GINI - Set
2002	<b>0,6168</b>	0,6174	<b>0,6168</b>
2003	<b>0,5995</b>	0,6042	<b>0,5968</b>
2004	<b>0,5785</b>	0,5949	<b>0,5895</b>
2005	<b>0,5791</b>	0,5820	<b>0,5810</b>
2006	<b>0,5711</b>	0,5770	<b>0,5665</b>
2007	<b>0,5658</b>	0,5706	<b>0,5623</b>
2008	<b>0,5629</b>	0,5645	<b>0,5690</b>
	0,0539		

Variação	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
ente a referencia ano anterior	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			<b>0,00</b>
2003	-2,80	-2,14	<b>0,46</b>
2004	-3,51	-1,54	<b>-1,87</b>
2005	0,10	-2,18	<b>-0,34</b>
2006	-1,37	-0,86	<b>0,81</b>
2007	-0,94	-1,10	<b>0,61</b>
2008	-0,50	-1,07	<b>-1,07</b>

Variação Relativa	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
frente referencia em 2008	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	-8,73	-8,57	-
2003	-6,10	-6,57	-231,78
2004	-2,69	-5,11	57,24
2005	-2,79	-3,00	319,41
2006	-1,43	-2,16	-131,73
2007	-0,50	-1,07	-174,72
2008			100,00

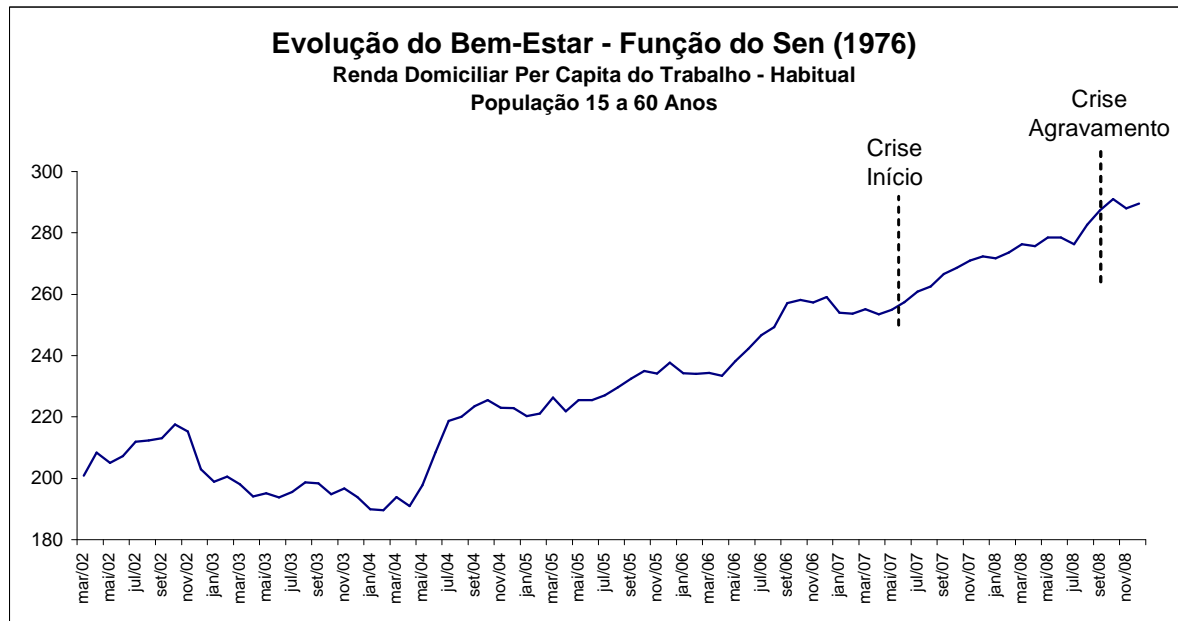
*Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.*

## MEDIDA DE BEM-ESTAR SOCIAL DE SEN

A fim de fornecer uma síntese final de movimentos em direções opostas, acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média \* (1 – Gini)). Logo, a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 666 reais mensais por pessoa da amostra seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 43,71% deste valor, reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. O deságio era ainda maior quando o índice era apenas 38,32% da renda média em 2001, antes do início da redução da desigualdade. Apresentamos no gráfico abaixo, a evolução mês dessa combinação da média de renda com sua respectiva desigualdade de renda, dada por essa medida de Bem-estar de Sen. O gráfico demonstra que o aumento do valor da função no período depois de 2004 é visível com continuidade após o período de crises recentes embora com alguma

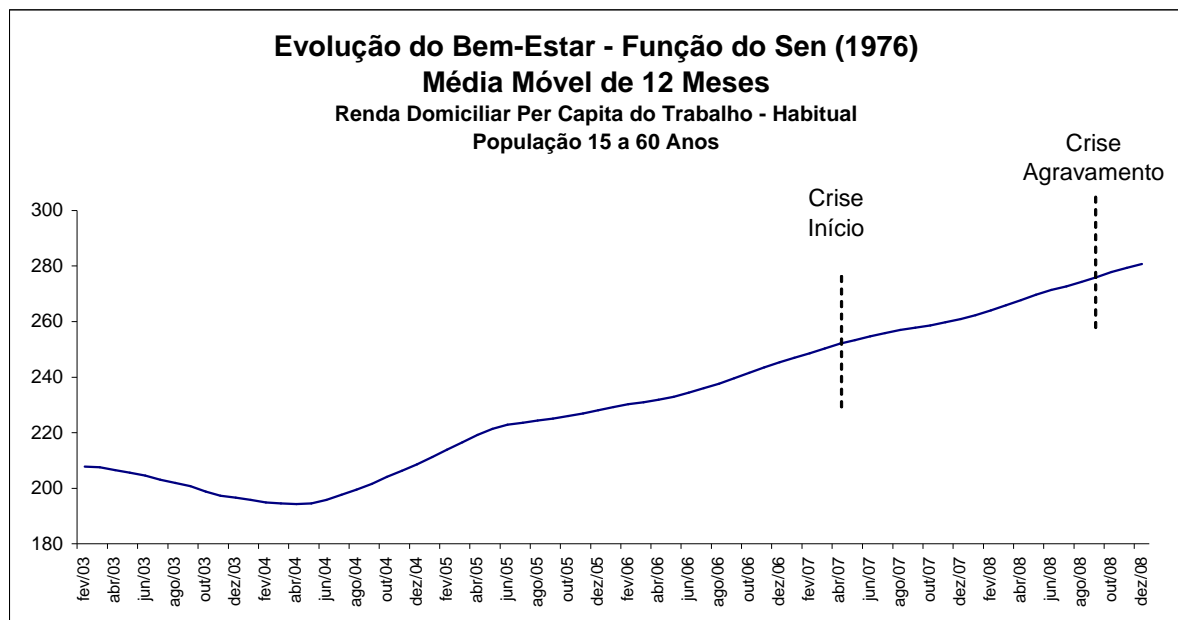
instabilidade e desaceleração de velocidade média de queda depois de setembro de 2008.

GRÁFICO 8



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

GRÁFICO 9



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

#### 4. DEFININDO A CLASSE MÉDIA

Existem pelo menos duas perspectivas para se conceituar Classe Média. Uma primeira é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. A sondagem do consumidor divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em bases mensais para o Brasil segue nesta direção. Este tipo de abordagem que foi bastante desenvolvido nos anos 50 e 60 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha no economista James Tobin um de seus grandes admiradores. Seguindo, nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu recente best-seller “O Mundo é Plano” define classe média mais do que pelo nível de vida e de renda presente, mas o esperar estar numa posição melhor no futuro. Esta mobilidade social estrutural social-ascendente seria algo como realizar o similar em cada país do chamado “sonho americano”, da possibilidade de ascensão social.

Complementarmente propomos (mas não divulgamos aqui) o uso de medidas de qualidade de vida extraídas da nova linha de *surveys* como o Gallup World Poll, o similar da IPSOS cuja uma das vantagens é a alta comparabilidade internacional por aplicar o mesmo questionário a um número grande de países. Esta vantagem também é compartilhada por *surveys* feitos em bases regionais, o LatinoBarômetro na América Latina e o EuroBarômetro no velho continente. Em particular, propomos o uso de medidas diretas tais como a expectativa de felicidade cinco anos no futuro em comparação com o nível de felicidade presente. Isto é feito através de perguntas onde a pessoa atribui diretamente nota subjetiva de 0 a 10 sobre a sua respectiva satisfação com a vida. Este tipo de análise recai sobre o Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) a partir de uma amostra de mais de 132 países cobertas pelos microdados do Gallup World Poll de 2006. Este índice será apresentado em seção mais a frente na seção desta pesquisa junto com a avaliação de cada pessoa sobre . O que podemos antecipar é que os dados indicam que a classe média no Brasil medida pelo Índice Futuro de Felicidade é alta vis a vis outros países, embora a avaliação subjetiva da situação agregada de cada país

A segunda maneira de se definir as classes sociais (E, D, C, B2, B1, A2 e A1) é pelo potencial de consumo tal como no chamado Critério Brasil na qual a nossa nova classe

média é identificada com a Classe C. Esta estratificação é implementada a partir do impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família<sup>6</sup>. Este critério estima os pesos a partir de equação minceriana (log da renda familiar total). O CPS propõe conceituação complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor. Ou seja, da capacidade de manter de fato este potencial de consumo ao longo do tempo. Neste trabalho ainda inédito além de testarmos a medição da classe média a partir da combinação de elementos como renda e acesso a bens de consumo tradicionalmente utilizada, propomos medir a classe média a partir da capacidade de geração e manutenção da riqueza a prazo mais longo. No primeiro elemento temos acesso à universidade pública ou privada, acesso a escola de qualidade (privada?), a elementos da era da Tecnologia da Comunicação e da Informação como computadores conectados a internet e além da renda corrente, a renda permanente estimada a partir de características sócio-demográficas fixas (como sexo, idade, região etc, mas especialmente estoque de educação). Já no aspecto de manutenção a prazo mais longo da situação financeira familiar temos desde acesso a emprego formal que garante um nível de proteção social maior, acesso a previdência privada, acesso a crédito imobiliário, posse legal de casa própria (com padrão mínimo de qualidade: banheiros, tipo de construção etc), seguro-saúde. Este tipo de preocupação com educação e inserção ocupacional consta em critérios aplicados na Inglaterra, Portugal e Índia. O aspecto inovador da metodologia é a sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média tais como a carteira de trabalho, a entrada na universidade ou na era da informática e aliarmos a aspecto de status social ligado a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Outra é a capacidade de mensurar em escala nacional cada componente citado, estudar a sua interação e a agregação dos mesmos em índices sintéticos do tamanho de da distribuição da classe média, mergulhar nos detalhes da sua determinação (por exemplo, ir além da estatística de acesso a educação, mas ver quanto

---

<sup>6</sup> Estas variáveis são medidas pelo Censo Demográfico o que facilita a espacialização do poder de compra das famílias, mas não são bem cobertas pela PNAD, por exemplo. No modelo hierárquico de imputação de rendas faltantes no Censo desenvolvido pelo IBGE e incorporado nos microdados do Censo 2000, a instrução da pessoa de referência do domicílio e o número de banheiros são as duas variáveis mais relevantes selecionadas.

se paga pela mesma), agregar a interação dos diversos componentes e monitorá-los ao longo do tempo.

Exploramos aqui alguns aspectos comuns a definição associados às duas linhas acima colocadas como a geração de renda do trabalho e a mobilidade trabalhista.

## **QUANTIFICANDO O TAMANHO DOS ESTRATOS SOCIAIS**

Ao contrário de análises da distribuição de renda relativa onde mapeamos a parcela relativa de cada grupo na renda total (como, por exemplo, os 10% mais ricos que se apropriam de quase 50% da renda etc.) nos fixamos aqui neste estudo na parcela da população que está acima de determinados parâmetros fixados para todo o período. Ou seja, estamos preocupados com a renda absoluta de cada pessoa. A presente abordagem é similar àquela usada na análise de pobreza absoluta, só que estamos preocupados também com outras fronteiras como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para o de elite. Na abordagem relativa pura a soma das partes dá 100% de algo relativo ao mês, enquanto na abordagem absoluta aplicada aos diversos segmentos da pirâmide social são referendados a um valor absoluto válido para todos os meses. Estes valores absolutos são parâmetros do que é estar na miséria, num grupo intermediário entre a miséria e a classe média, os remediados, o grupo de classe média e a elite. Como estamos trabalhando com um período de forte crescimento da renda média as duas abordagens, a relativa e a absoluta apresentam resultados bastante diferenciados. Cada uma destas situações tendem a acontecer no começo e no fim do período respectivamente. Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo onde para um grupo ganhar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por trás do resultado é que além dos de renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). Passou digamos de um tamanho brotinho para média, ou para os que sempre acham que o copo está sempre meio cheio, de pizza média para a grande. Na presente análise estamos preocupados não só na parcela relativa, mas seguindo a analogia na quantidade de pizza apropriada por cada estrato da sociedade.

Em função da nossa classificação se basear em renda do trabalho, restringimos a análise à renda domiciliar, per capita e total, ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade, esta restrição adicional nos ajuda a tornar os níveis e em especial a análise das transições entre estratos sociais mais permanentes.

## 5. DESLOCAMENTOS AGREGADOS DE CLASSES ECONÔMICAS

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em quatro grupos de renda, olhamos a evolução da participação da população em cada estrato de renda para na seção seguinte aprofundar a análise dos respectivos movimentos. A elite (o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita*); a metade mais pobre aí incluindo tanto os miseráveis como os que estão exatamente acima que se apropriava de um décimo da renda nacional (9,95%); e os 40% intermediário, cuja parcela na população e na renda praticamente coincidindo (39,78%), constituindo, assim, um país de renda média, similar ao Peru, e inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia<sup>7</sup>. Heuristicamente, investigamos aqui as migrações entre estes diferentes Brasis, estamos menos preocupados em quantificar quais são os estratos da população habitando em determinadas condições de vida pré-fixadas e mais na sua evolução ao longo do tempo.

Transformando uma longa estória abaixo descrita em números objetivos temos abaixo os limites das Classes Sociais medidas em renda domiciliar total de todas as fontes por mês. (a explicação vem logo a seguir):

### Definição das Classes Econômicas

#### Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes\*

	<i>limites</i>	
	Inferior	Superior
<b>Classe E</b>	0	804
<b>Classe D</b>	804	1115
<b>Classe Média C</b>	1115	4807
<b>Classe Alta AB</b>	4807	-

\* atualizado a preços de Dezembro de 2008

<sup>7</sup> Sob esse aspecto, a distribuição de renda do trabalho metropolitano da PME é mais concentrada do que a da Pnad nacional em todas as fontes de rendimento.

Definimos os limites das classes econômicas começando pela definição de miséria tal como calculada tradicionalmente pelo Centro de Políticas Sociais (Ferreira, Neri e Lanjouw (2003) e Neri (2006)). A renda domiciliar total deste grupo corresponde ao intervalo entre 0 e 768 reais mês dada à existência de 4,31 pessoas nestes domicílios e da renda de outras fontes fora trabalho representar cerca de 24,2% da renda deste grupo. Esta é nomeada aqui como Classe E.

A renda dos demais grupos foi definida a partir de pontos focais da distribuição de renda domiciliar per capita para o período todo da nova Pesquisa Mensal do Emprego de 2002 a 2006, pois queremos referências monetárias fixas em termos reais fixas para ter grupos variáveis<sup>8</sup>, qual sejam a mediana e o nono decil que dividem a população a metade, usamos o conceito, mas expressamos o resultado em renda total do domicílio que está mais em sintonia com os institutos de pesquisa que calculam a classe média (vide abaixo). A renda do estrato social mais acima que é um grupo de renda mais alta que os miseráveis chamada de Classe D, vão da linha de miséria até a mediana do período todo que corresponde a 214 reais a preços de hoje por pessoa ou 883,7 reais por domicílio mês. Em suma, a classe D está compreendida entre 768 reais e 1115 de renda domiciliar total de todas as fontes por mês.

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo de Classe C vai da mediana de renda de todo período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde à faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. Em termos de renda domiciliar total de todas as fontes a Classe C está compreendida no intervalo entre 1115 reais a 4807 reais por mês. Este é o intervalo da Classe média que ocupa o centro da presente análise.

Finalmente, o grupo de Elite formado pelas Classes A e B é dado pelos domicílios cuja renda domiciliar total de todas as fontes por mês supera o limite superior da classe média de 4807 reais por mês. Este é o grupo que diferencia mais a concentração de renda no Brasil frente à de outros países, como os Estados Unidos que não é um país particularmente igualitário.

---

<sup>8</sup> Apresentamos no site da pesquisa cálculos usando a PNAD e a POF, ambas do IBGE, como referência.

Segue abaixo a classificação das classes por renda domiciliar per capita do trabalho.

### Definição das Classes Econômicas

#### Renda Domiciliar Per Capita do Trabalho

	<i>limites</i>	
	Inferior	Superior
<b>Classe E</b>	0	142
<b>Classe D</b>	142	224
<b>Classe Média C</b>	224	967
<b>Classe Alta AB</b>	967	-

\* atualizado a preços de Dezembro de 2008

Só para certificar: a fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes através da PNAD de 2006. A faixa C central está compreendida entre os R\$ 1115 e os R\$ 4561 a preços de hoje na grande São Paulo. As tabelas e os gráficos, mais abaixo, apresentam os níveis e tendências dessas séries. Começamos com uma visão panorâmica da evolução da composição populacional entre essas classes de renda. De maneira geral, após o fim da recessão de 2002-03 observamos um movimento de ganho de participação dos estratos mais altos AB e C e correspondente diminuição dos segmentos mais baixos D e E. É interessante notar que este movimento persiste até o final das séries em dezembro de 2008. Ou seja, um ano e meio após o anúncio da primeira onda de tremores financeiros nos EUA e três meses e meio após o agravamento destes tremores em meados de setembro de 2008. Há algumas diferenças sutis de movimentos de cada um desses estratos em particular no período recente que precisam ser detalhadas, senão vejamos:

**TABELA 3 – A Estrutura das Classes Econômicas  
Renda per Capita do Trabalho – 15 a 60 anos de idade  
(6 Regiões Metropolitanas brasileiras)**

	Classe AB		Classe C		Classe D		Variação (%)	Classe E
	MM	MM	MM	MM	MM	MM		
	Nível (%)	Nível (%)	Nível (%)	Nível (%)	Nível (%)	Nível (%)		MM Nível (%)
<b>dez/02</b>	12,00		43,22		15,24		29,54	
<b>dez/03</b>	10,66	11,12	42,99	42,36	16,40	16,35	29,95	30,17
<b>dez/04</b>	11,66	11,58	47,57	44,38	15,50	16,41	25,27	27,62
<b>dez/05</b>	13,18	12,40	46,72	46,08	16,60	17,03	23,50	24,49
<b>dez/06</b>	14,07	13,30	49,98	48,23	14,86	15,69	21,09	22,79
<b>dez/07</b>	14,76	14,15	51,88	50,24	14,14	14,90	19,22	20,71
<b>dez/08</b>	15,33	15,20	53,81	52,32	13,18	14,02	17,68	18,46

*Obs: Média Móvel de 12 meses encerrada no período*

*Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.*



## CLASSE C: A NOVA CLASSE MÉDIA

O grupo atingia 43,22% da população no começo da série em dezembro de 2002 passa para 53,81% em abril de 2008, última observação disponível, configurando um aumento de 24,55% da importância da classe C. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003, a classe média atingia 42,99% da população em dezembro de 2003 e sobe cerca de 25,17% até dezembro de 2008. Se abrirmos o período pós-crise de setembro de 2008 observamos um crescimento de 1,24% neste período acima do crescimento populacional deste grupo de referência. Esse crescimento entre setembro e dezembro de 2008 supera inclusive aqueles observados no mesmo período em todos os anos com exceção de 2004. Ou seja, o crescimento da Classe C ainda não foi até final de 2008 afetado pela crise anunciada.

TABELA 4 – Classe C

Classe C (A Nova Classe Média)

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	TAXA (%) - Dez	TAXA (%) - Média Ano	TAXA (%) - Set
2002	43,22	43,02	43,08
2003	42,99	42,36	42,72
2004	47,57	44,38	45,81
2005	46,72	46,08	46,29
2006	49,98	48,23	50,14
2007	51,88	50,24	51,40
2008	53,81	52,32	53,15

Variação em relação a referência ano anterior	VARIACÃO (%)	VARIACÃO (%)	VARIACÃO (%)
	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			0,32
2003	-0,53	-1,55	0,63
2004	10,65	4,79	3,84
2005	-1,79	3,82	0,93
2006	6,98	4,65	-0,32
2007	3,80	4,18	0,93
2008	3,72	4,13	1,24

Variação Relativa frente referência em 2008	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	24,50	21,60	382,11
2003	25,17	23,51	196,48
2004	13,12	17,87	32,32
2005	15,18	13,53	133,68
2006	7,66	8,48	-389,14
2007	3,72	4,13	132,97
2008	0,00	0,00	100,00

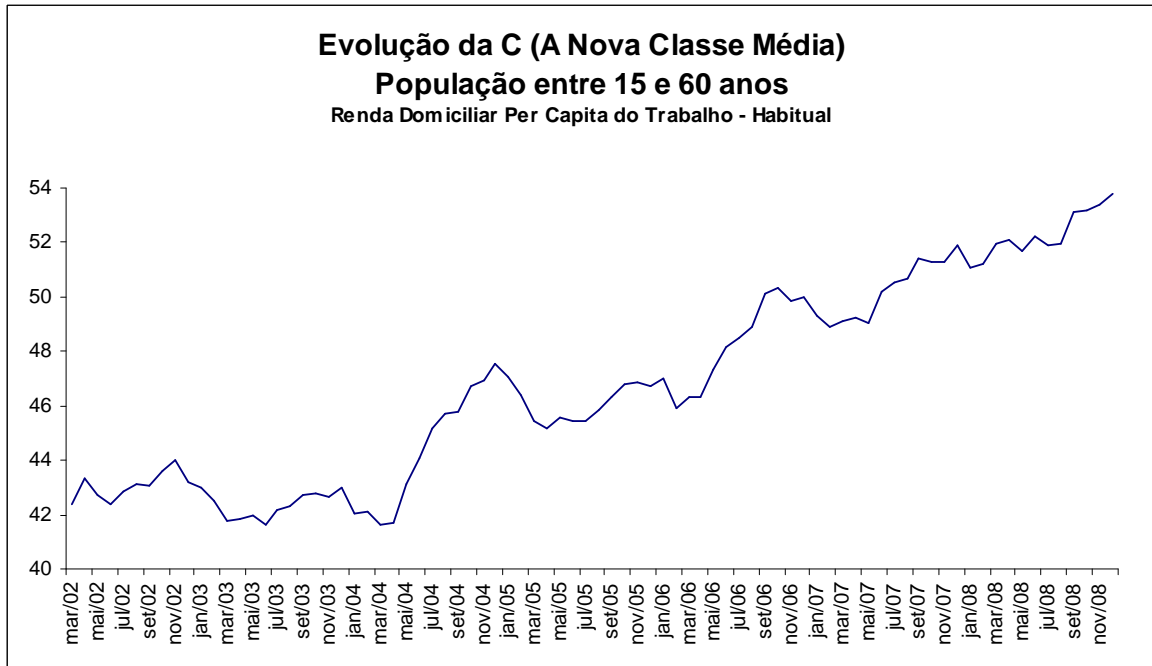
Obs: \* em 2002 se refere a média de março de 2002 a fevereiro de 2003

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

*Critério: Renda Habitual*

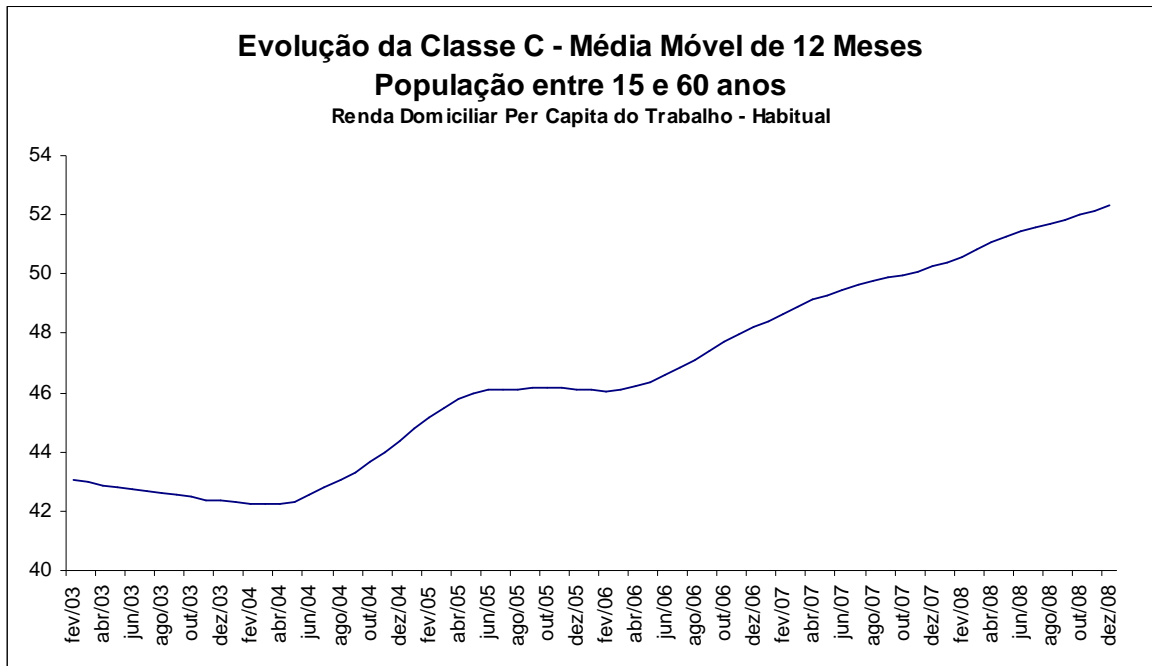
*Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.*

**GRÁFICO 10 - Participação da Classe C (%)**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**GRÁFICO 11 - Participação da Classe C (%)**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

## Classe AB

TABELA 5 - Classes A e B

### Classe AB

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	TAXA (%) - Dez	TAXA (%) - Média Ano	TAXA (%) - Set
2002	12,00	12,54	12,92
2003	10,66	11,12	11,05
2004	11,66	11,58	12,29
2005	13,18	12,40	12,83
2006	14,07	13,30	13,56
2007	14,76	14,15	14,29
2008	15,33	15,20	15,43

Variação	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
ente a referência ano anterior	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			-7,12
2003	-11,17	-11,27	-3,53
2004	9,38	4,13	-5,13
2005	13,04	7,01	2,73
2006	6,75	7,30	3,76
2007	4,90	6,39	3,29
2008	3,86	7,41	-0,65

Variação Relativa	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
frente referência em 2008	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	27,75	21,23	9,10
2003	43,81	36,62	18,36
2004	31,48	31,21	12,64
2005	16,31	22,62	-23,76
2006	8,96	14,27	-17,23
2007	3,86	7,41	-19,70
2008			100,00

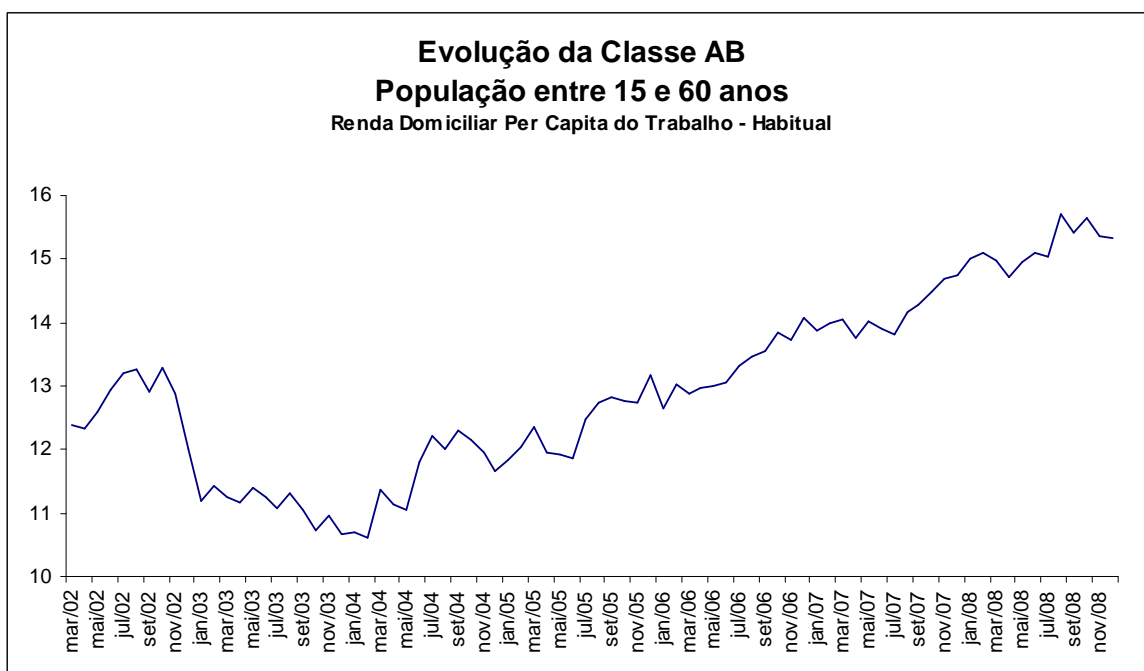
Obs: \* em 2002 se refere a média de março de 2002 a fevereiro de 2003

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

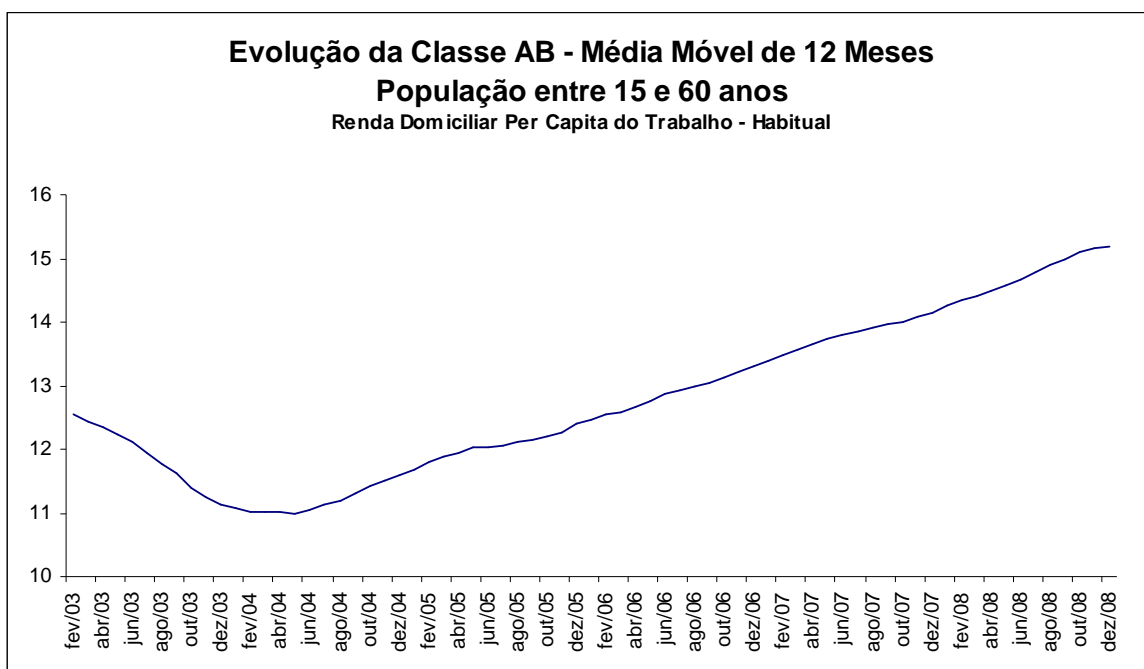
Voltando agora às classes A e B tomadas conjuntamente. Este estrato atingia 12% da população no começo da série em dezembro de 2002 passa para 15,33% em dezembro de 2008, configurando um aumento de 19,46% da importância do grupo refletindo complementariedade com o período de bonança da classe C. Note que este grupo chega a cair para 10,66% após a recessão de 2003 (queda de -11,17%). A Classe AB ao contrário da Classe C começa sofrer os efeitos dos choques recentes caindo -0,65% entre setembro e dezembro de 2008, enquanto no mesmo período dos dois anos anteriores os aumentos superaram os 3%.

**GRÁFICO 12 - Participação das Classes A e B (%)**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**GRÁFICO 13 - Participação das Classes A e B (%)**

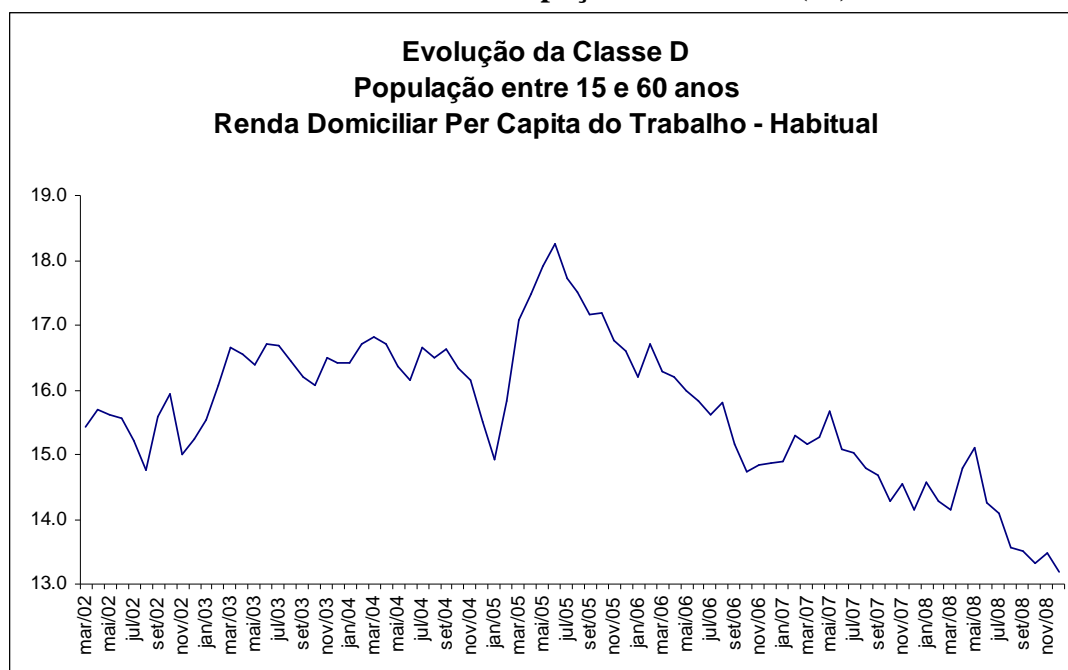


Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

## Classe D

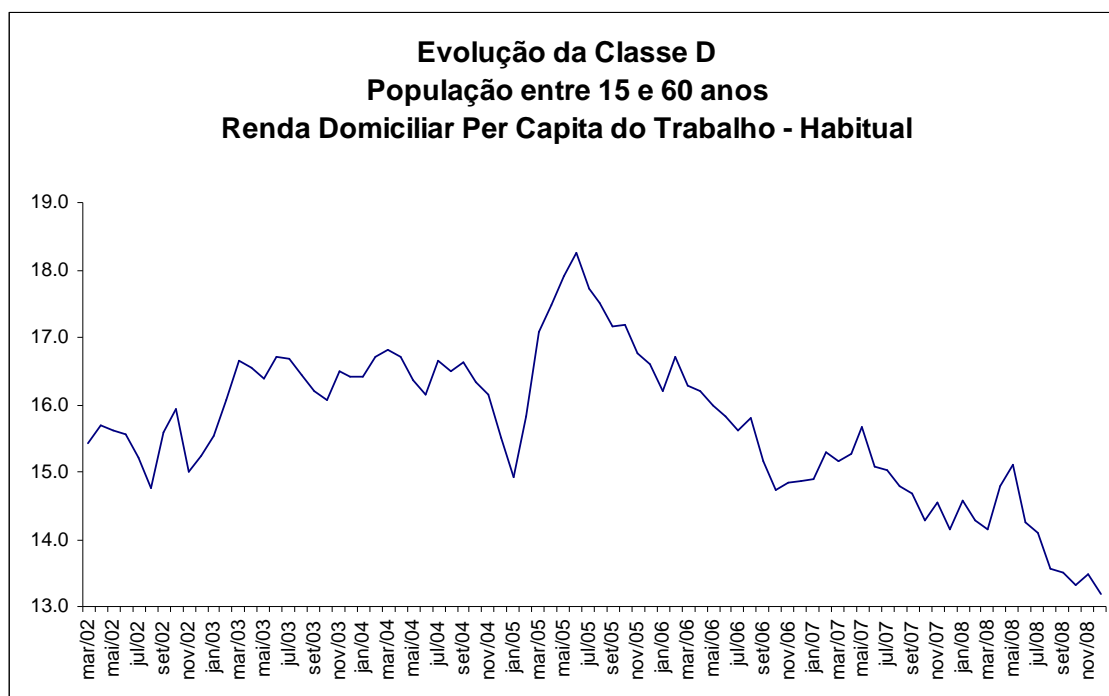
Notamos um comportamento mais errático da classe D ao longo do tempo vis a vis as séries das demais classes econômicas aqui definidas. Como consequência a participação do grupo na população fica mais ou menos constante na comparação dos extremos da série: passa de 15,24 % em dezembro de 2002 para 14,86% em dezembro de 2006. A trajetória de queda relativa do grupo fica definida a partir de junho de 2005, espelhando de maneira inversa trajetória ascendente da Classe C, o outro grupo intermediário analisado, a partir deste ponto. De meados de 2007 em diante a classe D atinge sucessivos níveis mínimos atingindo 13,18% em dezembro de 2008. Neste sentido o período de choques externos parece retirar pessoas da classe D. A trajetória da Classe D na fase do agravamento da crise externa é marcadamente negativa caindo % no período setembro a dezembro de 2008. Resta analisar a evolução da classe E para sabermos se as pessoas estão caindo, subindo ou ambas da classe D durante a fase de choques externos.

GRÁFICO 14 - Participação da Classe D (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 15 - Participação da Classe D (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 6 - CLASSE D

**Classe D**

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	TAXA (%) - Dez	TAXA (%) - Média Ano	TAXA (%) - Set
	2002	15,24	15,47
2003	16,41	16,35	16,19
2004	15,50	16,41	16,63
2005	16,60	17,03	17,17
2006	14,86	15,69	15,17
2007	14,14	14,90	14,67
2008	13,18	14,02	13,52

Variação ente a referencia ano anteri	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			-2,25
2003	7,68	5,69	1,36
2004	-5,55	0,38	-6,79
2005	7,10	3,78	-3,32
2006	-10,48	-7,91	-2,04
2007	-4,85	-5,00	-3,61
2008	-6,79	-5,89	-2,51

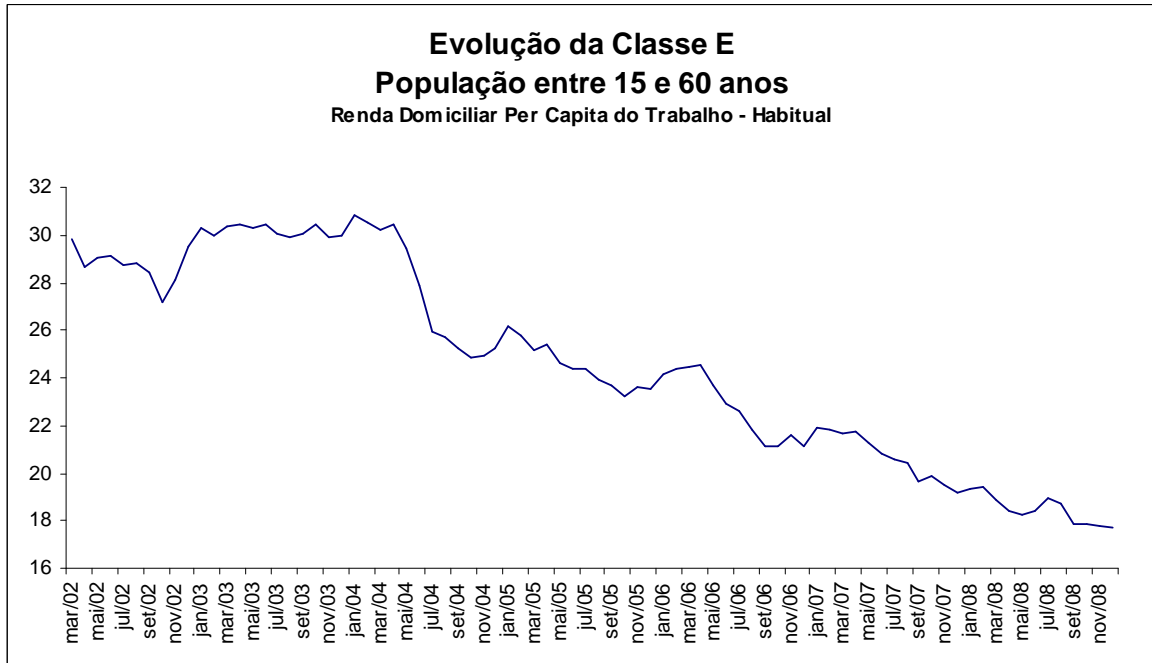
Variação Relativa frente referencia em 2008	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	-13,52	-9,35	112,02
2003	-19,68	-14,23	-185,07
2004	-14,97	-14,56	37,01
2005	-20,60	-17,67	75,75
2006	-11,31	-10,60	123,06
2007	-6,79	-5,89	69,61
2008			100,00

Obs: \* em 2002 se refere a media de março de 2002 a fevereiro de 2003  
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

## Classe E

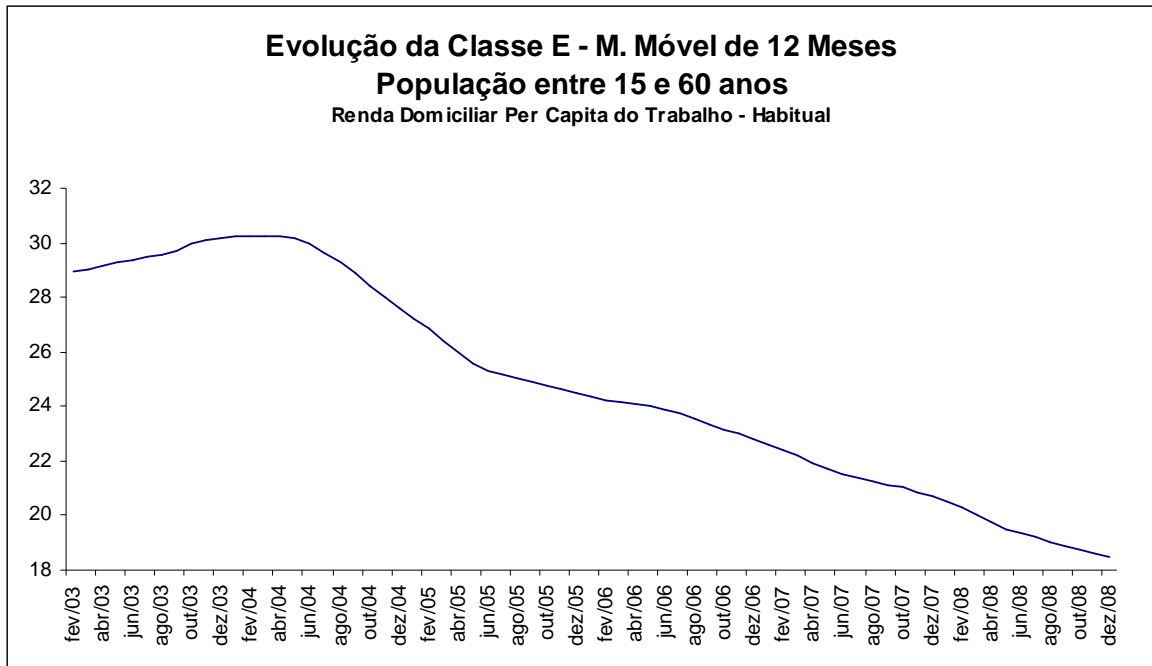
A base da distribuição de renda formada pela classe E correspondia a 42,82% da população em dezembro de 2002 caindo para % no final da série.

GRÁFICO 16 - Participação da Classe E (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 17 - Participação da Classe E (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

## TABELA 7 - Classe E

### Classe E

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	TAXA (%) - Dez	TAXA (%) - Média Ano	TAXA (%) - Set
2002	<b>29,54</b>	28,97	28,41
2003	<b>29,95</b>	30,17	30,04
2004	<b>25,27</b>	27,62	25,27
2005	<b>23,50</b>	24,49	23,70
2006	<b>21,09</b>	22,79	21,13
2007	<b>19,22</b>	20,71	19,64
2008	<b>17,68</b>	18,46	17,90

Variação em relação a referência ano anterior	VARIACÃO (%)	VARIACÃO (%)	VARIACÃO (%)
	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			<b>3,98</b>
2003	1,39	4,14	<b>-0,30</b>
2004	-15,63	-8,45	<b>0,00</b>
2005	-7,00	-11,34	<b>-0,84</b>
2006	-10,26	-6,93	<b>-0,19</b>
2007	-8,87	-9,15	<b>-2,14</b>
2008	-8,01	-10,84	<b>-1,23</b>

Variação Relativa em relação a referência em 2008	VARIACÃO ACUM Dez (%)	VARIACÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIACÃO Set a Dez (%)
	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	-40,15	-36,28	-30,90
2003	-40,97	-38,81	410,23
2004	-30,04	-33,16	
2005	-24,77	-24,62	145,64
2006	-16,17	-19,00	649,25
2007	-8,01	-10,84	57,47
2008			100,00

Obs: \* em 2002 se refere a média de março de 2002 a fevereiro de 2003

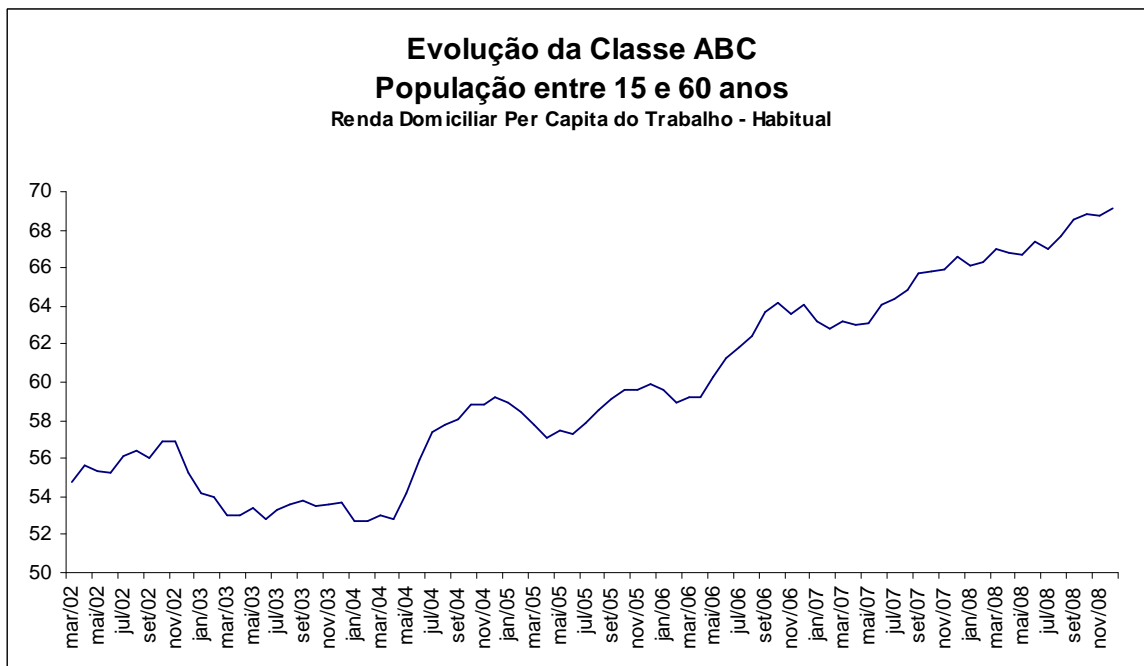
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

### Classe ABC

Um problema da classe C é que ela é por excelência uma classe intermediária, de forma que sua ascensão pode significar tanto progresso se são as classes D ou E que perdem espaço, como pode significar regressão se forem as Classes A ou B que basicamente ganharem parcelas da população. A fim de contornar esta indeterminação agregamos a classe C os demais estratos superiores, constituindo a chamada classe ABC para efeito de análise. Neste caso um aumento desta classe significa inequivocamente melhora dos padrões de renda da sociedade em questão. Outro problema é a determinação da linha de corte que alguns podem considerar baixo ou alto à semelhança do processo de fixação da linha de pobreza.

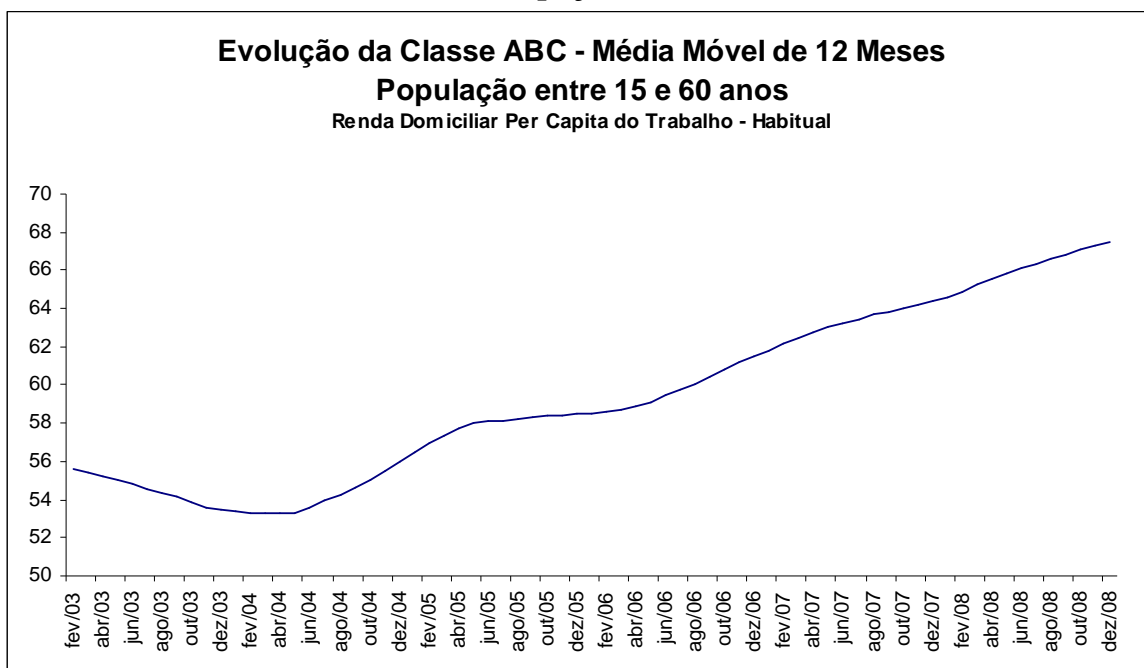


**GRÁFICO 18 - Participação da Classe ABC (%)**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**GRÁFICO 19 - Participação da Classe ABC (%)**



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

## TABELA 8 - Classe ABC

### Classe ABC

6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Nível	TAXA (%) - Dez	TAXA (%) - Média Ano	TAXA (%) - Set
2002	55,22	55,56	56,00
2003	53,65	53,48	53,77
2004	59,23	55,97	58,10
2005	59,90	58,48	59,12
2006	64,05	61,53	63,70
2007	66,64	64,39	65,69
2008	69,14	67,51	68,58

Variação	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
ente a referencia ano anterior	Dez a Dez	Médias Anuais	Set a Dez
2002			-1,39
2003	-2,84	-3,74	-0,22
2004	10,40	4,65	1,94
2005	1,13	4,48	1,32
2006	6,93	5,21	0,55
2007	4,04	4,66	1,45
2008	3,75	4,85	0,82

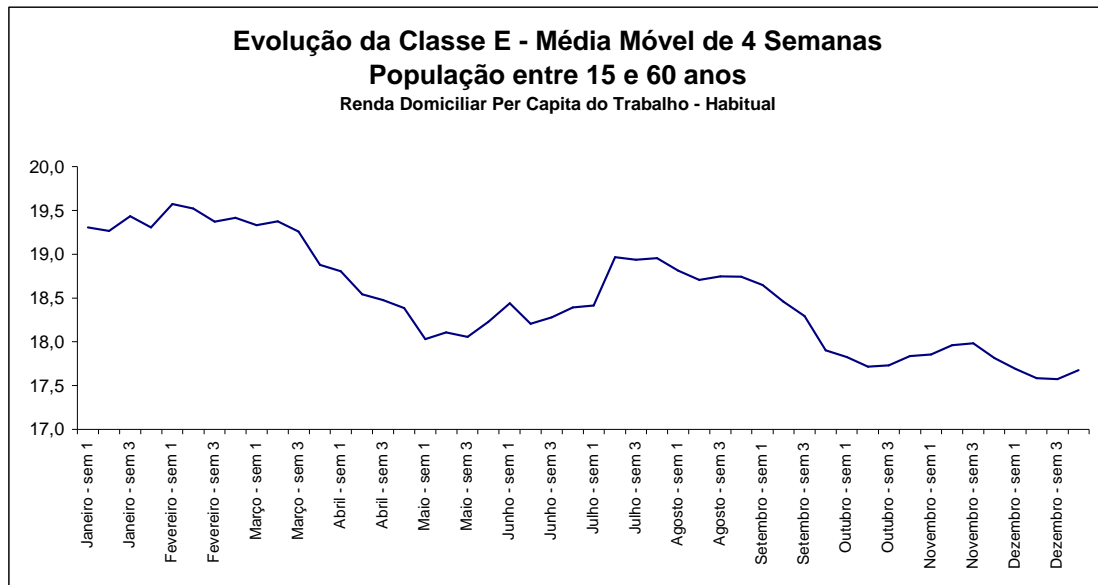
  

Variação Relativa	VARIAÇÃO ACUM Dez (%)	VARIAÇÃO ACUM Média Ano (%)	DIF DA VARIAÇÃO Set a Dez (%)
frente referencia em 2008	Ref: Nível Dez 2008	Ref: Média Ano 2008	Ref: Variação Set a Dez 2008
2002	25,21	21,52	-58,63
2003	28,87	26,24	-365,89
2004	16,73	20,63	41,98
2005	15,43	15,45	61,89
2006	7,95	9,73	148,61
2007	3,75	4,85	56,46
2008			100,00

### Dados em bases semanais

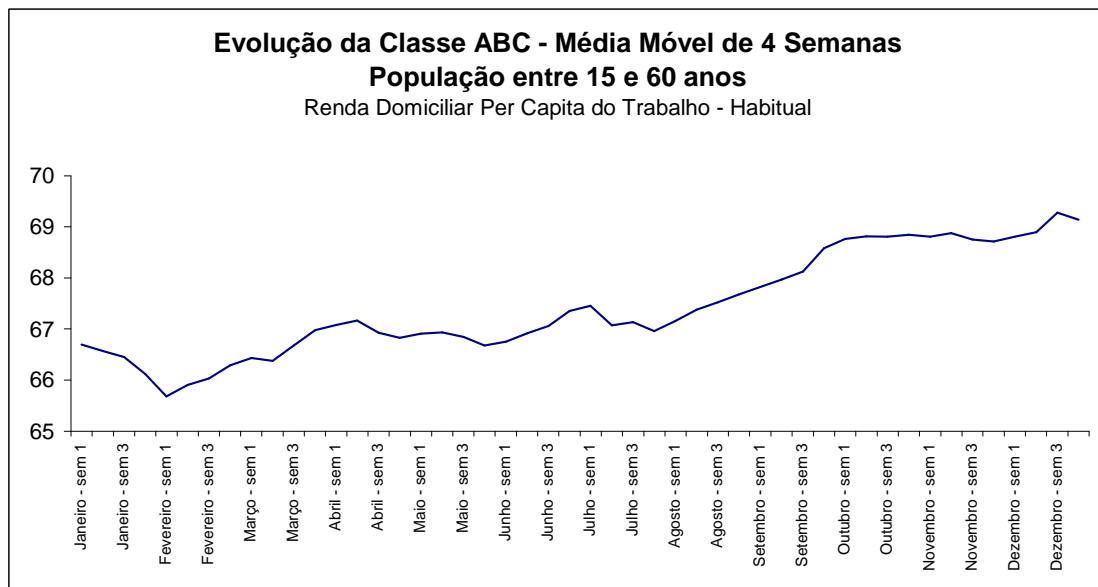
Apresentamos a título de ilustração a média móvel de quatro semanas da participação das classes extrema do nosso espectro de estratos econômicos analisados, quais sejam as classes E a ABC ao longo do último ano. Os dados demonstram claro movimento de melhora de estratos sociais ao longo das 52 semanas do ano, mesmo após o advento do agravamento da crise externa em setembro de 2008.

GRÁFICO 20



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

GRÁFICO 21



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Neri (2001) observa que no período 1998-99 chamado de crise de desemprego metropolitana, a face mais visível desta crise foi um incremento de cerca de dois pontos de porcentagem na taxa de desemprego da antiga PME. A análise desagregada em bases semanais similar àquela usada aqui da inflexão observada na taxa de desemprego identifica a passagem da última semana de dezembro de 1997 para a primeira semana de janeiro de 1998 como a data em que o aumento da taxa se materializou. O final de ano é marcado pela vendas de natal, emprego no comércio e pela postergação da busca de

trabalho pelos desempregados para o ano novo onde um novo ciclo se inicia não só para os trabalhadores como para as empresas. Este ponto se deu cerca de três meses após o aumento da taxa de juros adotado como reação a crise asiática. Este ponto pode ser importante para nosso problema em mãos uma vez que falamos de defasagens e períodos entre os dois episódios. Isto significa que deveríamos estar atentos para a passagem para a próxima semana seguinte a da amostra disponível.

## **DESTINOS SOCIAIS**

Como detalhamento final abrimos os destinos das transições de cada estrato econômico por ano. Na última linha da tabela apresentamos as informações de 2007/2008 abertas para os últimos três meses do ano, a fim de medir possíveis impactos da crise na transição entre as classes. Mais uma vez, 2004 e 2008 se destacam nas estatísticas, com apenas 59,5% e 59,91% da classe E que continuam classe E um ano após a primeira observação (coletada em 2003 e 2007, respectivamente). Esta estatística cai para 58,5% se restringirmos ao período pós-crise e cresce para 60,31% no pré. De um modo geral, 2008 se destacam mais pelas transições da classe E em direção as outras classes D e C, enquanto a presença relativa das transições em relação à classe, acompanhando o mesmo indivíduo durante 1 ano. Ou seja, analisamos a transição para dentro e fora dos diferentes grupos de renda. Realizamos esse mesmo exercício para os demais grupos de renda. Em todos os casos, 2008 é o melhor ponto da série. O leitor está convidado a analisar as mudanças de classes sociais em períodos pré e pós-crise através das matrizes abaixo. Essas informações estão disponíveis por diferentes grupos sócio-demográficos no Panorama de Mobilidade Social disponível no site da pesquisa.

TABELA 9 - Matriz de Destinos - (quem era Classe E inicialmente)

Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Mobilidade Anual

		Final - 1 ano após			
		Classe E	Classe D	Classe C	Classe AB
Inicial	2002	61.47	16.80	18.18	3.55
	2003	59.50	18.64	18.34	3.52
	2004	61.16	19.07	17.12	2.65
	2005	64.10	18.00	16.07	1.83
	2006	63.31	18.48	16.12	2.09
	2007	59.91	17.60	19.00	3.49
	<b>2007 - Jan a Set</b>	<b>60,31</b>	<b>17,76</b>	<b>18,42</b>	<b>3,5</b>
	<b>2007 - Out a Dez</b>	<b>58.54</b>	<b>17.06</b>	<b>20.95</b>	<b>3.45</b>

TABELA 10 - Matriz de Destinos - (quem era Classe D inicialmente)

6 Regiões Metropolitanas Brasil

Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Mobilidade Anual

		Final - 1 ano após			
		Classe E	Classe D	Classe C	Classe AB
Inicial	2002	32,31	36,49	30,45	0,75
	2003	23,31	39,93	36,15	0,62
	2004	21,54	43,33	34,56	0,57
	2005	18,92	41,49	38,91	0,68
	2006	16,54	45,2	37,7	0,55
	2007	16,17	43,18	40,03	0,63
	<b>2007 - Jan a Set</b>	<b>15,98</b>	<b>43,77</b>	<b>39,65</b>	<b>0,61</b>
	<b>2007 - Out a Dez</b>	<b>16,80</b>	<b>41,18</b>	<b>41,32</b>	<b>0,69</b>

TABELA 11 - Matriz de Destinos - (quem era Classe C inicialmente)

6 Regiões Metropolitanas Brasil

Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

Mobilidade Anual

		Final - 1 ano após			
		Classe E	Classe D	Classe C	Classe AB
Inicial	2002	12,31	12,18	70,26	5,25
	2003	7,99	9,61	76,02	6,38
	2004	6,46	10,2	77,01	6,33
	2005	5,52	7,83	80,14	6,51
	2006	5,18	7,15	81,51	6,15
	2007	4,86	7,07	81,67	6,40
	<b>2007 - Jan a Set</b>	<b>4,97</b>	<b>6,99</b>	<b>81,6</b>	<b>6,44</b>
	<b>2007 - Out a Dez</b>	<b>4,54</b>	<b>7,32</b>	<b>81,86</b>	<b>6,28</b>

TABELA 12 - Matriz de Destinos - (quem era Classe AB inicialmente)

6 Regiões Metropolitanas Brasil  
Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

*Mobilidade Anual*

		Final - 1 ano após			
		Classe E	Classe D	Classe C	Classe AB
Inicial	2002	8,5	1,15	25,47	64,88
	2003	5,38	0,75	20,21	73,66
	2004	2,77	0,47	17,06	79,7
	2005	3,16	0,47	16,26	80,11
	2006	2,96	0,39	14,32	82,34
	2007	3,20	0,43	16,93	79,44
	<b>2007 - Jan a Set</b>	<b>2,86</b>	<b>0,37</b>	<b>15,8</b>	<b>80,97</b>
	<b>2007 - Out a Dez</b>	<b>4,20</b>	<b>0,60</b>	<b>20,21</b>	<b>74,99</b>

## Panorama de Mobilidade

Disponibilizamos no site da pesquisa um Panorama de Mobilidade Social que permite obter a proporção de indivíduos que entram e saem de cada classe econômica, por diferentes características sócio-econômicas. As informações geradas na tabela permitem obter as probabilidades de transições para diferentes classes econômicas. Para isso, escolha o período (anual ou crise) e a classe inicial de análise. Para comparar mais de um período, utilize a tecla Ctrl.

## 6. MOVIMENTOS INDIVIDUAIS ENTRE CLASSES ECONÔMICAS

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências nos meses  $t$ ,  $t+1$ ,  $t+2$ ,  $t+3$ ,  $t+12$ ,  $t+13$ ,  $t+14$ ,  $t+15$ , perfazendo um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora dos quatro grupos da sociedade, bem como de não-transição entre estes grupos entre pares de observação das mesmas pessoas doze meses a parte iniciados em Março de 2002. O último dos grupos analisados começa em dezembro de 2007 e termina em janeiro de 2008.

O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade social observado na prática.

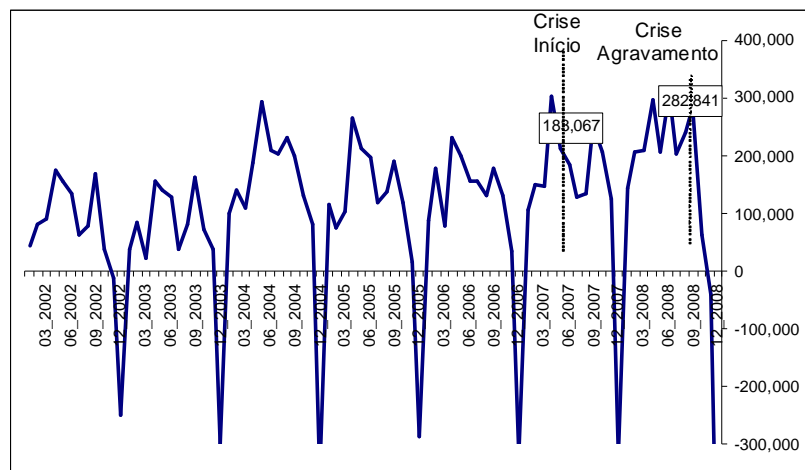
## 7. A VOLTA DA CARTEIRA DE TRABALHO

O que é ser de Classe C? comprar computador, celular, carro ou casa financiada, contrair crédito em geral e produtivo em particular, virar conta-própria ou empregador, contribuir para previdenciária complementar, colégio privado para os filhos. Se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas essas alternativas, a volta da carteira de trabalho, talvez seja o elemento simbólica e substantivamente mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. Em outros países como a Índia ser classe média é aspirar montar um negócio, no Brasil é conseguir um emprego com carteira que dá direito a, previdência social e a uma série de benefícios indiretos (compulsórios ou voluntários (vale-transporte, ticket refeição, crédito consignado etc) ma sacima de tudo a estabilidade de renda (FGTS, seguro-desemprego e multa por demissão). Esta aspiração pela carteira de trabaho tem raízes históricas e culturais fortes em nosso país.

Um passo importante é analisar a evolução do emprego formal no país. Esta informação é particularmente importante, já que como dissemos o emprego com carteira assinada é uma das fortes aspirações dos segmentos mais pobres que aspiram subir a classe média. Nesse contexto, as informações mais recentes são conflitantes, com 309 mil empregos em apenas um mês, atingimos o recorde da série histórica em junho de 2008, somando 1,881 milhões de novos postos de trabalho formais em 12 meses. No segundo semestre de 2008, as estatísticas continuam positivas até setembro (média de 242 mil postos gerados por mês), quando a partir daí começa a desacelerar, atingindo patamares negativos em novembro e dezembro.

**GRÁFICO 22 - Geração Líquida de Empregos**

*Geração Líquida de Empregos Formais*



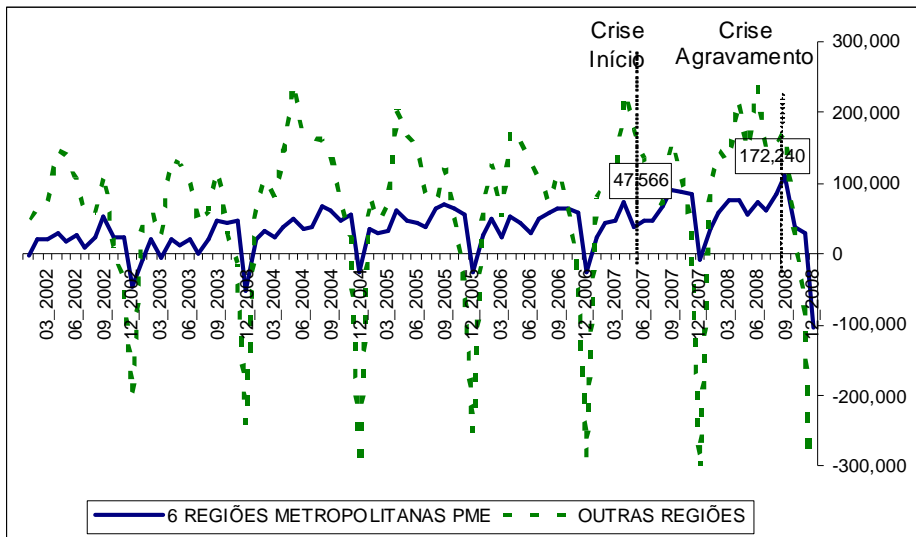
Fonte: CPS/FGV a partir do CAGED / M T E



Vamos aqui apresentar um abertura dos dados comparando as 6 principais regiões metropolitanas cobertas pela PME com o restante do país de forma a nos permitir contextualizar os resultados recentes da PME dentro do contexto nacional do emprego formal.

**GRÁFICO 23 - Geração Líquida de Empregos**

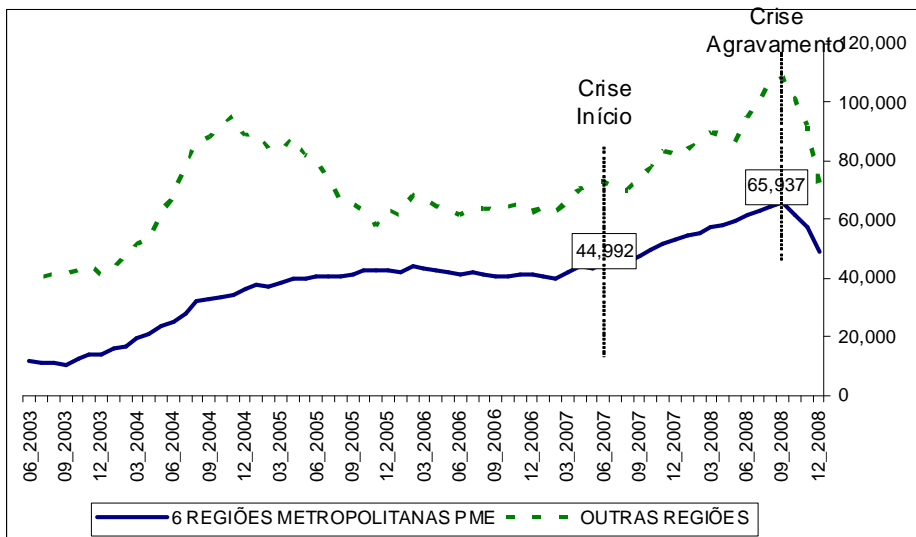
*Geração Líquida de Empregos Formais*



Fonte: CPS/FGV a partir do CAGED / M T E

**GRÁFICO 24**

*Geração Líquida de Empregos Formais (Média Móvel de 12 Meses)*



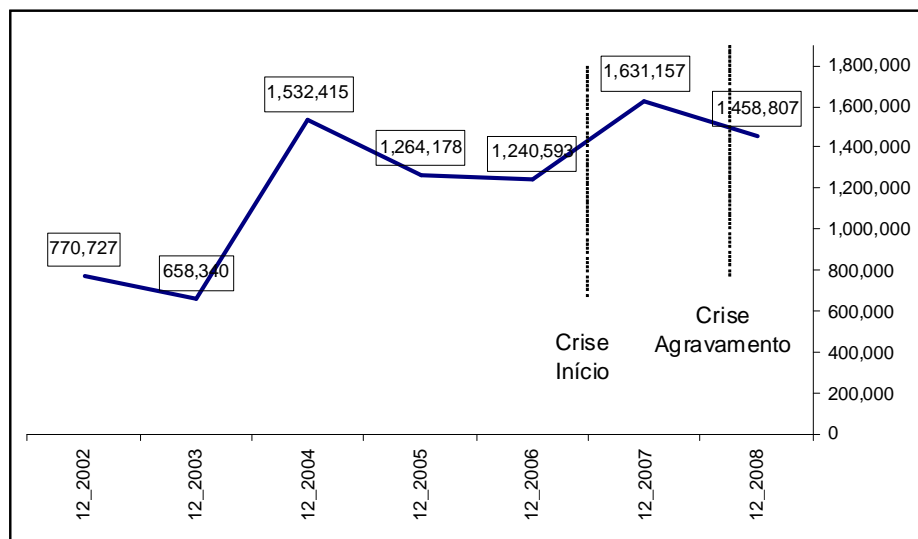
Fonte: CPS/FGV a partir do CAGED / M T E

A seguir o total de empregos gerados em cada ano desde 2002. Em 2008, fechamos o ano num patamar inferior ao apresentado em 2007. Isso se deve principalmente a

geração negativa de empregos em dezembro, que já vinha desacelerando desde outubro, após atingir o recorde anual de 110,3 mil em setembro.

**GRÁFICO 25 - Geração Líquida de Empregos Acumulado de 12 Meses**

*Geração Líquida de Empregos Formais*

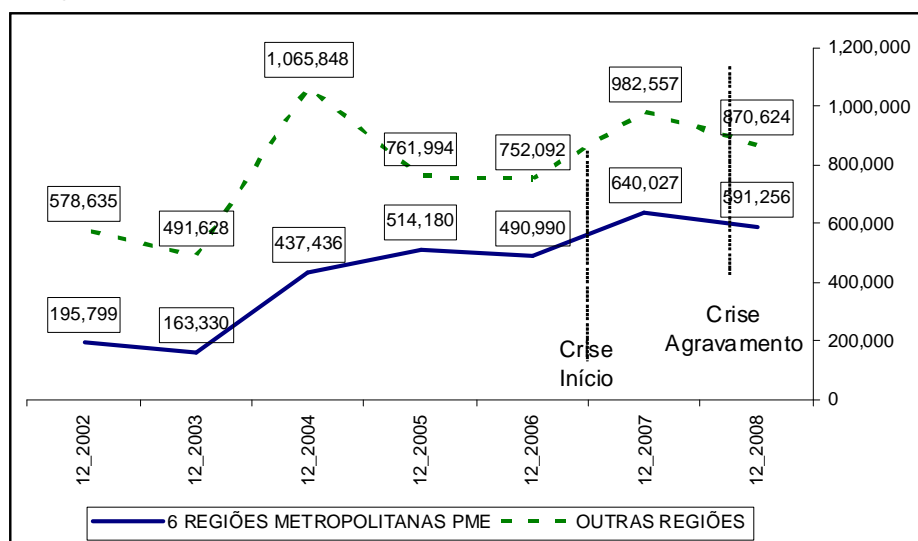


Fonte: CPS/FGV a partir do CAGED / M T E

Em seguida, fazemos um zoom nas 6 principais Regiões Metropolitanas brasileiras. A proporção de empregos relativa na área vem crescendo, atingindo em 2008, 591,2 mil novas vagas, cerca de 40,5% do total, a maior proporção da série histórica (desde 1992). Em 2003 esse percentual era de apenas 24,8%.

**GRÁFICO 26 - Geração Líquida de Empregos (Acumulado em 12 Meses)**

*Geração Líquida de Empregos Formais*



Fonte: CPS/FGV a partir do CAGED / M T E

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/ M T E.

Nas próximas tabelas apresentamos um quadro geral da evolução nas seis principais metrópoles cobertas pela PME.

**TABELA 13 - Geração Líquida de Empregos**

	TOTAL	TOTAL RM PME	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZON	R DE JANEIRO	SAO PAULO	PORTO ALEGRE
2008	1,458,807	588,183	39,949	22,035	64,749	115,087	312,177	34,186
2007	1,631,157	648,600	32,188	30,255	80,461	111,370	355,697	38,629
2006	1,240,593	488,501	22,571	14,967	81,559	82,068	267,856	19,480
2005	1,264,178	502,159	25,279	36,057	62,798	78,125	286,811	13,089
2004	1,532,415	466,567	22,683	23,824	55,240	72,338	240,715	51,767
2003	658,340	163,922	2,957	5,746	25,620	41,022	73,212	15,365
2002	770,727	192,092	12,252	16,401	27,961	47,630	75,901	11,947
TOTAL	8,556,217	3,050,024	157,879	149,285	398,388	547,640	1,612,369	184,463
habitantes	<b>183,305,600</b>	<b>47,437,230</b>	<b>3,639,847</b>	<b>3,397,757</b>	<b>4,960,258</b>	<b>11,682,332</b>	<b>19,666,573</b>	<b>4,090,463</b>

*Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/MT E.*

**TABELA 14 - Geração Líquida de Empregos (% em Relação ao Total de Empregos Formais Gerados no país)**

	TOTAL	TOTAL RM PME	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZON	R DE JANEIRO	SAO PAULO	PORTO ALEGRE
2008	100.00	40.32	2.74	1.51	4.44	7.89	21.40	2.34
2007	100.00	39.76	1.97	1.85	4.93	6.83	21.81	2.37
2006	100.00	39.38	1.82	1.21	6.57	6.62	21.59	1.57
2005	100.00	39.72	2.00	2.85	4.97	6.18	22.69	1.04
2004	100.00	30.45	1.48	1.55	3.60	4.72	15.71	3.38
2003	100.00	24.90	0.45	0.87	3.89	6.23	11.12	2.33
2002	100.00	24.92	1.59	2.13	3.63	6.18	9.85	1.55
TOTAL	100.00	35.65	1.85	1.74	4.66	6.40	18.84	2.16
habitantes	<b>100.00</b>	<b>25.88</b>	<b>1.99</b>	<b>1.85</b>	<b>2.71</b>	<b>6.37</b>	<b>10.73</b>	<b>2.23</b>

*Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/MT E.*

## **PARALELO ENTRE CRISES EXTERNAS**

A PNAD-IBGE nos permite ampliar o foco da análise de indicadores sociais baseados em renda. Primeiro, por cobrir a quase totalidade do território brasileiro. Segundo, por abarcar todas as fontes de renda percebidas pelos diversos membros dos domicílios. A limitação maior da PNAD é a defasagem com que os dados pesquisados são conhecidos. Durante a crises externas entre 1996 e 1999, a renda domiciliar per capita média<sup>9</sup>, deflacionada pelo INPC do IBGE, caiu a taxa de 1.37% a.a.. A proporção de indigentes caiu 0.57% a.a., perfazendo em 1999. Deve-se frisar que de maneira surpreendente, dada a forma como o debate tem sido conduzido, a miséria brasileira não subiu no período 1996-99. A maior amplitude da PNAD permitiu restringir paulatinamente o seu escopo para elementos cobertos nas pesquisas de mercado de trabalho metropolitanas divulgadas mensalmente. Em primeiro lugar, diminuindo o escopo geográfico dos indicadores para o nível metropolitano: a renda caiu 3.22% a.a. e a indigência sobe 1.85% a.a.. Finalmente, ao restringirmos o conceito de renda a somente aquela proveniente do trabalho nas áreas metropolitanas, a indigência baseada apenas na renda do trabalho dessas seis regiões metropolitanas aumentou 4.22 % a.a. e a renda, neste mesmo universo, caiu 4.6% a.a..No período 1996-99, quando usamos indicadores sociais baseados em pesquisas mais ágeis de mercado de trabalho como a PME-IBGE (PED-SEADE) tendemos a superestimar a deterioração das condições de vida brasileiras. Isto porque a onda do final de crises externas do final dos anos 90 atingiu então mais fortemente o trabalho metropolitano (em particular, o paulistano) do que outras fontes de renda ou áreas geográficas. Foi mais uma crise de desemprego, em particular metropolitano e menos uma crise de fontes de renda alternativas ou áreas geográficas e muito menos uma crise de pobreza a nível nacional.

### **Análise dos Impactos da Crise nos Setores Críticos**

Fazemos agora durante o período de agravamento de crise pós-setembro de 2008 um zoom nos segmentos potencialmente mais afetados (i.e., financeiro e imobiliário, indústria, formal). O fato dos setores financeiro e imobiliário compartilharem do mesmo código de atividade econômica permite dar densidade ao setores que mais desacelerou

---

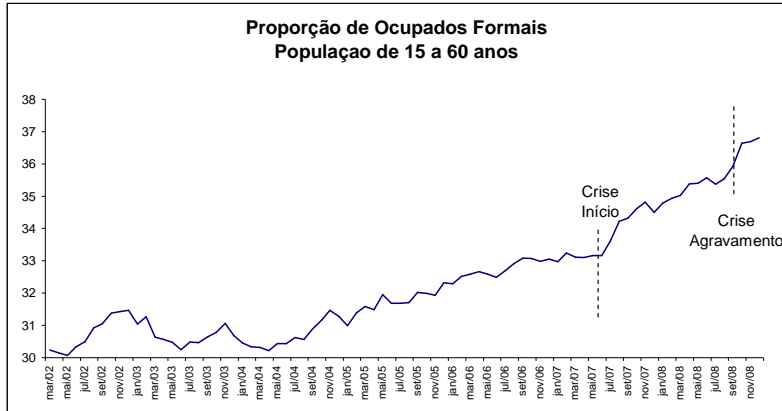
<sup>9</sup> Isto é, a soma de renda de todos os membros da família divididas pelo número total de membros. Este conceito nos permite incorporar desempregados, os ocupados sem-pagamento e – por que não? - crianças à análise.

nos EUA função da chamada crise do *sub-prime*. Todos estes segmentos são candidatos naturais pois além de terem sido afetados nos países desenvolvidos, são aqueles onde o mecanismo de transmissão de choques do exterior para o Brasil se dá de maneira mais direta através do comércio exterior e das transações financeiras. Senão vejamos:

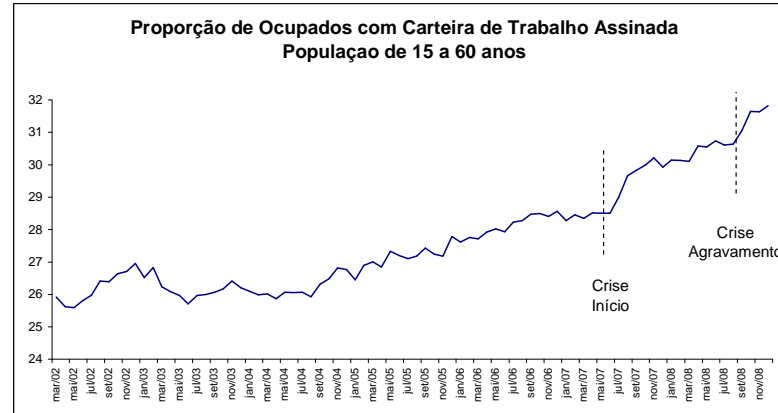
### **Séries de Tempo**

As séries temporais mensais e respectivas médias móveis de doze meses dos setores críticos selecionados apresentados abaixo evidenciam alguma queda no último ou dois últimos meses do ano mas sem implicar em grandes alterações na fase de choques externos.

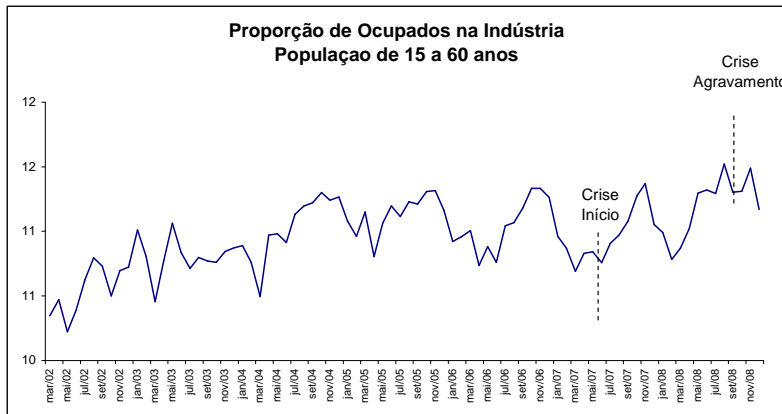
GRÁFICOS 27 a 30



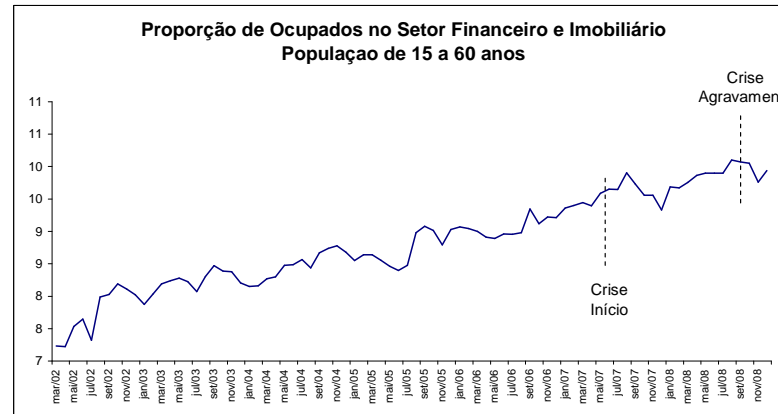
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



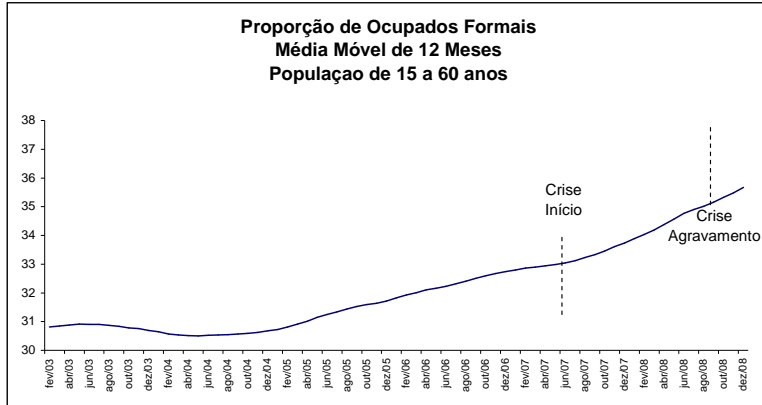
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



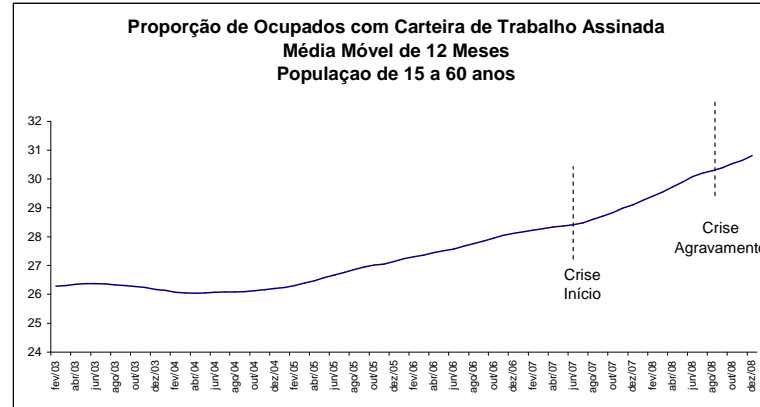
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



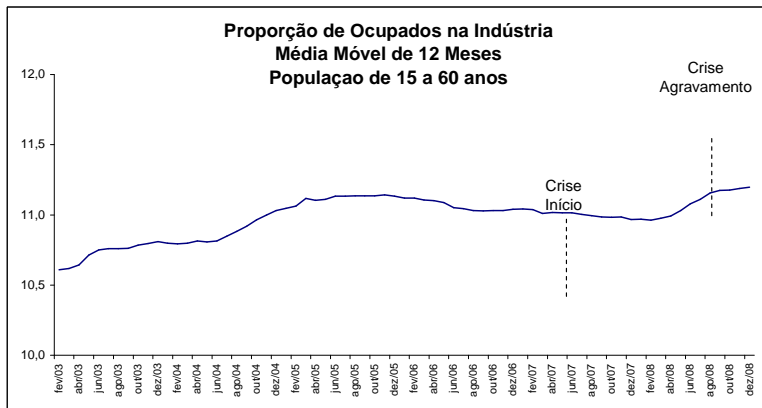
GRÁFICOS 31 a 34



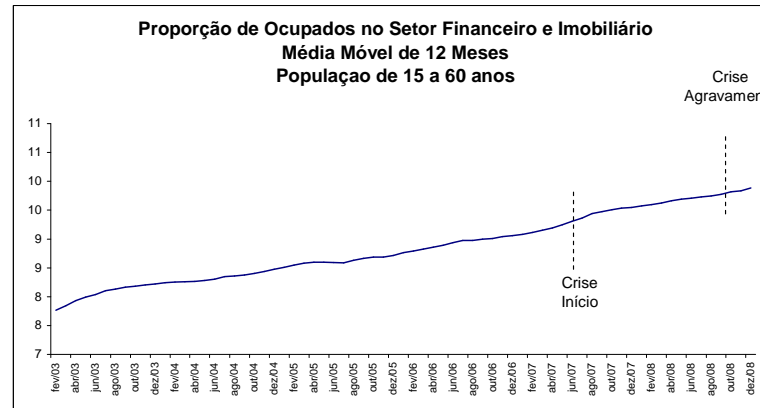
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME



## COMPARAÇÕES DINÂMICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

### BREVE DISGRESSÃO METODODOLÓGICA

Como vimos a PME também nos permite acompanhar a trajetória da renda de um mesmo indivíduo e sua família por curtos intervalos de tempo<sup>10</sup>. Este caráter longitudinal nos permite analisar de forma desagregada as mudanças de renda de um mesmo indivíduo entre dois pontos no tempo. Nesse contexto, a ampliação do critério de melhora de Pareto pode ser aplicada diretamente sem lançarmos mão de hipóteses com anonimato ou de não-ocorrência de inversões de ranking. Estas hipóteses são necessárias quando se trabalha com comparação de dados estáticos mais usuais oriundas de cortes transversais puros tipo PNAD (Vide Neri e Considera (1996) e Fields (2000)). A opção adotada aqui foi plotar a distribuição cumulativa das mudanças de renda domiciliar *per capita* real da população dos setores críticos versus da população total. Mais especificamente, plotamos a razão entre rendas domiciliares *per capita* reais do trabalho (isto é, um mais a taxa de variação das rendas)<sup>11</sup> observadas entre dois pares de meses iniciados em 2007 e terminados 12 meses depois.

O gráfico evidencia que a distribuição das variações de renda domiciliar *per capita* real do conjunto de pessoas entre 15 e 60 anos de idade domina estocasticamente em primeira ordem a distribuição correspondente a do setor críticos selecionado no caso o setor financeiro. Ou seja, qualquer percentil da distribuição de variantes da renda real da população mais abrangente apresenta melhora sempre superior ao correspondente percentil da distribuição de variantes da renda real dos setores financeiro e imobiliário tomado conjuntamente<sup>12</sup>. Os gráficos demonstram visualmente que qualquer percentil da distribuição das taxas de variação de renda das pessoas no setor financeiro e imobiliário passa a ser dominada pelo do conjunto de pessoas da população apenas em dezembro com marcado descolamento da parte superior das curvas. Note que o mesmo não acontece em novembro ou qualquer um dos meses considerados anteriormente. Isto é sinal que houve uma deterioração relativa deste setor frente aos demais considerados em dezembro mais não antes. Ou seja, podemos dizer de maneira inequívoca que o

---

<sup>10</sup> O processo de geração da base de dados longitudinais aqui utilizado bem como a avaliação de vieses de seletividade e erros de mensuração de renda são empreendidos em Neri (1996).

<sup>11</sup> A aplicação de taxas de variação ou logaritmos nos obriga a restringir a amostra aos indivíduos com renda positiva. Essa limitação é particularmente problemática na PME, pois o primeiro decil de renda *per capita* apresenta renda nula.

<sup>12</sup> Anotem que a distribuição cumulativa do gráfico 2 está com o eixo invertido em relação à representação usual de funções distributivas cumulativas.



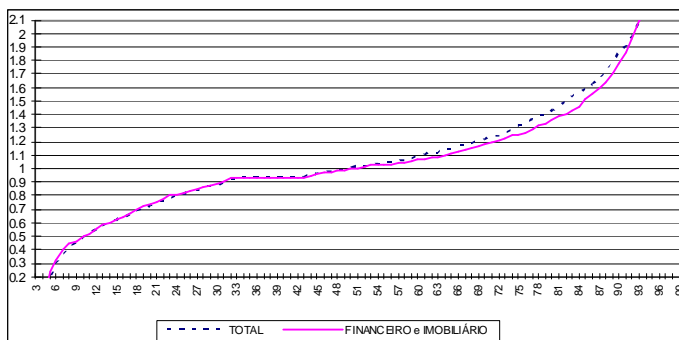
conjunto de pessoas que estavam inicialmente no setor financeiro em 2007 obtiveram resultado pior que as demais no período de 12 meses encerrado em dezembro de 2008, cerca de 55% de pessoas no setor financeiro experimentaram quedas de rendas familiares no período de 12 meses. Ou seja, estamos medindo diretamente quantos indivíduos faltam para atingirmos a situação até certo ponto utópica de que todos os membros de um determinado grupo melhoraram. Falta mais para isso do que para a situação onde todos pioraram. Isto é sinal de que a crise começou a se espalhar mais neste setor. A aplicação de condições de dominância estocástica de segunda ordem a partir da distribuição acumulada da variação da renda entre centésimos mantém o mesmo resultado. Apresentamos no apêndice o conjunto de evidências aqui citados.

Posteriormente rejeitamos as condições de primeira e depois de segunda ordem as comparações de renda entre o total e as pessoas pertencentes inicialmente aos demais setores críticos selecionados antes da crise leia-se indústria, formal privado e formal em geral. Em suma, através desta metodologia podemos dizer que o setor financeiro descolou do resto da economia no final do ano, mas os demais setores críticos não. Num certo sentido é como o setor financeiro descasa das tendências internas e se aproxima das condições do sistema financeiro e imobiliário em outros países atraído pelos efeitos dos choques externos

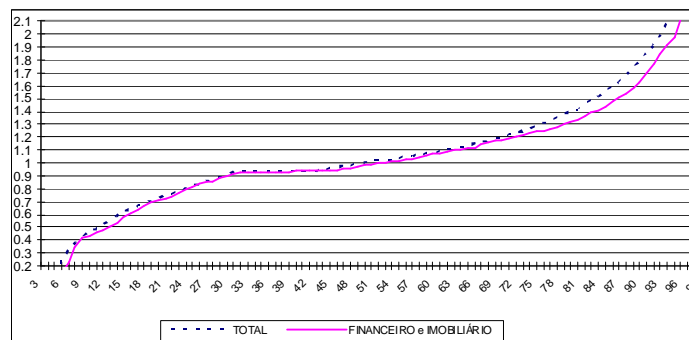
GRÁFICOS 35 e 36 - DISTRIBUIÇÃO CUMULATIVA DE RENDA

**Setor Financeiro / Imobiliário versus Total**

NOV 2007 / 2008



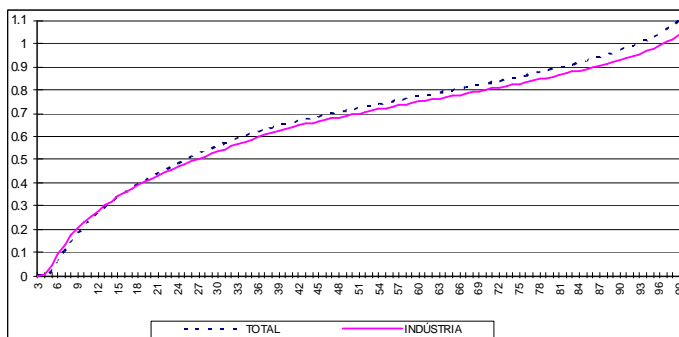
DEZ 2007 / 2008



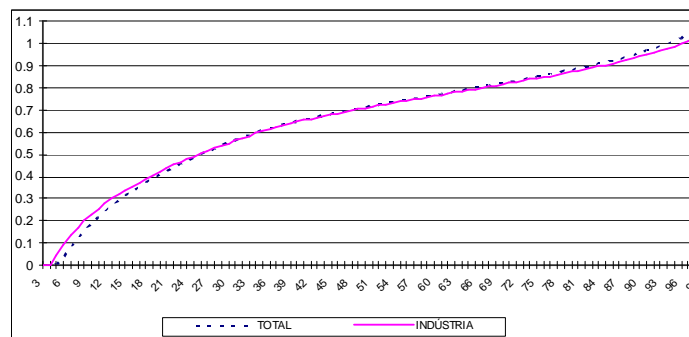
GRÁFICOS 37 e 38 - DISTRIBUIÇÃO CUMULATIVA DA VARIAÇÃO DE RENDA

**Setor Industrial**

NOV 2007 / 2008



DEZ 2007 / 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

## EXERCÍCIOS MULTIVARIADOS

Apresentamos no apêndice uma série de exercícios sobre probabilidades de transição entre classes sociais extremas onde a interpretação é mais simples e direta controladas por atributos tais como educação, sexo, raça, idade, tamanho de família e região. A pergunta-chave aqui é se com a crise houve uma piora relativa durante o período de crise de pessoas com características iguais em alguns setores críticos. vis a vis os demais setores. Os modelos estimados estão detalhados no apêndice e foram acoplados a um simulador que permite a cada uma testar o impacto de características sobre algumas transições em particular aquelas em direção a classe E a da classe ABC. Em termos qualitativos observamos que: i) e as pessoas nos setores críticos apresentaram movimentos mais intensos a segmentos de maior renda que pessoas iguais nos mais setores (menos E para cima e mais ABC para baixo), ii) a variável crise identificada como dummy temporal referente aos períodos de janeiro a setembro (pré-crise) e outubro a dezembro (pó- crise) indica deterioração pós crise. iii) Por outro lado, a crise afeta relativamente mais adversamente os setores críticos. Este é captado pelo termo interativo na regressão. No apêndice há outras variáveis disponíveis para este tipo de teste.

## 8. CONCLUSÕES

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dezembro sempre há um ajuste no emprego formal captado pelo Caged, mas neste ano este ajuste foi duas vezes mais forte sentido em particular na indústria e nas grandes empresas. As expectativas são terríveis desde a entrada no estágio mais forte da crise em setembro dados de trabalho mais gerais que o Caged da renda do brasileiro comum não foi tão afetado pela crise até o final de 2008, mesmo quando olhamos dados de renda do trabalho em setores críticos como indústria, financeiro, imobiliário e formal em geral. Se repetirem a tendência das crises externas recentes do final dos anos 90, a crise seria mais grave nas grandes metrópoles, pois estas estão mais conectadas aos mercados em particular os financeiros e os externos de onde originam as ondas de choques associadas a esta crise.

A crise parece afetar mais os mais ricos sejam classes econômicas dentro do país ou sejam países mais desenvolvidos. A desigualdade está caindo fortemente no mundo e no Brasil agora, principalmente se incorporarmos as perdas financeiras aos fluxos de renda medidos. É uma desconcentração não pelos bons motivos, mas pelo fato dos mais pobres estarem perdendo menos que os mais ricos.

O nosso mercado interno, simbolizado pela nova classe média, será fundamental na fase de ajustamento que a bússola de 99 entre 100 economistas aponta. O livro de Keynes de 1936 foi inspirado não no caso geral mas numa economia em depressão, onde o lado curto era a demanda. Já o artigo Como pagar a Guerra? do mesmo Keynes de 1940 lida com o problema oposto: a falta de capacidade de oferta. Parodiando o “somos todos monetaristas” de Milton Friedman, “estamos todos keynesianos”, no cenário de escassez de demanda de hoje. Agora entre o abrir e o tapar buracos que fazem a macroeconomia mover, citados por Keynes, pode-se enterrar canos provedores de saneamento básico. As políticas inconscientemente keynesianas de Getúlio em 1932 - citadas por Marcelo de Paiva Abreu - do colher e queimar estoques de café irrigava toda economia, mas com mais intensidade na oligarquia rural. Por exemplo, como favorecer hoje o investimento, a acumulação de capital e a produção dos segmentos mais pobres.

Olhando para a nova demanda agregada há algumas partes mais e outras menos interessantes do ponto de vista de eficiência e de equidade, seja na perspectiva de curto, ou de longo prazo. Como dizia Keynes entre a taça e os lábios há vários percalços. Dependendo do cenário traçado, o copo de demanda a ser tragado nos mercados consumidores pela nova classe média brasileira, estará meio cheio, ou meio vazio.

O Brasil vem trilhando o que se pode chamar o caminho do meio. Isto é, não apresentava a velocidade do crescimento dos tigres asiáticos, mas as características de um país-baleia, embora equilibrado estivesse visivelmente fora dos padrões de excelência reformistas internacionais. Uma baleia que por ter ficado encalhada durante as duas décadas e meia perdidas e ter desencalhado apenas após 2004 goza de uma certa relutância em perder o momento das autoridades brasileiras. Mesmo após o agravamento da crise internacional todas as declarações das autoridades no Brasil tem sido no sentido de não perder a inércia do momento que como dissemos passou incólume aos mais de um ano de crise anunciada. As reservas externas brasileiras funcionam como uma gordura a mais que pode ser queimada.

Fora a punjança do mercado consumidor interno e das reservas internacionais. Há outros fatores amortecedores dos impactos da crise externa no Brasil fora o impacto da classe média. Apesar da abertura crescente e do crescimento do crédito recentes o Brasil ainda se encontra pouco vulnerável a estes canais de transmissão.

O desempenho brasileiro no período de franca expansão internacional após a recessão americana de 2001 a 2003 pode ser chamado de baixo crescimento com redução de desigualdade. O período seguinte até meados de 2007 apesar de crescimento mais acelerado pode entrar na mesma classificação pelo menos em termos relativos. Já a punjança do período que vai até meados de 2008 surpreende pelo desaquecimento internacional. O Brasil que estava fora do modelito internacional se encaixa como uma luva na situação atual quando reservas e gorduras são valorizadas. Nossas ineficiências e iniquidades se transformam em virtudes prospectivas. A nossa carga tributária que vinha crescendo como a cintura de um cidadão de meia-idade garantia um superávit fiscal primário. A carga fiscal no Brasil subia quase um ponto de porcentagem por ano seguindo quase a risca a sina daqueles pós 40 que não se cuidam um quilo por ano. Nosso prévio excesso de regulação financeira se torna uma vantagem comparativa nas

circunstancias atuais. A nossa inflação também apresentava algum sinal de excesso de demanda o que seria inevitavelmente desaquecido por ação do Banco Central será pela ação da propagação da crise.

Qual o país do mundo que dispõe de uma rede de proteção social similar a do Bolsa-Família. Que injeta poder de compra nas mãos dos segmentos mais pobres do Brasil com alta propensão a consumir. Mais do que isso que pode ser regulado numa situação de falta de demanda como a de hoje.

Não existe programa de transferência de renda no Brasil mais bem focalizado que o Bolsa-Família e seus antecessores (Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação de FHC). No sentido de cada real transferido reduzir mais a pobreza. Por exemplo, cada real gasto no Bolsa-Família tem 2,5 vezes mais chance de chegar ao pobre que cada real gasto com o reajuste do salário mínimo na previdência. Além disso agora o mundo hoje está keynesiano no sentido de que falta demanda agregada deve ser combatida. Esta opção implica não só em combater a pobreza mas destinar recursos aonde a propensão de gastar este dinheiro é mais alta. Ainda há uma espécie de bônus de injetar moeda onde a moeda como instrumento financeiro é mais escasso gerando um efeito lubrificador na demanda, que compensa em parte o efeito da contração de crédito em curso. Agora se quer gastar mais dinheiro em transferência de renda para aliviar a pobreza e manter a economia mais aquecida, a expansão do Bolsa Família parece uma medida adequada.

O problema é que a maior presença do estado de gastos públicos de hoje via transferências de renda são em larga medida permanentes como é o aumento do salário mínimo dadas a garantia constitucional e o envelhecimento da população e talvez pareçam excessivos quando sairmos da situação de contração econômica mundial ora em curso. Na linguagem keynesiana é preciso se fazer uma sintonia fina na demanda agregada. Devemos evitar decisões que não poderão ser revertidas quando o cenário mudar.

Da mesma forma que há dez anos criamos o tripé mágico nas macroeconomia: metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal temos ações isoladas interessantes da área social que tem de ser integradas num único tripé: Bolsa-Família, o PAC

Educacional (PDE) e Ações de Acesso a Mercados dos Produtores pobres. Na integração destes avanços é que estão os maiores retornos e o Bolsa-Família criou uma plataforma de prestação de serviços aos mais pobres que hoje pode fazer a diferença. O Bolsa Família dá de certa forma o pobre aos mercados consumidores, o que não há nada de errado com isso mas é preciso dar o mercado aos mais pobres. Na questão da criação das chamadas "portas de saída" do Bolsa Família vale a pena atentar uma questão semântica: ao invés de "portas de saída" do Bolsa-Família, talvez valha mais construtivamente enfatizar portas de entrada aos mercados. Os pobres não precisam ser protegidos dos mercados mas precisam ser integrados a eles através de ações educacionais, de microcrédito e de comercialização de seus produtos e serviços. Há algumas experiência de microcrédito bem sucedida no Brasil o Crediamigo do Banco do Nordeste que é pouco conhecido apesar de ter mais de 2/3 do mercado de microcrédito. e leva a aumento consumo da família do produtor em 28% com inadimplência de menos de 1% e sem subsídios públicos. Nós defendemos a colateralização das bolsas desde 2002. Estamos caminhando de diversas forma nesta integração do micro-credito com a plataforma do Bolsa Família.

O trabalho de estratégias de acesso a mercados ganha relevância excepcional no momento atual de escassez de demanda e de políticas anti-cíclicas. Entretanto acho que falta uma visão clara sobre dois pontos: 1) as mudanças no interior da economia quem perde e quem ganha demanda fruto da crise e das ações contra ela (Expansão do Bolsa Família, Reajuste do salário mínimo, etc). 2) Faltam políticas que permitam aos produtores nichar a demanda. Não só estudar o que gera demanda mas sobre como a oferta encontra esta nova demanda. Em suma, a injeção de demanda necessária é o ponto-chave da sociedade brasileira agora mas talvez estejamos olhando as coisas de maneira muito agregada (sem enxergar os detalhes dos grupos emergentes e os que submergentes) e olhando os produtores de maneira passiva (a lógica não é apenas entregar as pessoas aos mercados (consumidores, crédito) mas de entregar os mercados as pessoas (produtores)). Falta ainda implementar uma agenda social que pense mais em igualdade de oportunidades (ie. os ativos das pessoas) e menos nos resultados imediatos (renda). Note que não estamos falando tanto de entregar os pobres aos mercados consumidores mas de entregar os mercados consumidores aos produtores pobres como em uma política de comercialização aos produtores de baixa renda ou de microcrédito mas acima dede tudo por forca da educação de qualidade para todos. Este processo

passa no longo prazo ao meu ver passa pela criação de ações integradas. O tal tripé mágico social mencionado.

A lista a seguir sistematiza uma série de fatores amortecedores dos impactos da crise externa no Brasil e alguns dos riscos associados:

Pontos:

1. Política Fiscal
  - a. Responsabilidade Fiscal Estabelecida
  - b. Alta Carga Tributária (Pode Cair – Ex: IPI dos automóveis)  
Risco: Descontrole quantitativo e qualitativo das contas públicas. Há que se selecionar as melhores fontes de receita do ponto de vista de eficiência, equidade e impacto sobre a demanda. Os dois últimos aspectos tendem a caminhar de mãos dadas.
2. Rede de Proteção Social
  - a. Bolsa-Família Estabelecido (Ex: Crise dos Alimentos aumento dos Benefícios e Agora Aumento de R\$ 17 no Critério de Elegibilidade per Capita) –
  - b. Reajuste do Salário Mínimo em 2009 de 6,5% real na base –  
Risco: Além dos apontados acima tem a questão da permanência. Hoje precisamos de gerar mais demanda agregada se justifica gastar mais mas de maneira mais transitória não permanente. Estamos todos keynesianos mas o próprio Keynes enfatizada a importância de usar os instrumentos certos para cada contexto (Sintonia Fina)
3. Gastos do Fiscais
  - a. o PAC tem uma dupla função melhorar a logística do país mas ao mesmo tempo injetar demanda pública no sistema. Uma espécie de New Deal tupiniquim concebido quando a crise ainda não estava no radar da maioria dos economistas mortais.
4. Reservas Internacionais
5. Sistema Financeiro
  - a. Sistema Bancário Privado Regulado e Saneado (Proer)
  - b. Forte Presença de Bancos Públicos – Saneados e Estabelecidos (Os países desenvolvidos começam a estatizar bancos onde a governança não está estabelecida)
6. Política Monetária
  - a. Taxa de Juros Base Alta (Pode Cair)
  - b. *Spreads* Alto (Pode Cair)
  - c. Altos Depósitos Compulsórios (Podem Cair)
  - d. Instrumento Concorrencial dos Juros Bancos Públicos
  - e. Crédito Consignado (Aposentadorias em Alta e Fronteira dos Demais Benefícios)
7. Economia ainda Muito Fechada
8. Exportador de Comida
9. Boa Demografia
10. Mercado Interno em Alta
11. Adaptabilidade do Brasileiro a Crise



## 9 Bibliografia

BACHA, E. L., AND TAYLOR, L.. “Brazilian income distribution in the 1960s: Tacts’ model results and the controversy.” *Journal of Development Studies*, Vol. 14, Issue 3, pages 271 – 297, 1978

BANERJEE, ABHIJIT V. AND DUFLO, ESTHER ”**What is middle class about the middle classes around the world?**”, mimeo, MIT December 2007.

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. The duration of poverty spells. In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, **Anais...**, 1996.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.2, p.401-420.

BIRDSALL, NANCY, CAROL GRAHAM, AND STEFANO PETTINATO “**Stuck In Tunnel: Is Globalization Mudding The Middle Class?**” Brookings Institution, Center on Social and Economic Dynamics WP No. 14, 2000.

BOOT, H. M. (1999) “**Real Incomes of the British Middle Class, 1760-1850: The Experience of Clerks at the East India Company**”, *The Economic History Review*, 52(4), 638-668.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**, Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

DOEPKE, M. AND F. ZILIBOTTI (2005) "**Social Class and the Spirit of Capitalism**", *Journal of the European Economic Association* 3, 516-24.

DOEPKE, M AND F. ZILIBOTTI (2007) "**Occupational Choice and the Spirit of Capitalism**", NBER Working Paper.

ESTERLY, WILLIAM (2001) "**The Middle Class Consensus and Economic Development**", *Journal of Economic Growth*, 6(4), 317-335.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92, 2003.

FISHLOW, A. (1972): "Brazilian Size Distribution of Income", *American Economic Association: Papers and Proceedings* 1972, pp.391-402

FREDERICK, JIM (2002) "**Thriving in the Middle Kingdom**", *TIME Magazine*, Nov 11.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GOLDMAN SACHS - WILSON, DOMINIC AND DRAGUSANU, RALUCA "**The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**" - Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper nº 170, July 2008

HOFFMAN, R. A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1989.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty.** International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market:** the recent brazilian experience. International Poverty Centre, Brasília, 2006a. (Working paper # 26).

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LANDES, DAVID. **The Wealth and Poverty of Nations.** New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

MURPHY, KEVIN M., ANDREI SCHLEIFER AND ROBERT VISHNY (1989) “**Industrialization and the Big Push**”, *Journal of Political Economy*, 97(5), 1003-1026.

NERI, Marcelo C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, Marcelo C. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, Marcelo C.; CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.1, p. 49-82.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades.** In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). Soluções para a questão do emprego. Rio de Janeiro: José Olimpio, 2000.

\_\_\_\_\_. **Eleições e “Expansões”**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: [http://www3.fgv.br/ibrecps/queda\\_da\\_miseria/inicio\\_q.htm](http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm) . 2005.

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real do Lula**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: [http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site\\_ret\\_port/](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/)

\_\_\_\_\_. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

\_\_\_\_\_. (org) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**", Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008

NERI, M. C.; CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s**: a decade in transition, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M. C.; GIOVANNI F, **Negócios nãnicos, garantias e acesso a crédito** in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp 643-669, september-december 2005.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 22, p. 31-47, nov. 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. "Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004." *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

## ANEXO 1: AVALIAÇÃO REGIONAL

Observamos que as tendências gerais de queda na classe E e aumento das classes ABC estão presentes em todas as metrópoles brasileiras. De forma geral, a Região Metropolitana de São Paulo possui os melhores índices em todos os anos, com as mais baixas taxas indivíduos na classe E, acompanhadas das mais altas proporções de indivíduos na classe ABC. Enquanto isso, a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta o melhor desempenho relativo, angariando novas posições nos rankings de (menor) classe E e (maior) classe ABC. A seguir detalhamos a evolução desses dois grupos em cada uma das 6 Regiões Metropolitanas.

### Classe E nas Regiões Metropolitanas

Apresentamos a seguir a evolução da classe E nas principais metrópoles brasileiras. Como podemos observar, quando consideramos o período dos últimos seis anos, todas as metrópoles apresentam queda acumulada na taxa.

TABELA – Classe E (%)

Anual - Taxa - Classe E							
Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	28.74	30.17	27.6	24.49	22.78	20.7	18.46
Região Metropolitana							
<b>Recife</b>	46.64	52.26	51.89	42.99	39.15	35.91	34.46
<b>Salvador</b>	38.19	41.97	39.05	32.59	29.99	26.27	24.73
<b>Belo Horizonte</b>	33.32	33.56	28.51	26.03	22.37	20.09	17.53
<b>Rio de Janeiro</b>	31.22	29.38	27.16	25.1	23.59	21.29	19.22
<b>São Paulo</b>	21.9	24	21.7	19.3	18.38	16.83	14.24
<b>Porto Alegre</b>	24.49	27.81	24.25	21.97	21.25	19.93	17.89

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA - Variação (em %) da Classe E

Anual - Taxa - Classe E							
Categoria	2008 / 2002	2003 / 2002	2004 / 2002	2005 / 2004	2006 / 2005	2007 / 2006	2008 / 2007
<b>Total</b>	-35.77	4.98	-8.52	-11.27	-6.98	-9.13	-10.82
Região Metropolitana							
<b>Recife</b>	-26.11	12.05	-0.71	-17.15	-8.93	-8.28	-4.04
<b>Salvador</b>	-35.24	9.90	-6.96	-16.54	-7.98	-12.40	-5.86
<b>Belo Horizonte</b>	-47.39	0.72	-15.05	-8.70	-14.06	-10.19	-12.74
<b>Rio de Janeiro</b>	-38.44	-5.89	-7.56	-7.58	-6.02	-9.75	-9.72
<b>São Paulo</b>	-34.98	9.59	-9.58	-11.06	-4.77	-8.43	-15.39
<b>Porto Alegre</b>	-26.95	13.56	-12.80	-9.40	-3.28	-6.21	-10.24

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**Região Metropolitana de São Paulo:** mantém os menores níveis durante todo o período. Em 2008, a classe E atinge 14,24% da população, queda de 15,39% em relação ao ano anterior, e de 34,98% no acumulado de seis anos.

**Região Metropolitana de Belo Horizonte:** experimentando o melhor desempenho relativo do período, a proporção cai 47,39% entre 2002 e 2008 (passa de 33,32% para 17,53%). Os anos 2004 e 2006 se destacam na série, com redução anual de 15,05% e 14,07%, respectivamente. Apesar do pequeno crescimento em 2003, que também foi sentido por outras quatro regiões, a tendência positiva vem se repetindo na região ao longo dos anos, permitindo ultrapassar as Regiões do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

**Região Metropolitana de Porto Alegre:** apresentou a segunda menor variação (com queda de 26,95% no período). Com 17,89% em 2008, é o terceiro lugar no ranking das seis metrópoles.

**Região Metropolitana do Rio de Janeiro:** única a apresentar queda em todos os anos analisados, obteve o segundo melhor desempenho acumulado (variação de -38,44% na classe E). Apesar disso, a região perde a terceira posição no ranking, totalizando em 2008, 19,22% de sua população na classe E.

**Região Metropolitana de Salvador:** com 24,73% nos primeiros meses de 2008, acumulou queda de 35,24% em seis anos, sendo quase metade (16,54%) em 2005.

**Região Metropolitana de Recife:** ainda é a região com nível mais alto de pessoas na classe E (34,46% em 2008). Com queda acumulada de 26,11%, o melhor desempenho relativo deu-se entre 2004 e 2005, quando a taxa caiu 17,15%. Apesar disso, a região ainda se recupera das fortes quedas de renda sofridas em 2003 e 2004 (o que resultou crescimento de 12,05% na classe E).

## Classe ABC entre as Regiões Metropolitanas

Com quedas nas taxas da de indivíduos na classe E em todas as metrópoles brasileiras, o passo agora é analisar, como isso refletiu em outro grupo populacional. Para isso, vamos analisar o crescimento da classe ABC em cada uma das metrópoles, que atingem os maiores níveis de toda a série agora em 2008

Anual - Taxa - Classe ABC							
População Total							
Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Total</b>	55.86	53.48	55.99	58.48	61.53	64.4	67.52
Região Metropolitana							
<b>Recife</b>	35.91	31.08	31.89	38.22	41.59	44.7	44.92
<b>Salvador</b>	45.22	41	43.97	48.87	53.54	57.61	59.71
<b>Belo Horizonte</b>	48.87	47.95	52.62	54.78	60.24	63.94	67.36
<b>Rio de Janeiro</b>	54.44	54.68	55.53	57.24	60.05	63.56	66.64
<b>São Paulo</b>	63.27	59.96	62.85	64.91	67.28	69.5	73.3
<b>Porto Alegre</b>	60.01	56.61	60.71	62.42	64.53	66.38	69.54

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Anual - Taxa - Classe ABC							
População Total							
Categoria	2008 / 2002	2003 / 2002	2004 / 2002	2005 / 2004	2006 / 2005	2007 / 2006	2008 / 2007
<b>Total</b>	20.87	-4.26	4.69	4.45	5.22	4.66	4.84
Região Metropolitana							
<b>Recife</b>	25.09	-13.45	2.61	19.85	8.82	7.48	0.49
<b>Salvador</b>	32.04	-9.33	7.24	11.14	9.56	7.60	3.65
<b>Belo Horizonte</b>	37.84	-1.88	9.74	4.10	9.97	6.14	5.35
<b>Rio de Janeiro</b>	22.41	0.44	1.55	3.08	4.91	5.85	4.85
<b>São Paulo</b>	15.85	-5.23	4.82	3.28	3.65	3.30	5.47
<b>Porto Alegre</b>	15.88	-5.67	7.24	2.82	3.38	2.87	4.76

Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

**Região Metropolitana de São Paulo:** A Região Metropolitana de São Paulo mantém as maiores proporções de indivíduos de classe ABC. O grupo que atinge, em 2008, 73% da população, acumulou crescimento de 15,85% no período, sendo 5,47% em apenas um ano (2007 a 2008).

**Região Metropolitana de Porto Alegre:** segundo lugar no ranking, com 69,5% no último período, foi a que experimentou junto com São Paulo, o menor crescimento da classe ABC (15,88%).

**Região Metropolitana de Belo Horizonte:** a Grande Belo Horizonte ocupa o terceiro lugar em tamanho da classe ABC. Com crescimento acumulado de 37,8%, apresenta em 2008, 67,36% da população neste grupo, o suficiente para ultrapassar Rio de Janeiro.

Destacamos os anos 2004 e 2006, onde as variações foram mais pronunciadas, com aumentos de 9,7% e 10%, respectivamente.

**Região Metropolitana do Rio de Janeiro:** na Grande Rio, a classe ABC ocupa hoje 66,64% da população, patamar superior ao de 2002 em 22,41%. O maior crescimento deu-se entre 2006 e 2007, 5,8%.

**Região Metropolitana de Salvador:** com o segundo maior crescimento acumulado (32,04%), a Região Metropolitana de Salvador, atinge em 2008 59,71% da sua população na classe ABC. Apesar do bom desempenho, principalmente em 2005 quando cresceu 11,14%, ainda é a segunda menor no ranking geral. Com proporção de 59,71% em 2008, é superior apenas a Recife.

**Região Metropolitana de Recife:** a semelhança de Salvador, a Região de Recife também apresentou bom desempenho em termos de evolução. Acumulou no período o crescimento de 25,09%. Apesar disso, ainda é lanterna das 6 metrópoles (44,92% da população na classe ABC em 2008).



## ANEXO 2: BANCO DE DADOS

A pesquisa dispõe de sistemas de provisão de informação interativos e amigáveis voltados aos cidadãos comuns, com produtos em linguagem acessível tais como panoramas geradores de tabulações ao gosto do usuário e simuladores de probabilidades desenvolvidos a partir de modelos estatísticos estimados. O sítio da pesquisa permite aos cidadãos (vide próxima página) traçar o panorama da extensão e evolução dos diferentes indicadores sociais baseados em renda. Senão vejamos:

### **Panorama da Evolução das Classes Econômicas**

Disponibilizamos no site da pesquisa um panorama completo das classes econômicas. Além do número de pessoas, é possível obter também a proporção do grupo na população total, assim como detalhar a média de renda per capita e o total domiciliar. As mesmas informações estão disponíveis para os quatro grupos.

Conteúdo do Panorama:

#### Período de análise:

**Anuais:** você pode escolher analisar a evolução através das médias anuais (lembrando que em 2002 os dados estão disponíveis a partir de março e em 2008 até abril);

**Crise:** dividimos os anos 2007 e 2008 em períodos pré e pós-crise.

#### Grupo populacional:

Escolha entre as classes aquele grupo que você quer analisar.

#### Análise:

Além da **População** (número de pessoas), você também pode escolher:

**Taxa:** proporção de indivíduos do respectivo grupo na população total.

**Vertical:** permite obter um perfil desse grupo escolhido por diferentes características sócio-econômicas.

**Média:** permite avaliar a evolução da renda dos diferentes grupos. Ao selecionar essa opção, um novo menu irá aparecer, para que você indique o tipo de conceito de renda (domiciliar, individual ou per capita).

## Panorama de Mobilidade

Disponibilizamos no site da pesquisa um Panorama de Mobilidade Social que permite obter a proporção de indivíduos que entram e saem de cada classe econômica, por diferentes características sócio-econômicas. As informações geradas na tabela permitem obter as probabilidades de transições para diferentes classes econômicas. Para isso, escolha o período (anual ou crise) e a classe inicial de análise. Para comparar mais de um período, utilize a tecla Ctrl.

## Análise Multivariada

A análise multivariada visa proporcionar um experimento melhor controlado que a análise bivariada. Seu objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. No primeiro exercício, captamos as correlações entre diferentes características populacionais e o acesso aos grupos de renda. E, em seguida aplicamos a mesma metodologia para captar movimentos de entrada e saída de grupos específicos.

### Simulador de Mobilidade Social

Ferramenta que permite simular as probabilidades de pertencer a cada um dos grupos de renda, através da combinação de suas características. Com ele é possível obter também as probabilidades de entrada e saída da classe E e da classe ABC. Basta selecionar as informações de acordo com seus atributos ou aqueles que deseja analisar. Depois de preencher o formulário, clique em Simular.

Os gráficos apresentados mostram as probabilidades de pertencer a cada grupos da população e de mobilidade social. Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.

**Simulador**  
[Modelo Estimado da Classe ABC](#)  
[Modelo Estimado da Classe E](#)

Sexo: Masculino  
Raça: Branca  
Idade: 30 a 35 anos  
Anos de Estudo: 4 a 7 anos  
Condição na Família: Principal Responsável  
Número de Pessoas no Domicílio: 3 Moradores  
Posição na Ocupação: Empregados - Com Carteira  
Setor de Atividade: Indústria  
Região Metropolitana: Rio de Janeiro  
Período da Crise: Sim

Simular Reiniciar

Fonte: CPS através do processamento dos microdados da PME 2007/2008 - IBGE.

## Modelos Estatísticos Estimados: Logísticos Multinomiais Logits multinomiais

Neste apêndice apresentamos o modelo logit multinomial que estimamos por máxima verossimilhança<sup>1</sup>. O modelo é definido como:

$$\Pr(\text{ponto}_k = j | x) = \frac{\exp(x\beta_{jk})}{1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk})}, k = \overline{1, 2, 3} \quad j = 1, 2, 3$$

(2)

em que, "ponto" é a variável identificadora de estratos sociais. São dois os tipos de regressões utilizadas<sup>2</sup>:

O vetor  $\beta_j$  é o conjunto de parâmetros para  $j = 0$  (Pertence a Classe Média) e  $j = 1$  (rendimento igual ao piso). Como as probabilidades devem somar um, devemos ter:

$$P(\text{ponto}_k = 2 | x) = \frac{1}{1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk})}, k = 1, 2, 3$$

Deve-se ressaltar que a interpretação da magnitude dos parâmetros estimados deste modelo não é direta<sup>3</sup>. Além disso, através da razão das probabilidades em relação à base temos:

$$\frac{P(\text{ponto}_k = j | x)}{P(\text{ponto}_k = 2 | x)} = \exp(x\beta_{jk}), k = 1, 2, j = 0, 1$$

ou ainda:

$$\log[P(\text{ponto}_k = j | x) / P(\text{ponto}_k = 2 | x)] = x\beta_{jk}$$

Ou seja, temos uma interpretação mais direta de uma variação de uma unidade em  $x$ , que mostra o quanto varia o log da razão das probabilidades (log-odds), através do parâmetro estimado. Assim, é suficiente, na nossa análise, saber o sinal de  $\beta_j$ , na análise das regressões.

Além disso,  $x$  é o vetor dos controles igual a ( $\text{tratamento}_k$ ,  $\text{ano}$ ,  $\text{ano} * \text{tratamento}_k$ , características dos indivíduos); e  $\beta$  é o vetor dos parâmetros.

<sup>1</sup> O método de maximização da função de verossimilhança utilizado é o do Newton-Raphson.

<sup>2</sup> Para a regressão envolvendo a variável dependente  $\text{ponto}_1$ , foram rodadas regressões separadamente para cada grupo ocupacional (grupo de tratamento) do RJ (p1rj, p2rj, p3rj) e do RS (p1rs, p2rs, p3rs, p4rs), comparando como controle as ocupações não definidas na lei.

<sup>3</sup> Simplificando a notação da probabilidade de resposta como:

$$p_{jk}(x, \beta_k) = P(\text{ponto}_k = j | x)$$

$$p_{0k}(x, \beta_k) = P(\text{ponto}_k = 2 | x)$$

O efeito marginal decorrente de uma mudança em uma variável controle contínua é:

$$\frac{\partial p_j(x, \beta_k)}{\partial x_i} = p_j(x, \beta_k) \left\{ \beta_{jik} - \frac{(1 + \sum_{h=1}^J \beta_{hk} \exp(x\beta_{hk}))}{(1 + \sum_{h=1}^J \exp(x\beta_{hk}))} \right\}, \text{ para } k = \overline{1, 2}$$

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral (Continua Classe E)**

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
Intercept		1.1666	0.0091	16451.3	**	.
SEXO	Homem	-0.2454	0.0011	45569.1	**	0.78242
SEXO	Mulher	0.0000	0.0000	.		1.00000
COR	Amarela	0.0613	0.0076	65.39	**	1.06318
COR	Branca	0.0236	0.0017	182.26	**	1.02387
COR	Indígena	-0.6850	0.0131	2745.41	**	0.50411
COR	Parda	0.0466	0.0017	733.64	**	1.04769
COR	Preta	0.0000	0.0000	.		1.00000
fxage	15 a 19	-0.4608	0.0025	32843.8	**	0.63077
fxage	20 a 24	-0.5447	0.0025	46342.7	**	0.57999
fxage	25 a 29	-0.2527	0.0024	10672.8	**	0.77673
fxage	30 a 35	-0.1303	0.0023	3192.25	**	0.87786
fxage	36 a 39	-0.1097	0.0025	1968.82	**	0.89610
fxage	40 a 44	-0.2604	0.0023	12430.5	**	0.77072
fxage	45 a 49	-0.2795	0.0024	14072.3	**	0.75613
fxage	50 a 54	-0.1344	0.0023	3399.44	**	0.87423
fxage	55 a 59	0.0000	0.0000	.		1.00000
anoest	Anos de estudo não declarado	-0.1450	0.0102	203.03	**	0.86505
anoest	Sem instrução	0.0000	0.0000	.		1.00000
anoest	De 1 a 3 anos	-0.1181	0.0034	1180.06	**	0.88861
anoest	De 4 a 7 anos	-0.3091	0.0030	10919.6	**	0.73412
anoest	De 8 a 10 anos	-0.4257	0.0030	19653.0	**	0.65329
anoest	11 ou mais anos	-0.7087	0.0030	56960.6	**	0.49229
CONFAM	Agregado	0.4004	0.0132	916.94	**	1.49247
CONFAM	Cônjuge	-0.3025	0.0015	41650.7	**	0.73893
CONFAM	Filho	0.0639	0.0016	1589.93	**	1.06603
CONFAM	Outro Parente	0.0913	0.0027	1154.63	**	1.09563
CONFAM	Principal Responsável	0.0000	0.0000	.		1.00000
NPES	1 Morador	-0.0243	0.0023	114.69	**	0.97597
NPES	2 Moradores	-0.3344	0.0020	29297.4	**	0.71575
NPES	3 Moradores	-0.1698	0.0021	6725.16	**	0.84383
NPES	4 Moradores	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG	Recife	0.4841	0.0027	32402.4	**	1.62266
REG	Salvador	0.3849	0.0028	18878.5	**	1.46947
REG	Belo Horizonte	-0.0891	0.0026	1215.85	**	0.91473
REG	Rio de Janeiro	0.6540	0.0021	96057.8	**	1.92325

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
REG	São Paulo	-0.0694	0.0021	1089.11	**	0.93294
REG	Porto Alegre	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ	Sim	-0.1339	0.0028	2237.23	**	0.87472
financ	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1	Conta própria	-0.3352	0.0082	1664.37	**	0.71523
CPOSOCUP1	Desocupado	-0.2810	0.0081	1193.89	**	0.75503
CPOSOCUP1	Empregador	-0.6787	0.0092	5393.25	**	0.50727
CPOSOCUP1	Empregados – com carteira	-0.4038	0.0082	2403.18	**	0.66778
CPOSOCUP1	Empregados – militares	-0.9938	0.0092	11564.2	**	0.37018
CPOSOCUP1	Empregados – sem carteira	-0.0915	0.0083	121.26	**	0.91257
CPOSOCUP1	Inativo	0.2721	0.0080	1143.61	**	1.31274
CPOSOCUP1	Trabalhadores não remunerados	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0823	0.0012	4469.11	**	0.92100
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Regressão Logística**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Modelo Geral + interação (setor financeiro \* crise)**

financ	Sim	-0.1691	0.0032	2837.28	**	0.84444
financ	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0886	0.0013	4965.74	**	0.91524
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	Sim*sim	0.1509	0.0061	603.46	**	1.16290
financ*crise	Sim*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	zNão*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	zNão*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (região metropolitana \* crise)**

REG	Recife	0.5008	0.0030	27707.3	**	1.65002
REG	Salvador	0.4067	0.0032	16352.1	**	1.50188
REG	Belo Horizonte	-0.0486	0.0029	280.74	**	0.95258
REG	Rio de Janeiro	0.6598	0.0024	77480.6	**	1.93439
REG	São Paulo	-0.0535	0.0024	512.57	**	0.94792
REG	Porto Alegre	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0176	0.0046	15.01	**	0.98251
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Recife*sim	-0.0772	0.0063	147.92	**	0.92569
REG*crise	Recife*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Salvador*sim	-0.0940	0.0063	224.89	**	0.91025
REG*crise	Salvador*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Belo Horizonte*sim	-0.1690	0.0059	813.16	**	0.84449
REG*crise	Belo Horizonte*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Rio de Janeiro*sim	-0.0308	0.0050	38.11	**	0.96968
REG*crise	Rio de Janeiro*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	São Paulo*sim	-0.0743	0.0051	212.94	**	0.92841
REG*crise	São Paulo*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Porto Alegre*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Porto Alegre*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (setores \* crise)**

setores	Financeira	-0.1944	0.0032	3617.38	**	0.82331
setores	Industria	-0.1391	0.0030	2122.46	**	0.87016
setores	Outro	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0959	0.0013	5563.67	**	0.90853
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Financeira*sim	0.1585	0.0061	664.44	**	1.17177
setores*crise	Financeira*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Industria*sim	0.1510	0.0060	628.74	**	1.16304
setores*crise	Industria*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Outro*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Outro*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90% .

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95% .

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (posição na ocupação \* crise)**

CPOSOCUP1	Conta própria	-0.3593	0.0092	1518.07	**	0.69819
CPOSOCUP1	Desocupado	-0.2845	0.0091	973.08	**	0.75237
CPOSOCUP1	Empregador	-0.6016	0.0104	3339.69	**	0.54793
CPOSOCUP1	Empregados – com carteira	-0.4370	0.0092	2239.65	**	0.64595
CPOSOCUP1	Empregados – militares	-0.8422	0.0104	6569.29	**	0.43077
CPOSOCUP1	Empregados – sem carteira	-0.0394	0.0093	17.86	**	0.96135
CPOSOCUP1	Inativo	0.2531	0.0090	786.03	**	1.28804
CPOSOCUP1	Trabalhadores não remunerados	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.1356	0.0197	47.21	**	0.87323
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1 *crise	Conta própria*sim	0.1123	0.0201	31.13	**	1.11880
CPOSOCUP1 *crise	Conta própria*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1 *crise	Desocupado*sim	0.0194	0.0200	0.94		1.01962
CPOSOCUP1 *crise	Desocupado*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1 *crise	Empregador*sim	-0.3119	0.0224	193.05	**	0.73207
CPOSOCUP1 *crise	Empregador*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1 *crise	Empregados – com carteira*sim	0.1505	0.0201	56.07	**	1.16247
CPOSOCUP1 *crise	Empregados – com carteira*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1 *crise	Empregados – militares*sim	-0.6337	0.0227	782.00	**	0.53065

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.



**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe AB no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral (Continua Classe AB)**

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
Intercept		-0.1266	0.0076	274.60	**	.
SEXO	Homem	0.2003	0.0011	34707.6	**	1.22180
SEXO	Mulher	0.0000	0.0000	.		1.00000
COR	Amarela	0.1785	0.0053	1129.49	**	1.19541
COR	Branca	0.2640	0.0018	22465.2	**	1.30211
COR	Indígena	-0.2344	0.0142	273.72	**	0.79106
COR	Parda	0.0155	0.0018	76.06	**	1.01563
COR	Preta	0.0000	0.0000	.		1.00000
fxage	15 a 19	0.3234	0.0024	17566.9	**	1.38177
fxage	20 a 24	0.2120	0.0023	8644.57	**	1.23614
fxage	25 a 29	0.2219	0.0022	10436.6	**	1.24845
fxage	30 a 35	0.1478	0.0020	5327.40	**	1.15932
fxage	36 a 39	0.1669	0.0022	5803.69	**	1.18164
fxage	40 a 44	0.2574	0.0021	15763.6	**	1.29358
fxage	45 a 49	0.3917	0.0021	35597.0	**	1.47946
fxage	50 a 54	0.2960	0.0020	20980.0	**	1.34445
fxage	55 a 59	0.0000	0.0000	.		1.00000
anoest	Anos de estudo não declarado	0.5843	0.0133	1922.36	**	1.79376
anoest	Sem instrução	0.0000	0.0000	.		1.00000
anoest	De 1 a 3 anos	0.2149	0.0038	3237.16	**	1.23969
anoest	De 4 a 7 anos	0.3434	0.0033	11053.6	**	1.40971
anoest	De 8 a 10 anos	0.6814	0.0033	42511.6	**	1.97671
anoest	11 ou mais anos	1.0982	0.0032	114204	**	2.99864
CONFAM	Agregado	0.1899	0.0115	270.73	**	1.20915
CONFAM	Cônjuge	0.2644	0.0014	37535.4	**	1.30267
CONFAM	Filho	0.0149	0.0016	84.04	**	1.01499
CONFAM	Outro Parente	0.0095	0.0027	12.23	**	1.00959
CONFAM	Principal Responsável	0.0000	0.0000	.		1.00000
NPES	1 Morador	0.5880	0.0026	50882.2	**	1.80044
NPES	2 Moradores	0.4541	0.0024	35540.0	**	1.57476
NPES	3 Moradores	0.2978	0.0025	13860.3	**	1.34686
NPES	4 Moradores	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG	Recife	-0.7075	0.0023	92878.8	**	0.49286
REG	Salvador	-0.0729	0.0024	933.47	**	0.92971
REG	Belo Horizonte	0.0950	0.0020	2193.45	**	1.09965
REG	Rio de Janeiro	0.7200	0.0018	164934	**	2.05437
REG	São Paulo	0.2852	0.0016	30329.2	**	1.32997

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
REG	Porto Alegre	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ	Sim	0.1970	0.0016	14336.0	**	1.21772
financ	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1	Conta própria	0.2091	0.0062	1154.43	**	1.23252
CPOSOCUP1	Desocupado	0.0613	0.0064	92.89	**	1.06325
CPOSOCUP1	Empregador	0.9059	0.0068	17725.4	**	2.47417
CPOSOCUP1	Empregados – com carteira	0.2869	0.0061	2211.46	**	1.33225
CPOSOCUP1	Empregados – militares	0.8470	0.0065	16996.1	**	2.33252
CPOSOCUP1	Empregados – sem carteira	0.1240	0.0062	403.10	**	1.13200
CPOSOCUP1	Inativo	0.0761	0.0061	157.21	**	1.07905
CPOSOCUP1	Trabalhadores não remunerados	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0303	0.0011	830.22	**	0.97014
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

### **Regressão Logística**

#### **15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período**

#### **Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**

#### **Modelo Geral + interação (setor financeiro \* crise)**

financ	Sim	0.2194	0.0019	13364.5	**	1.24529
financ	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0222	0.0011	401.47	**	0.97808
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	Sim*sim	-0.0863	0.0036	584.78	**	0.91730
financ*crise	Sim*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	zNão*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
financ*crise	zNão*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (região metropolitana \* crise)**

REG	Recife	-0.7473	0.0026	80797.9	**	0.47362
REG	Salvador	-0.1174	0.0027	1836.25	**	0.88923
REG	Belo Horizonte	0.0913	0.0023	1528.63	**	1.09564
REG	Rio de Janeiro	0.7621	0.0021	138167	**	2.14270
REG	São Paulo	0.3077	0.0019	26389.3	**	1.36034
REG	Porto Alegre	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	0.0184	0.0033	31.49	**	1.01858
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Recife*sim	0.1863	0.0053	1215.97	**	1.20481
REG*crise	Recife*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Salvador*sim	0.1568	0.0051	931.88	**	1.16976
REG*crise	Salvador*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Belo Horizonte*sim	0.0139	0.0045	9.51	**	1.01401
REG*crise	Belo Horizonte*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Rio de Janeiro*sim	-0.1606	0.0039	1686.16	**	0.85164
REG*crise	Rio de Janeiro*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	São Paulo*sim	-0.0878	0.0037	572.09	**	0.91595
REG*crise	São Paulo*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Porto Alegre*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG*crise	Porto Alegre*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (setores \* crise)**

setores	Financeira	0.2164	0.0019	12426.7	**	1.24154
setores	Industria	-0.0080	0.0017	22.60	**	0.99199
setores	Outro	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	-0.0178	0.0012	220.42	**	0.98236
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Financeira*sim	-0.0907	0.0036	634.49	**	0.91333
setores*crise	Financeira*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Industria*sim	-0.0299	0.0031	92.27	**	0.97057
setores*crise	Industria*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Outro*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores*crise	Outro*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90% .

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95% .

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Regressão Logística**  
**15 a 60 - Era classe E no primeiro período**  
**Período Janeiro a Dezembro de 2007 – Observações Individuais 12 meses a parte**  
**Modelo Geral + interação (posição na ocupação \* crise)**

CPOSOCUP1	Conta própria	0.3184	0.0068	2219.12	**	1.37497
CPOSOCUP1	Desocupado	0.1711	0.0070	596.53	**	1.18663
CPOSOCUP1	Empregador	0.9647	0.0075	16470.8	**	2.62398
CPOSOCUP1	Empregados – com carteira	0.3694	0.0067	3047.99	**	1.44693
CPOSOCUP1	Empregados – militares	1.0219	0.0072	20073.7	**	2.77842
CPOSOCUP1	Empregados – sem carteira	0.2165	0.0068	1016.68	**	1.24167
CPOSOCUP1	Inativo	0.1731	0.0067	674.82	**	1.18897
CPOSOCUP1	Trabalhadores não remunerados	0.0000	0.0000	.		1.00000
crise	Crise	0.4656	0.0162	829.96	**	1.59300
crise	zNao crise	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Conta própria*sim	-0.5485	0.0164	1120.57	**	0.57779
CPOSOCUP1*crise	Conta própria*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Desocupado*sim	-0.5575	0.0169	1091.65	**	0.57266
CPOSOCUP1*crise	Desocupado*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Empregador*sim	-0.3447	0.0178	376.79	**	0.70844
CPOSOCUP1*crise	Empregador*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Empregados – com carteira*sim	-0.4463	0.0163	752.68	**	0.64001
CPOSOCUP1*crise	Empregados – com carteira*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Empregados – militares*sim	-0.7752	0.0169	2092.85	**	0.46063
CPOSOCUP1*crise	Empregados – militares*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Empregados – sem carteira*sim	-0.4835	0.0164	864.10	**	0.61662
CPOSOCUP1*crise	Empregados – sem carteira*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Inativo*sim	-0.5006	0.0163	945.59	**	0.60615
CPOSOCUP1*crise	Inativo*não	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Trabalhadores não remunerados*sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUP1*crise	Trabalhadores não remunerados*não	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90% .

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95% .

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

**Modelo Multinomial Ordenado**  
**15 a 60 – Classes econômicas**

Response Profile		
Ordered Level	Ordered Value	Count
1	Classe AB	3.194E8
2	Classe C	1.154E9
3	Classe D	3.86E8
4	Classe E	6.028E8

Analysis Of Parameter Estimates								
Parameter		DF	Estimate	Standard Error	Wald 95% Confidence Limits		Chi-Square	Pr > ChiSq
Intercept1		1	-4.7933	0.0007	-4.7946	-4.7919	4.859E7	<.0001
Intercept2		1	-1.7997	0.0007	-1.8010	-1.7983	6976518	<.0001
Intercept3		1	-0.8645	0.0007	-0.8658	-0.8632	1613011	<.0001
SEXO	Homem	1	0.0649	0.0001	0.0647	0.0650	490904	<.0001
SEXO	Mulher	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
COR	Amarela	1	1.1991	0.0005	1.1980	1.2001	5108186	<.0001
COR	Branca	1	0.6006	0.0001	0.6003	0.6009	1.711E7	<.0001
COR	Ignorado	1	-0.8736	0.0036	-0.8806	-0.8666	59693.2	<.0001
COR	Indígena	1	0.0820	0.0012	0.0796	0.0844	4563.41	<.0001
COR	Parda	1	0.1085	0.0001	0.1082	0.1088	555763	<.0001
COR	Preta	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
fxage	15 a 19	1	0.1884	0.0002	0.1880	0.1888	731003	<.0001
fxage	20 a 24	1	-0.3072	0.0002	-0.3076	-0.3068	2201943	<.0001
fxage	25 a 29	1	-0.3286	0.0002	-0.3290	-0.3282	2713904	<.0001
fxage	30 a 35	1	-0.3553	0.0002	-0.3557	-0.3549	3436899	<.0001
fxage	36 a 39	1	-0.3157	0.0002	-0.3161	-0.3153	2358842	<.0001
fxage	40 a 44	1	-0.1919	0.0002	-0.1922	-0.1915	951395	<.0001
fxage	45 a 49	1	0.0233	0.0002	0.0229	0.0237	13487.2	<.0001
fxage	50 a 54	1	0.1019	0.0002	0.1015	0.1023	246708	<.0001
fxage	55 a 59	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
anoest	De 1 a 3 anos de	1	0.1379	0.0003	0.1374	0.1385	241995	<.0001
anoest	De 4 a 7 anos de	1	0.3896	0.0002	0.3892	0.3901	2575150	<.0001
anoest	De 8 a 10 anos d	1	0.8179	0.0002	0.8174	0.8184	1.092E7	<.0001
anoest	Menores de 10 an	1	-12.1963	16.1590	-43.8674	19.4748	0.57	0.4504
anoest	Sem instrução e	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
anoest	11 ou mais anos	1	1.6035	0.0002	1.6030	1.6039	4.251E7	<.0001
anoest	Anos de estudo n	1	0.3478	0.0009	0.3462	0.3495	164136	<.0001

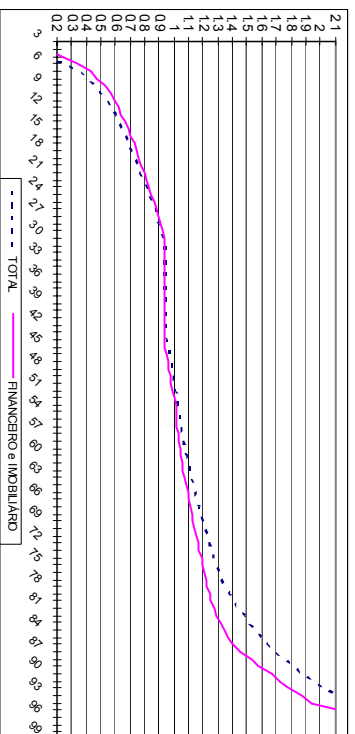
Analysis Of Parameter Estimates								
Parameter		DF	Estimate	Standard Error	Wald 95% Confidence Limits		Chi-Square	Pr > ChiSq
CFAM	Agregado	1	0.5745	0.0007	0.5732	0.5759	673478	<.0001
CFAM	Cônjuge	1	0.6310	0.0001	0.6308	0.6313	3.102E7	<.0001
CFAM	Empregado Domést	1	-0.0628	0.0244	-0.1106	-0.0150	6.64	0.0100
CFAM	Filho	1	0.2632	0.0001	0.2629	0.2634	4221873	<.0001
CFAM	Outro Parente	1	0.1530	0.0002	0.1526	0.1534	594989	<.0001
CFAM	Parente do Empre	1	-0.3711	0.0442	-0.4578	-0.2844	70.41	<.0001
CFAM	Pensionista	1	-1.2421	0.0156	-1.2727	-1.2115	6332.75	<.0001
CFAM	Principal Respon	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
NPES2	1 Morador	1	1.3859	0.0002	1.3856	1.3863	5.238E7	<.0001
NPES2	2 Moradores	1	0.9656	0.0002	0.9652	0.9659	3.182E7	<.0001
NPES2	3 Moradores	1	0.5522	0.0002	0.5518	0.5525	9474648	<.0001
NPES2	4 Moradores	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
REG	Recife	1	-0.5863	0.0002	-0.5867	-0.5859	8128889	<.0001
REG	Salvador	1	0.0211	0.0002	0.0206	0.0215	10271.6	<.0001
REG	Belo Horizonte	1	0.0791	0.0002	0.0787	0.0794	182917	<.0001
REG	Rio de Janeiro	1	0.0086	0.0002	0.0083	0.0089	2896.76	<.0001
REG	São Paulo	1	0.3259	0.0001	0.3256	0.3262	4722224	<.0001
REG	Porto Alegre	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
setores	Financeira	1	0.3034	0.0002	0.3031	0.3037	4008220	<.0001
setores	Industria	1	0.0696	0.0001	0.0694	0.0699	261903	<.0001
setores	Outro	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
posocup	10	1	0.1095	0.0006	0.1083	0.1106	34122.9	<.0001
posocup	Conta própria	1	0.4168	0.0006	0.4157	0.4179	518553	<.0001
posocup	Desocupado com i	1	-1.1805	0.0006	-1.1817	-1.1794	4064605	<.0001
posocup	Empregador	1	1.8005	0.0006	1.7992	1.8017	8458394	<.0001
posocup	Empregados - com	1	0.6416	0.0006	0.6405	0.6428	1253574	<.0001
posocup	Empregados - mil	1	1.2515	0.0006	1.2503	1.2526	4356852	<.0001
posocup	Empregados - sem	1	0.2876	0.0006	0.2865	0.2887	246332	<.0001
posocup	Inativo	1	-0.7543	0.0006	-0.7554	-0.7532	1748781	<.0001
posocup	Trabalhadores nã	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
ANO	2002	1	-0.2555	0.0002	-0.2558	-0.2552	2766763	<.0001
ANO	2003	1	-0.4454	0.0001	-0.4456	-0.4451	9393085	<.0001
ANO	2004	1	-0.3651	0.0001	-0.3654	-0.3648	6439595	<.0001
ANO	2005	1	-0.2698	0.0001	-0.2701	-0.2695	3587814	<.0001
ANO	2006	1	-0.1721	0.0001	-0.1724	-0.1719	1469656	<.0001
ANO	2007	1	-0.0828	0.0001	-0.0831	-0.0826	343662	<.0001
ANO	2008	0	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	.	.
Scale		0	1.0000	0.0000	1.0000	1.0000		

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE.

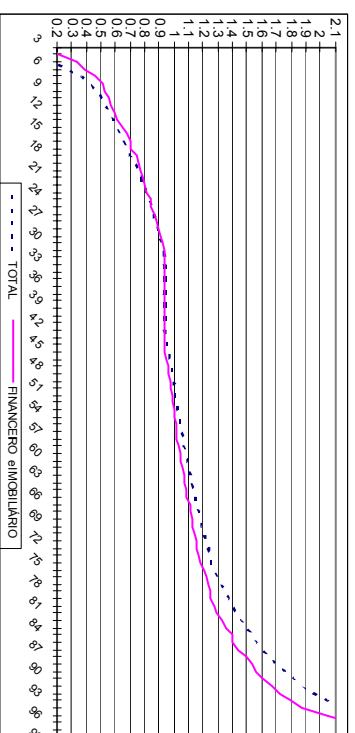
# ANEXO 3: DISTRIBUIÇÃO CUMULATIVA DE RENDA

Distribuição Cumulativa de Renda - Média de de 12 Meses Acumulada  
 6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)  
 Setor Financeiro / Imobiliário

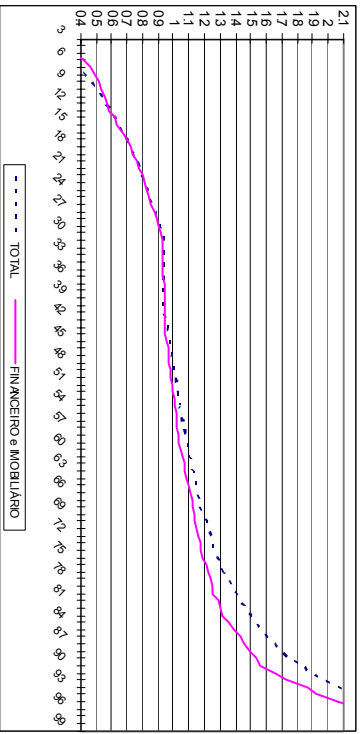
JUL 2007 / 2008



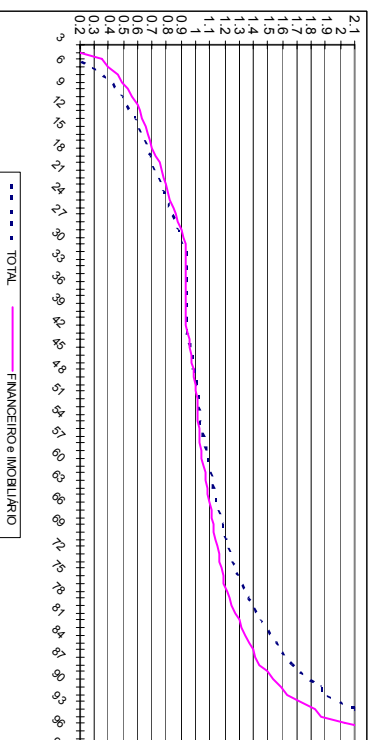
AGO 2007 / 2008



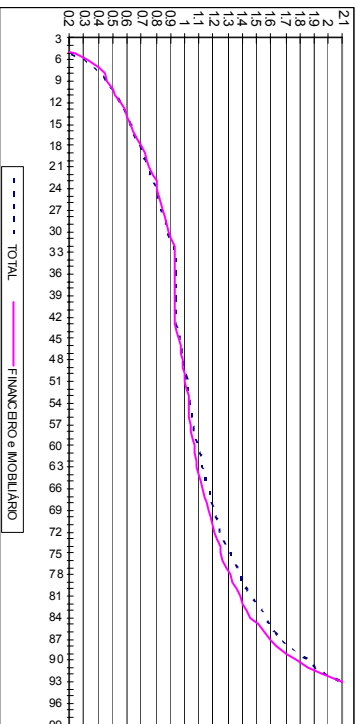
SET 2007 / 2008



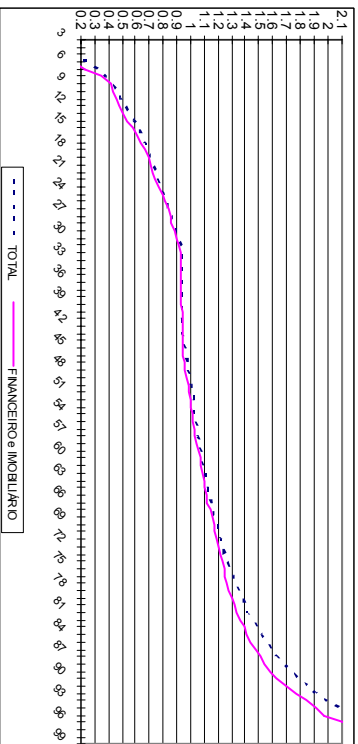
OUT 2007 / 2008



NOV 2007 / 2008



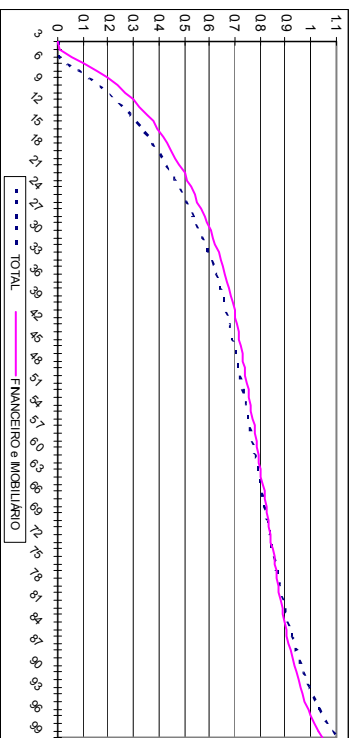
DEZ 2007 / 2008



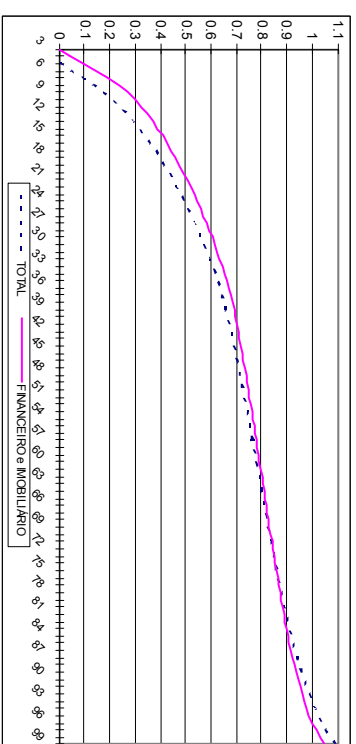
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

### Distribuição Cumulativa de Renda - Média de de 12 Meses Acumulada 6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

JUL 2007 / 2008

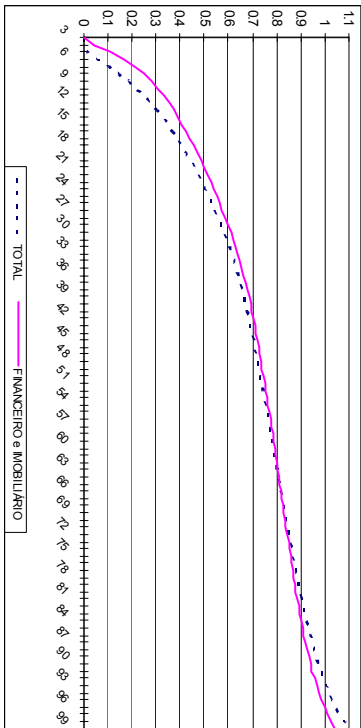


AGO 2007 / 2008

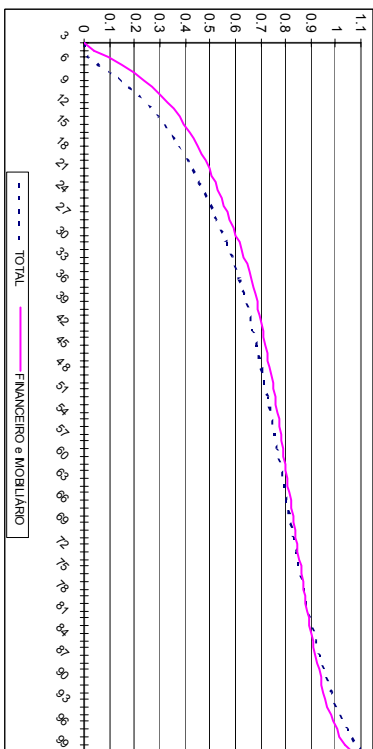




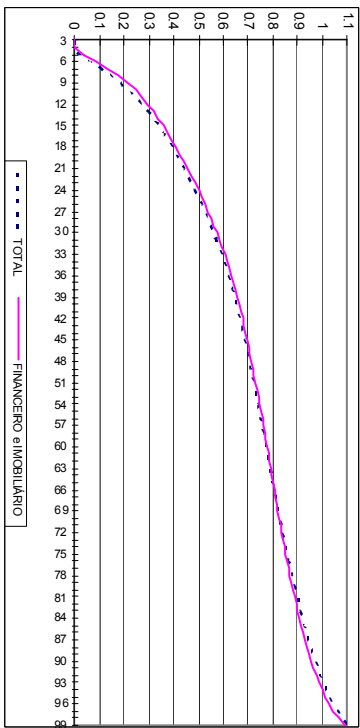
SET 2007 / 2008



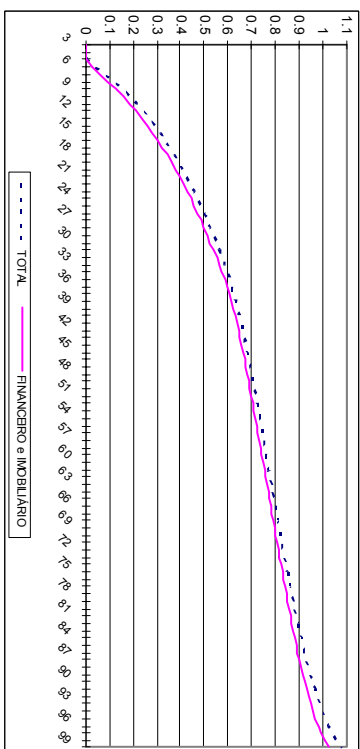
OUT 2007 / 2008



NOV 2007 / 2008

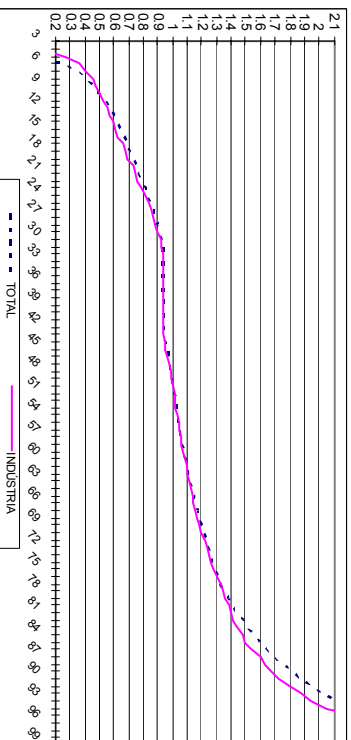


DEZ 2007 / 2008

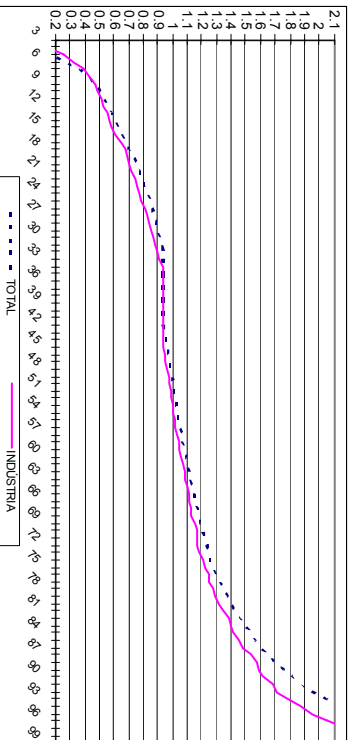
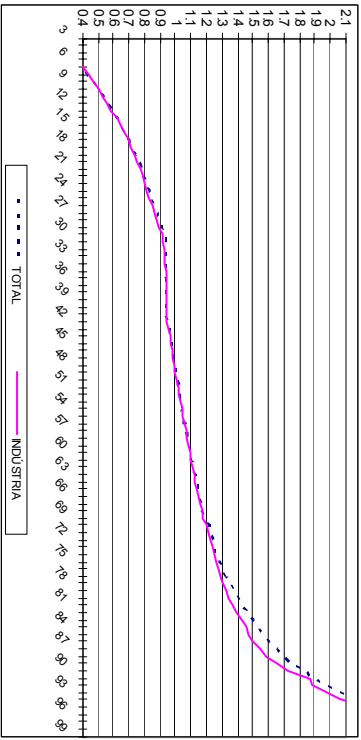


*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE*

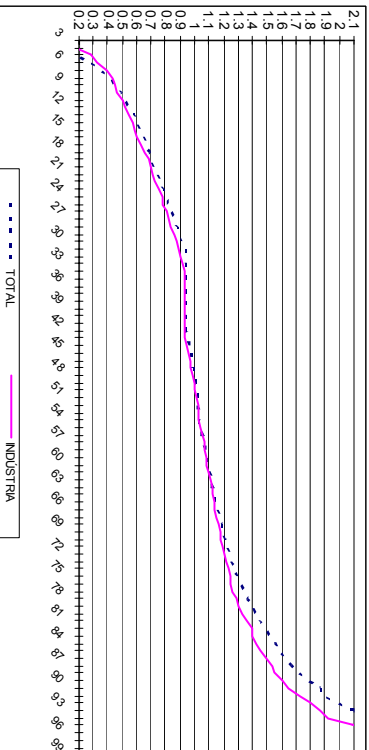
**Setor Industrial**  
**Distribuição Cumulativa de Variações de Renda - Variação de 12 Meses Marginal**  
**6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)**  
**JUL 2007 / 2008**      **AGO 2007 / 2008**



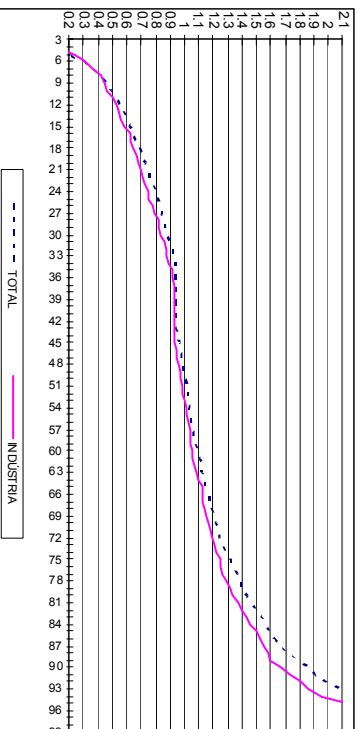
**SET 2007 / 2008**



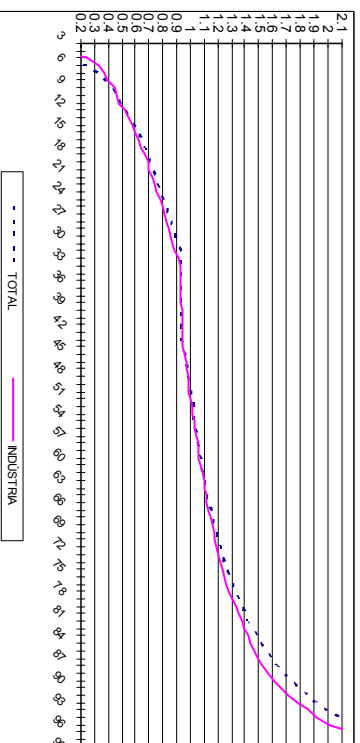
**OUT 2007 / 2008**



NOV 2007 / 2008



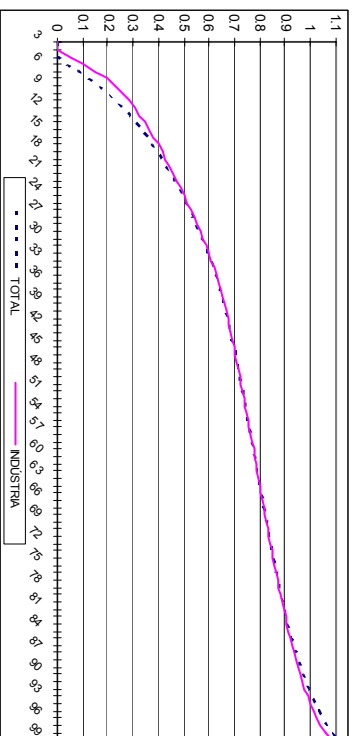
DEZ 2007 / 2008



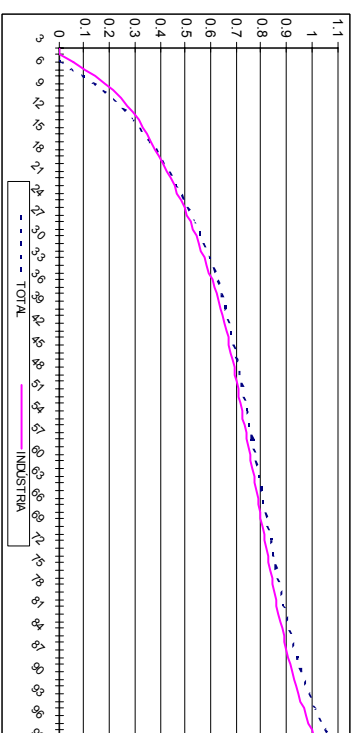
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

### Distribuição Cumulativa de Renda - Média de de 12 Meses Acumulada 6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

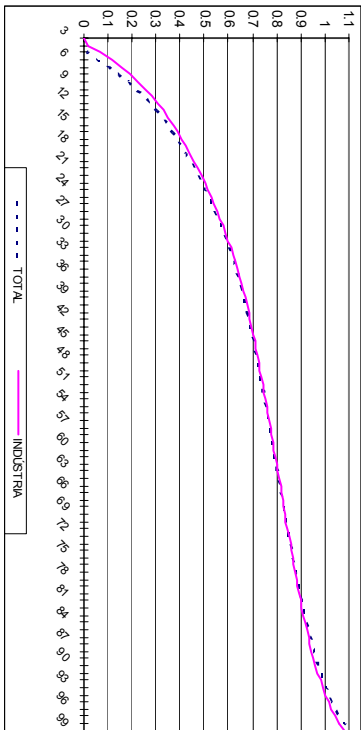
JUL 2007 / 2008



AGO 2007 / 2008

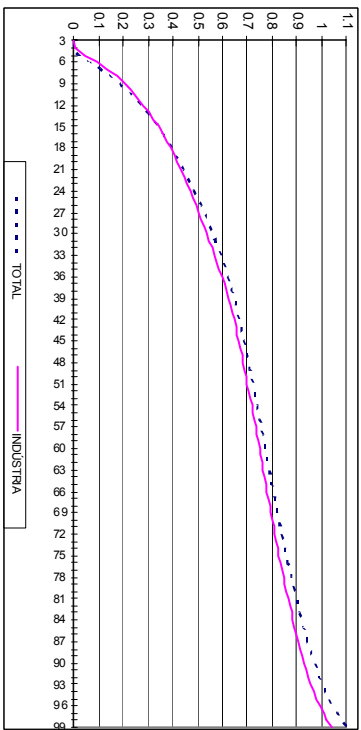


SET 2007 / 2008

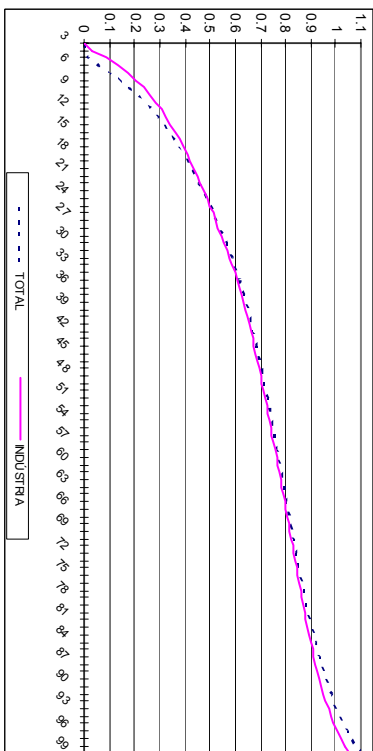


NOV 2007 / 2008

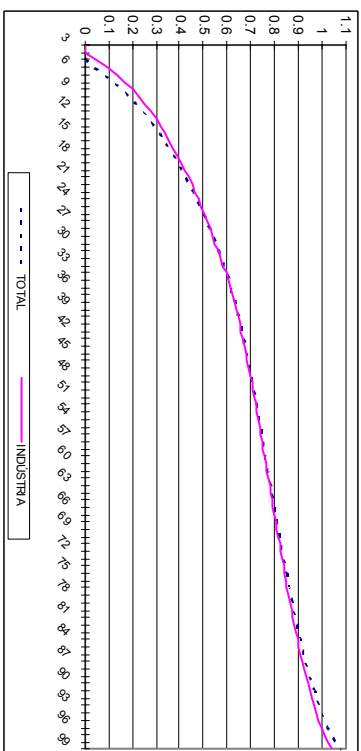
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE



OUT 2007 / 2008

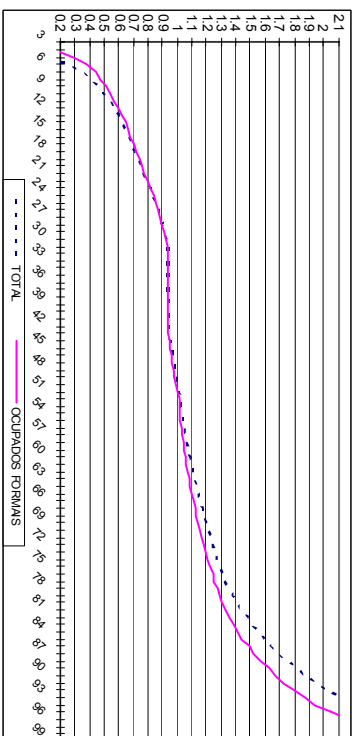


DEZ 2007 / 2008

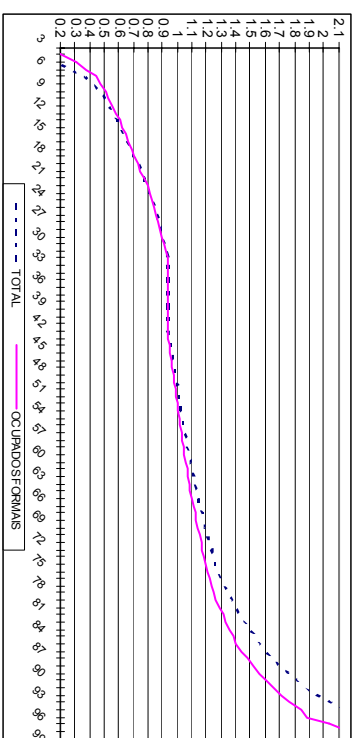


**Empregados Formais**  
**Distribuição Cumulativa de Variações de Renda - Variação de 12 Meses Marginal**  
**6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)**

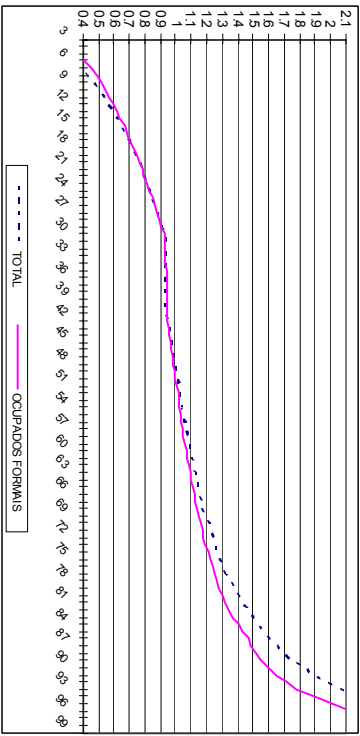
**JUL 2007 / 2008**



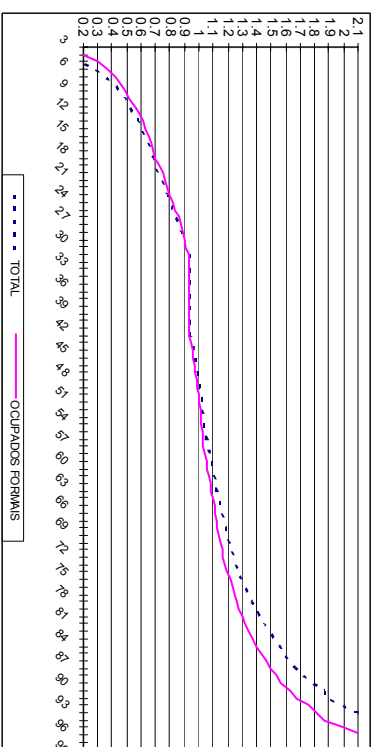
**AGO 2007 / 2008**



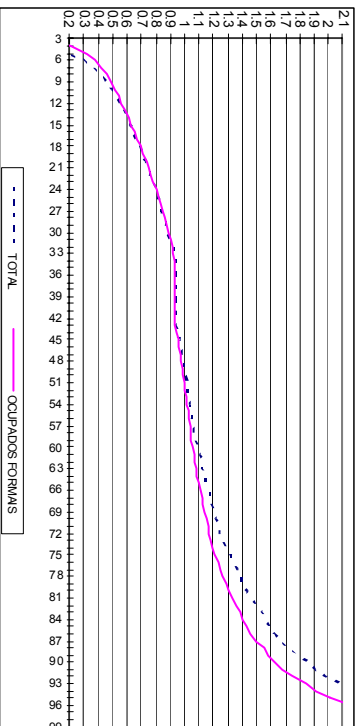
**SET 2007 / 2008**



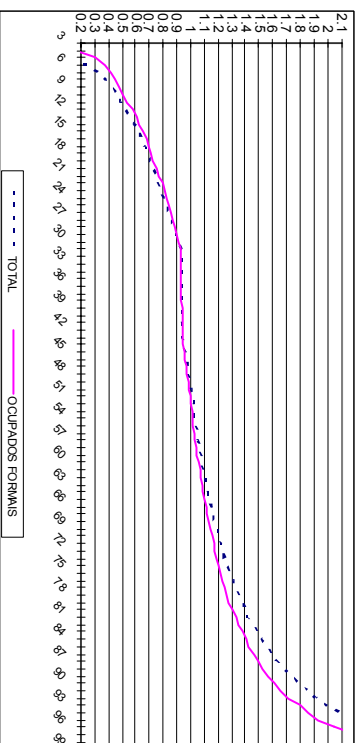
**OUT 2007 / 2008**



NOV 2007 / 2008



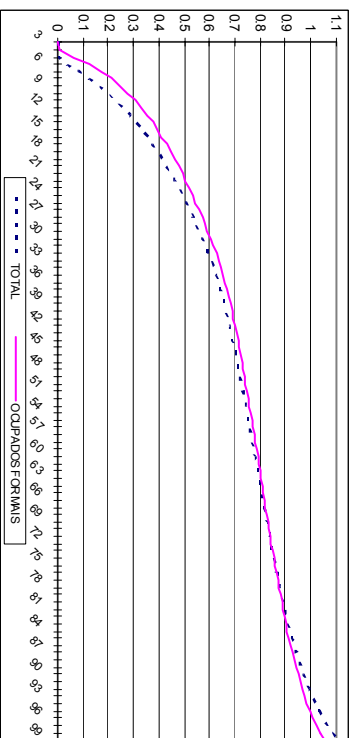
DEZ 2007 / 2008



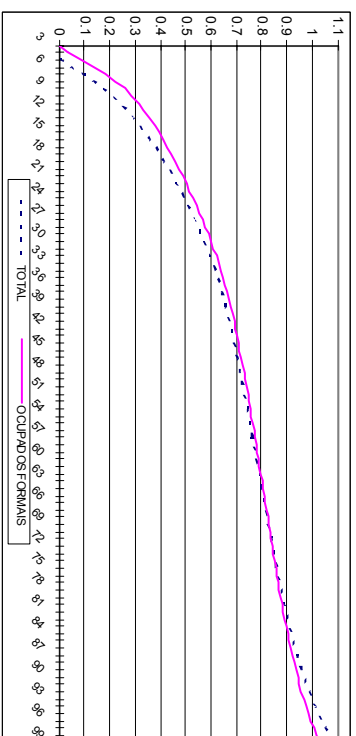
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

### Distribuição Cumulativa de Renda - Média de de 12 Meses Acumulada 6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

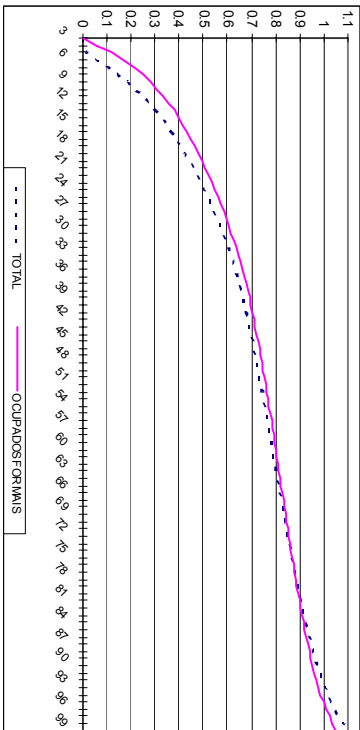
JUL 2007 / 2008



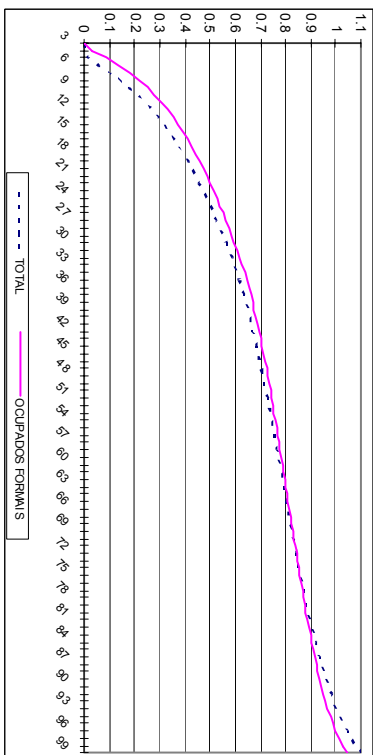
AGO 2007 / 2008



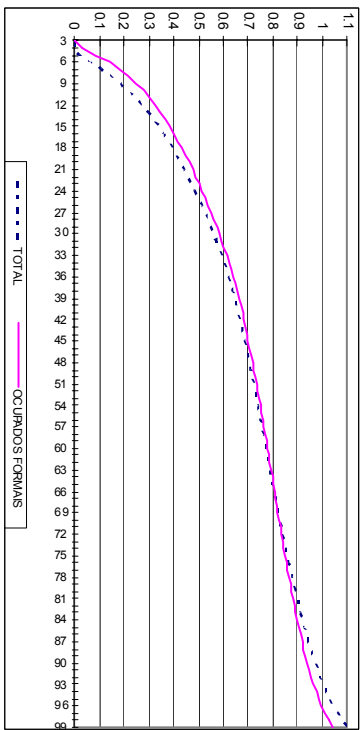
SET 2007 / 2008



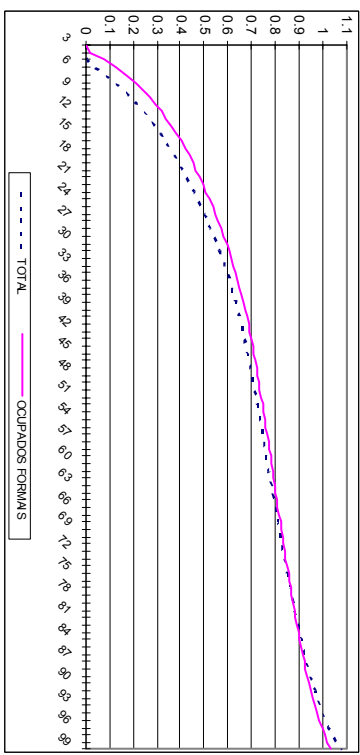
OUT 2007 / 2008



NOV 2007 / 2008



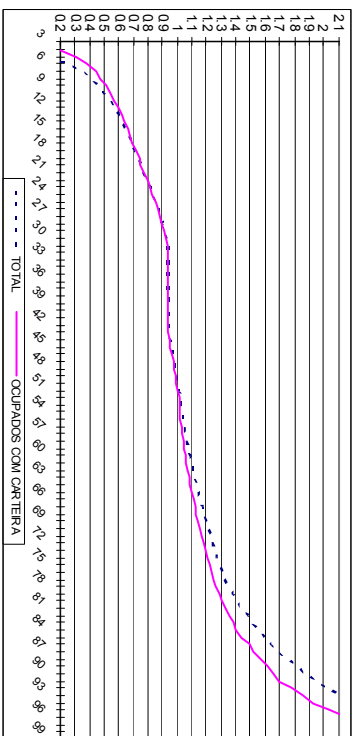
DEZ 2007 / 2008



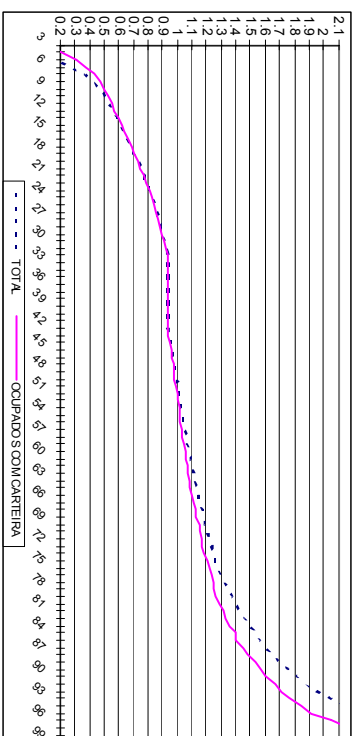
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

**Empregados Com Carteira de Trabalho Assimada**  
**Distribuição Cumulativa de Variações de Renda - Variação de 12 Meses Marginal**  
**6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)**

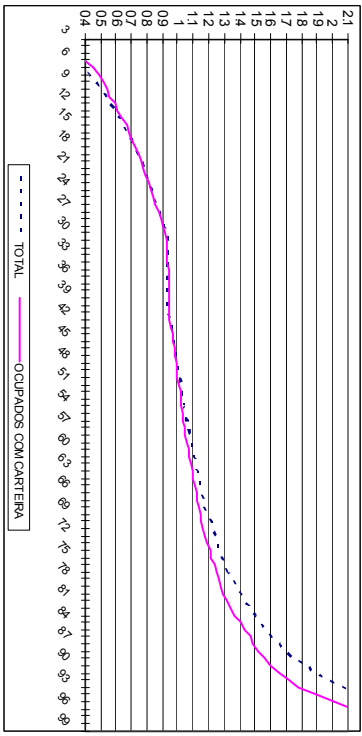
**JUL 2007 / 2008**



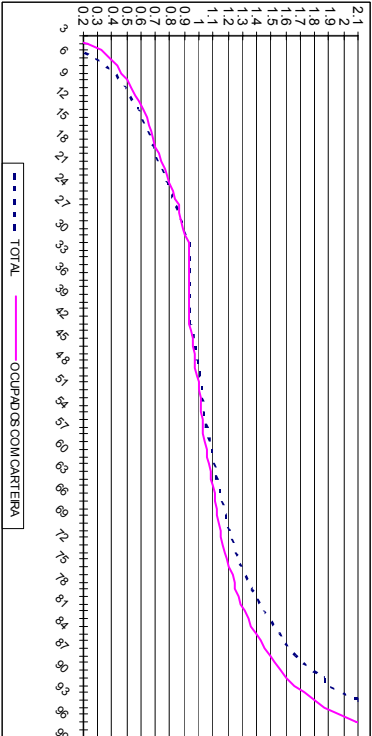
**AGO 2007 / 2008**



**SET 2007 / 2008**

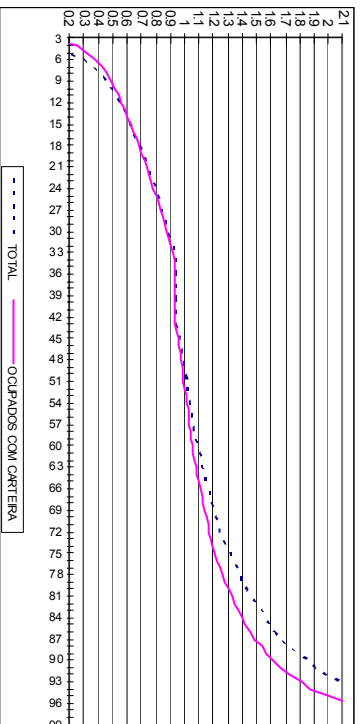


**OUT 2007 / 2008**

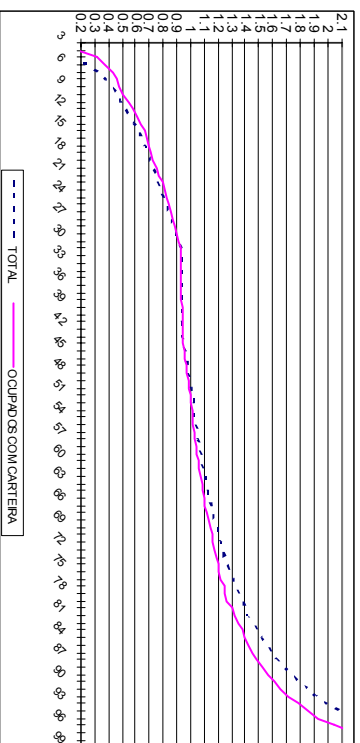




NOV 2007 / 2008



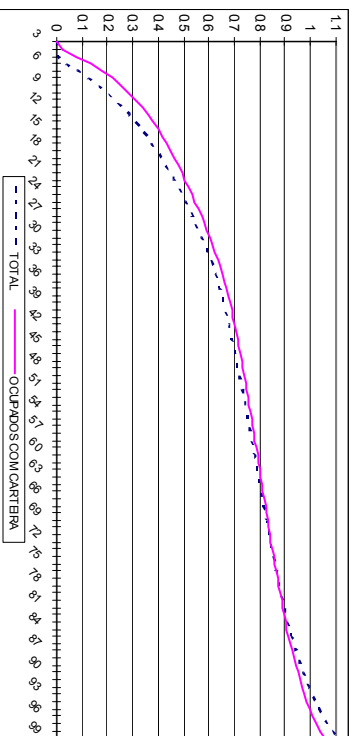
DEZ 2007 / 2008



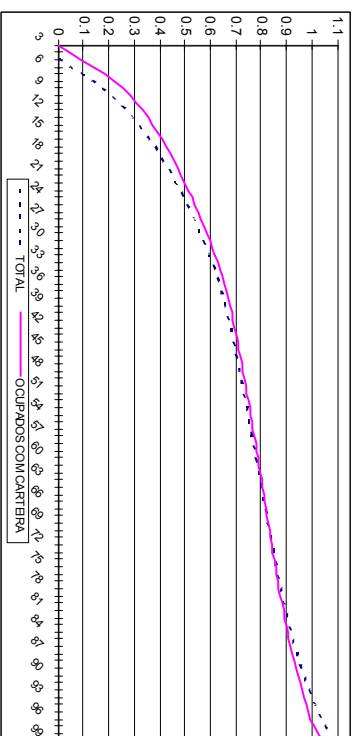
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

### Distribuição Cumulativa de Renda - Média de de 12 Meses Acumulada 6 Regiões Metropolitanas Brasil - Renda Per Capita Trabalho Habitual - 15 a 60 Anos (PIA)

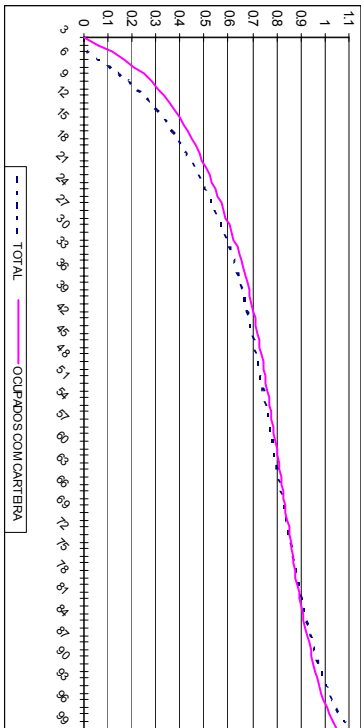
JUL 2007 / 2008



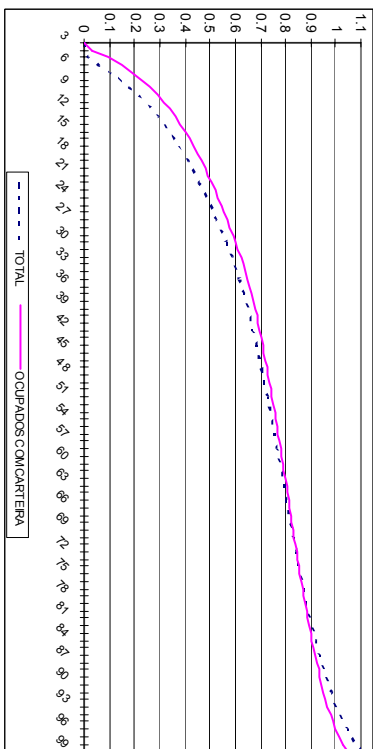
AGO 2007 / 2008



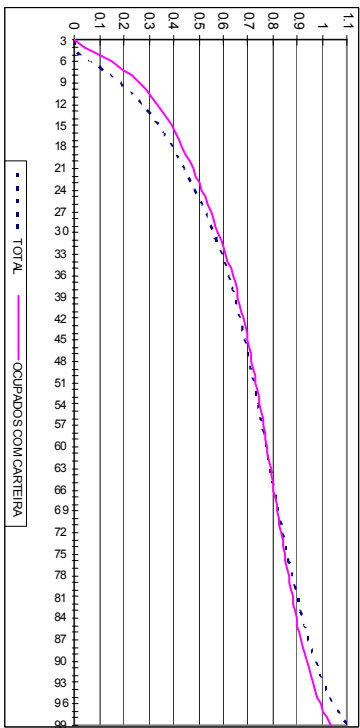
SET 2007 / 2008



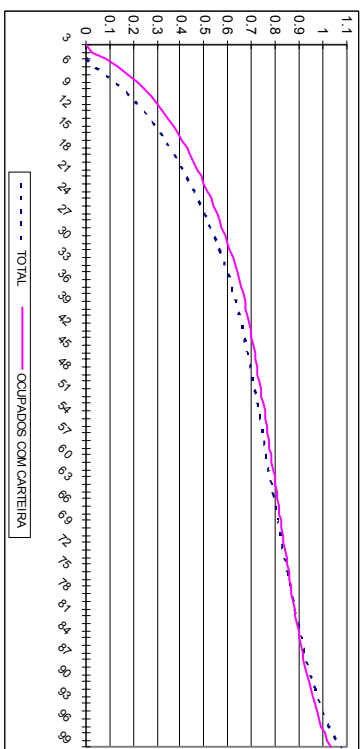
OUT 2007 / 2008



NOV 2007 / 2008



DEZ 2007 / 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE